

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

KENNID RICHELLY DA SILVA TEIXEIRA

**“AS VOZES DA VILA: VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DE CRIANÇAS
NEGRAS EM TERRITÓRIO PERIFÉRICO E DIGITAL”**

CUIABÁ-MT

2026

Kennid Richely da Silva Teixeira

**“AS VOZES DA VILA: VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DE CRIANÇAS
NEGRAS EM TERRITÓRIO PERIFÉRICO E DIGITAL”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder da Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso, na Linha de Pesquisa Política e Cidadania, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nealla Valentim Machado

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

T266v Teixeira, Kennid Richely da Silva.
As vozes da Vila [recurso eletrônico] : vivências e percepções de
crianças negras em território periférico e digital / Kennid Richely da Silva
Teixeira. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 122 f., il. color., pdf). -- 2026.

Orientadora: Nealla Valentim Machado.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso,
Faculdade de Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em
Comunicação, Cuiabá, 2026.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Infâncias Negras. 2. Interseccionalidade. 3. Periferia. 4. Instagram.
5. Várzea Grande. I. Machado, Nealla Valentim, *orientador*. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: As vozes da Vila: vivências e percepções de crianças negras em território periférico e digital

Autor: Mestrando Kennid Richely da Silva Teixeira

Dissertação defendida e aprovada em 26 de maio de 2026.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Professora Doutora Nealla Valentim Machado [Presidente Banca/Orientadora]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

2. Professora Doutora Pâmela Saunders Uchôa Craveiro [Examinadora Interna]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

3. Professora Doutora Fernanda Ariane Silva Carrera [Examinadora Externa]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Rio de Janeiro

4. Professora Doutora Tamires Ferreira Coêlho [Examinadora Suplente]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

Cuiabá, 26 de maio de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **NEALLA VALENTIM MACHADO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 26/05/2026, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Ariane Silva Carrera, Usuário Externo**, em 27/05/2026, às 08:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAMELA SAUNDERS UCHOA CRAVEIRO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 27/05/2026, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9244955** e o código CRC **979B797F**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Exu pelos bons movimentos, pela criatividade, pelo impulso de refletir, agir e seguir em frente. Laroyê!

A todas as crianças negras da Vila São João. Este trabalho não seria possível sem vocês. Na verdade, este trabalho é por vocês, por nós, na busca por melhorias e contribuições para vivências mais justas, em qualquer dimensão que for. Eu acredito tanto em todos vocês. Gratidão por tantas contribuições valiosas, por escreverem este trabalho junto a mim. Vai dar tudo certo.

Ao CENPRHE, por ter sido esse espaço parceiro que acolheu e entendeu a importância desta pesquisa desde a primeira conversa, possibilitando que nossas ações acontecessem da melhor forma possível. Gratidão a toda a equipe, em especial à gestora Ketty Sonaira e à coordenadora pedagógica Dayana Ferraz. Agradeço a comunidade Vila São João, chão que me criou e que mesmo com tantas violências e vulnerabilidades, resiste.

Agradeço à minha família linda, à minha mãe, Maria do Carmo, pela vida, pelos carinhos, beijinhos, emoções e acolhimento na infância e nas vivências adultas, por todo amor e luta, por não ter desistido de nenhum dos seus. Às minhas irmãs, Ketty e Kelly, pela parceria, por me celebrarem e acreditarem tanto em mim. Aos meus pais, Sebastião(s), que já se encontram em descanso, pela vida e pelos incentivos. À Maitê Loah, erê brilhante e feliz que, com um sorriso, leva todos. A todos que compõem minha família. Amar e ser amado por vocês é coisa boa!

Ao meu amor, Waldenis Trindade, pelo companheirismo, incentivos e trocas infinitas. Pelo acolhimento nas noites de dores, nos dias exaustivos, pela presença amorosa que transforma. Sou feliz por construir com você.

Ao terreiro Sanzala Kassemble, por ser espaço de cura, de escuta e de muito aprendizado. Onde, nos dias caóticos, silêncio, respiro, sou acolhido, cuidado, amado e giro pelos meus. Ao Senhor Pinga Fogo, à Dona Graciosa e ao meu amado Zé Preto.

Ao Foguinho, pelas noites efervescentes, por ser esse outro lado que me atravessa e me equilibra, pela possibilidade de existir para além das exigências acadêmicas. Por me permitir ser múltiplo, transitar entre mundos, linguagens e sensibilidades, e por oferecer respiro às vistas acadêmicas cansadas. No som e na noite encontrei caminhos de cura, criação e permanência.

Agradeço imensamente à UFMT e ao PPGCOM, por se constituírem como espaço de produção de conhecimento plural e crítico, que tanto ampliou meus horizontes e possibilidades. A todo o corpo docente, que me encaminhou de forma respeitosa e generosa quando este estudo ainda era apenas uma semente, contribuindo com escutas atentas, provocações necessárias e partilhas fundamentais para o amadurecimento desta pesquisa. Reconheço, também, a importância das políticas públicas de fomento à pesquisa no Brasil e agradeço à CAPES pelo apoio institucional, que viabiliza a permanência e a continuidade de pesquisas como esta, fortalecendo a ciência e a educação pública.

À minha orientadora, Nealla Machado, que viu, antes de mim mesmo, potência e força em meu trabalho. Agradeço o olhar carinhoso sobre minha pesquisa, agradeço por ter me incentivado sempre a seguir minha intuição, pela parceria e abertura para entender e apoiar exatamente o que eu pretendia pesquisar. Sou muito feliz pelo que construímos juntos e por nossas vitórias compartilhadas. Você é muito importante em todo o meu processo acadêmico.

À minha banca titular. À professora Pâmela Saunders, que também vive com erê nas costas e me trouxe direcionamentos valiosos sobre infâncias, crianças e atravessamentos digitais; sua presença em minha pesquisa é ouro. À professora Fernanda Carreira, que fortaleceu este estudo com seus pareceres sobre raça e interseccionalidade, tanto sendo minha banca titular quanto reconhecendo, junto à professora Laura Guimarães, as potências de meus artigos para a Compós, com aceites que fortaleceram minha caminhada acadêmica.

Ao meu Grupo de Apoio (Jennisson, Jonice, Júlia, Laís, Maiane, Priscilla e Rodrigo) pelos momentos de ajuda, surto e risadas coletivas.

E, por fim, agradeço a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, fizeram parte desta construção. Àquelas que estiveram presentes nos encontros, nas conversas, nas trocas e nos afetos que atravessaram este percurso. Que este texto também seja reflexo dessas conexões, desses caminhos compartilhados e das muitas mãos que, mesmo sem nome aqui, seguem implicadas em tudo o que foi construído.

*“Têm bala de coco e peteca
Deixa a criança brincar
Hoje é dia de festa
A criançada vem saravar.”
— Ponto de Erês*

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo construído com e sobre crianças, realizado com 40 participantes entre 8 e 14 anos¹, moradores da comunidade Vila São João, periferia de Várzea Grande – Mato Grosso, e integrantes da OSC CENPRHE². O objetivo é compreender e agir a partir das experiências, percepções e produções de sentidos elaboradas por essas crianças na interação com dois territórios que atravessam suas vivências: o físico, a Vila onde residem, e o digital, entendido como ambiente sociotécnico constituído por plataformas, redes e interações mediadas por tecnologias. Parte-se do pressuposto de que esses territórios, em relação constante, influenciam a constituição das identidades e subjetividades infantis, ao mesmo tempo em que produzem e reforçam desigualdades, especialmente para crianças negras e empobrecidas. A partir dessas intersecções, buscam-se caminhos para o fortalecimento das identidades racializadas, o enfrentamento ao racismo e a construção de práticas participativas no desenvolvimento de processos de letramento digital. Metodologicamente, o estudo articula a Escrivivência, a partir de um olhar situado, a Interseccionalidade como chave analítica e a Pesquisa-Ação, que orienta processos de transformação por meio do diálogo coletivo em rodas de conversa. Ancorada na Sociologia da Infância e em afroperspectivas, a pesquisa reconhece as crianças como sujeitos sociais e políticos, capazes de produzir sentidos e tensionar realidades. Ao conjugar compreensão e ação, este trabalho reafirma que compreender e caminhar junto às infâncias negras periféricas é também um ato de denúncia, uma possibilidade de (re)existência e uma busca coletiva por justiça social.

¹ Ao todo 40 crianças contribuíram nesta construção da pesquisa, sendo 36 crianças com idades entre 8 e 12 anos e 4 adolescentes entre 13 e 14 anos completos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), considera-se criança a pessoa com até 12 anos incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. Assim, participaram desta pesquisa 36 crianças, com idades entre 8 e 12 anos incompletos, e 4 adolescentes, com 13 e 14 anos completos, em conformidade com os critérios legais estabelecidos pelo Estatuto.

² Iniciado em 2004, pelas Missionárias Maria Tereza Urbano e Maristela Arbués Nery e por um grupo de voluntários, o CENPRHE – Centro de Promoção Humana Emanuel – nasceu para atender crianças e famílias que se encontravam em situação de extrema pobreza e de abandono, na Vila São João, Várzea Grande/MT. Em 2009, para dar respaldo jurídico ao CENPRHE, criou-se a mantenedora: Associação Varzeagrandense Madre Tereza de Calcutá, organização da sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos, com registro no CMDCA e no CMAS, reconhecida com os títulos de Utilidade Pública Municipal e Estadual e Federal, inscrita no CNEAS e com a certificação do CEBAS.

Palavras chaves: Infâncias Negras; Interseccionalidade; Periferia; Instagram; Várzea Grande.

ABSTRACT

This dissertation presents a study conducted with and about children, involving 40 participants aged between 8 and 14 years, residents of the Vila São João community, located on the outskirts of Várzea Grande, Mato Grosso, and members of the NGO CENPRHE. The objective is to understand and act upon the experiences, perceptions, and meaning-making processes developed by these children through their interaction with two territories that shape their lives: the physical territory—the Vila where they live—and the digital territory, understood as a sociotechnical environment composed of platforms, networks, and technology-mediated interactions. The study is grounded in the assumption that these territories, in constant relation, influence the construction of children's identities and subjectivities, while also producing and reinforcing inequalities, especially for Black and economically marginalized children. From the intersections between these territories, the research seeks pathways to strengthen racialized identities, confront racism, and develop participatory practices for digital literacy processes. Methodologically, the study articulates *Escrivivência*, grounded in a situated perspective, Intersectionality as an analytical framework, and Action Research, which guides transformative processes through collective dialogue in conversation circles. Anchored in the Sociology of Childhood and Afroperspectives, the research recognizes children as social and political subjects, capable of producing meaning and challenging realities. By combining understanding and action, this work reaffirms that engaging with peripheral Black childhoods is also an act of denunciation, a possibility of (re)existence, and a collective pursuit of social justice.

Keywords: Black Childhoods; Intersectionality; Periphery; Instagram; Várzea Grande.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Print da busca utilizando o termo criança no Instagram	39
Figura 2 – Print da busca utilizando o termo criança no Tik Tok	39
Figura 3 – Print da busca utilizando o termo criança no Youtube	39
Figura 4 – Print da busca utilizando o termo criança negra no Instagram	39
Figura 5 – Pichações na sigla “C.V” na comunidade Vila São João	70
Figura 6 – Pichações na sigla “C.V” na comunidade Vila São João	70
Figura 7 – Print da classificação indicativa Instagram no App Store	83
Figura 8 – Print do canal “Taspio” no Youtube	86
Figura 9 – Print do canal “Taspio” no Youtube	86
Figura 10 – Print do canal “Taspio” no Youtube	86
Figura 11 – Print do canal “Taspio” no Youtube	86
Figura 12 – Print do canal “Tutu” no Youtube	87
Figura 13 – Print do canal “Tutu” no Youtube	87
Figura 14 – Gráfico sobre uso do Instagram entre os participantes	89
Figura 15 – Print do canal “Emily Vick” no Youtube	97
Figura 16 – Print do canal “Lucas Neto – Escola Fantástica” no Youtube	97

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CEBAS	Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social
CENPRHE	Centro de Promoção Humana Emanuel
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNEAS	Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECA DIGITAL	Estatuto da Criança e do Adolescente Digital
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PPGCOM	Programa de Pós-Graduação em Comunicação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. METODOLOGIA: ESCRIVÊNCIA, INTERSECCIONALIDADE E PESQUISA-AÇÃO	21
2.1. Entre nós e eu: a Escrivência na produção de conhecimento	21
2.2. Interseccionalidade, Exu metodológico.....	26
2.3. Pesquisa-Ação: Rodas de Conversa como Instrumentos de Co- Construção	32
2.4. Participantes e procedimentos.....	34
3. ERÊS NA PESQUISA.....	39
3.1. O Doce e o Duro: Entre o encantamento e o fardo colonial nas infâncias negras.....	39
3.2. A Sociologia da Infância e Afroperspectivas	49
3.3. Baixou Erê: as crianças da Vila, narrativas, saberes e denúncias.....	54
4. TERRITÓRIO PERIFÉRICO E DIGITAL PARA CRIANÇAS NEGRAS	61
4.1. O Território da Vila: Constituição histórica das desigualdades e suas expressões no digital	61
4.2. Territorialidade das crianças na Vila, poderes circulantes, violências, percepções e análises	68
4.3. Infâncias no território digital: entre o Instagram, o ECA e a (des)proteção	78
4.4. Erês Online, vivências, percepções e análises.....	89
5. ESPAÇOS E EXPERIÊNCIAS: OUTRAS DESCOBERTAS, OPORTUNIDADES DE APRENDIZADO E CAMINHOS AQUILOMBADOS	100
5.1 Aquilombamento como caminho: a Comissão Infantil de Comunicação entre ações e cuidados.....	103
REFERÊNCIAS.....	110

1. INTRODUÇÃO

*“Laroyê Exu, Exu é Mojubá”.*³

Nasci na Vila São João, uma das muitas periferias de Várzea Grande, no Mato Grosso. Vim ao mundo por Maria, minha mãe, e fui criado neste chão. Antes de ser pesquisador, fui menino brincando nas ruas desta comunidade, um dos muitos erês⁴ que hoje reencontro como educador, no CENPRHE, organização social localizada na Vila, onde trabalho há 11 anos desenvolvendo oficinas de teatro e dança para crianças e adolescentes.

É nessa organização que meu encontro diário com as crianças acontece; é nela que rimos, choramos, brincamos, celebramos e compartilhamos percepções. Foi a partir do meu trabalho na organização e da convivência com as crianças da Vila que surgiu em mim o desejo de ingressar no mestrado e desenvolver pesquisa sobre infâncias negras centro-oesteanas, suas percepções acerca dos territórios digitais e periféricos, as intersecções que emergem a partir da análise desses territórios e as possibilidades de ação.

Adentrei o campo acadêmico com uma visão bastante romântica sobre o Instagram, buscando, com meu projeto de pesquisa, estabelecer a rede social como uma ferramenta de boa representação e com hipotética capacidade de gerar profundas mudanças positivas nas vivências e percepções de crianças negras. Ao longo do percurso, no entanto, fui compreendendo que esses ambientes são atravessados por múltiplas dinâmicas, tensões e disputas, que complexificam essa perspectiva inicial e evidenciam que o digital também é um espaço onde se reproduzem desigualdades, violências e contradições.

Mesmo com um olhar romantizado, ao reler o primeiro rascunho do meu projeto de pesquisa, percebo, em minha escrita, a urgência por mudanças na realidade em que vivo, assim como uma curiosidade inquietante em

³ “Laroyê Exu, Exu é Mojubá” é uma saudação muito comum nos terreiros de Candomblé e Umbanda e significa “salve Exu, viva Exu, Exu é movimento”. É um chamado de respeito e abertura, já que Exu é quem abre os caminhos e permite a comunicação entre os humanos, os orixás e os ancestrais.

⁴ Os Erês, na Umbanda e no Candomblé, são entidades espirituais que se manifestam na forma de crianças, trazendo leveza, brincadeira, pureza e também sabedoria. Diferente de uma visão romantizada da infância, eles carregam ensinamentos e uma força ancestral que se expressa no gesto, na dança e na fala. Escrevo aqui pela escrevivência, como um homem umbandista, reconhecendo nos Erês a potência de nossas crianças e de nossos territórios.

compreender o digital e seus impactos. Já buscava saber sobre o negro, as raízes do racismo e o surgimento das periferias; queria entender melhor o meu território, as pessoas de lá e os espaços digitais que atravessam suas vidas, para contribuir, de alguma forma, na criação de novas possibilidades. Este estudo se vincula à linha de pesquisa “Política e Cidadania”, estabelecendo um diálogo direto que não ocorre por acaso.

Participando das disciplinas ofertadas pelo PPGCOM/UFMT⁵ e tendo contato com outras epistemologias, me assustei. Era um mundo maior do que imaginava. Ao mesmo tempo em que era desafiador, era muito bom descobrir novas possibilidades de pensamento, e busquei não recuar. É bastante importante para mim ter Nealla Machado como orientadora, mulher negra e professora pesquisadora da Interseccionalidade. Foi nas aulas com Nealla que conheci Lélia Gonzalez, Fernanda Carrera, Grada Kilomba, Stuart Hall e tantas outras autoras(es) do pensamento negro. Foi nesse contato que comecei a me situar como pesquisador. Stuart Hall, em *Cultura e Representação* (2016), direcionou meus estudos ao estabelecer entendimentos acerca da formação de nossas identidades e das influências locais e sociais na forma como nos vemos e somos vistos, além dos fluxos culturais mais amplos que nos atravessam.

Começava a entender que, para compreender as percepções das crianças, seria necessário compreender os lugares que as constitui, os territórios. Para além do espaço físico que nos atravessa, tornou-se igualmente necessário considerar o território digital, no qual também estamos inseridos e que, de forma articulada ao espaço vivido, participa da produção de experiências, sentidos e modos de existir (Silva; Fernandes, 2021). Nesse contexto, é importante reconhecer que a internet brasileira se constitui, para as crianças, sobretudo para aquelas negras e em contextos de vulnerabilidade social, de forma hegemônica, desregulamentada e orientada por uma lógica adultizada (Tomaz, 2023), o que tensiona ainda mais as formas como essas experiências são vividas e significadas.

Nosso olhar para esse território se dá principalmente a partir das experiências das crianças no Instagram, mas também considera outras redes e plataformas, entendidas como espaços digitais que participam da construção de

⁵ PPGCOM/UFMT: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso.

sentidos e das vivências infantis por meio de seus aplicativos, dinâmicas, sujeitos influentes e detentores de poder (Fraga, 2019). Ao mesmo tempo, volta-se também para a legislação, especialmente o ECA DIGITAL⁶ e suas atualizações referente aos direitos de crianças em ambientes digitais, o Instagram e as tensões entre o que está formalmente estabelecido em suas diretrizes e o que, de fato, se concretiza nas experiências infantis, evidenciando as brechas que atravessam a proteção das infâncias no ambiente digital, como também enxergamos as possibilidades deste ambiente.

Integrar o Laboratório de Pesquisas Audiovisuais, Representação e Interseccionalidade (Labcen/UFMT), participar de eventos acadêmicos externos, escrever artigos, ouvir outros pesquisadores e relacionar novas ideias ao meu estudo foi bastante enriquecedor. Minha construção acadêmica se fortaleceu significativamente a partir da coletividade.

Foi nessa coletividade que me encontrei com a Escrivência de Conceição Evaristo (2020): a oportunidade de falar a partir de mim, em primeira pessoa, sem culpas. Minhas memórias, minhas vivências na Vila e minhas percepções, a partir daquela leitura incorporação, tinham valor e a escrita fluíu.

Assumi então esse lugar de dentro como pesquisador, com corpo e memória enraizados na comunidade onde cresci, vivo e trabalho. Internalizo a Escrivência como método e posicionamento político (Evaristo, 2020) e escrevo sobre mim, sobre e com os meus e nossa comunidade, reconhecendo que nossas histórias carregam saberes que foram historicamente silenciados pela colonização e suas tantas pernas e cabeças (Mignolo, 2017 p.5). Cruzo a Escrivência com a Interseccionalidade para compreender como marcadores sociais como raça, classe, gênero, território, geração e idade se entrelaçam (Collins, 2022) e atravessam as infâncias negras de minha comunidade, afetando, desde muito cedo, a autoestima, identidade e percepções de mundos (Oliveira, 2021).

Esses erês que aqui evoco, as crianças da Vila São João, são meninos e meninas negros, em sua maioria, que vivem em situações de risco e

⁶ ECA Digital: conjunto de normas instituídas pela Lei nº 15.211/2025 e regulamentadas pelo Decreto nº 12.880/2026, que atualiza o Estatuto da Criança e do Adolescente para o contexto digital, estabelecendo diretrizes para a proteção, participação e garantia de direitos de crianças e adolescentes nos ambientes on-line, além de responsabilizar plataformas e ampliar mecanismos de segurança e supervisão.

vulnerabilidade social. Escrever sobre as crianças da minha comunidade é, ao mesmo tempo, escrever sobre mim. Buscando em minhas memórias as experiências na infância, tenho que lidar com a presença de um monstro gigante, fedido, cheio de tentáculos e destruidor: o racismo, que se manifesta em ambos os territórios. O racismo é o mal a ser combatido, o problema, a presença colonial que persiste e se reatualiza sobre nós.

Diariamente, no CENPRHE, lidamos com reproduções violentas de racismo: agressões físicas e verbais, constrangimentos ligados à questão racial, jogos de futebol em que, ao errar um gol, se escuta “preto não joga bem”, crianças negras sendo excluídas de brincadeiras, impedidas de estabelecer amizades e aproximações, meninas que não são escolhidas para integrar times, além de constrangimentos gordofóbicos e de um racismo explícito frequentemente disfarçado de “é brincadeira”.

Há também crianças negras que se desenham brancas, utilizam filtros de Instagram que alteram a cor de suas peles, aproximando-as de máscaras brancas (Fanon, 2020), e expressam rejeição aos cabelos crespos e a seus corpos, entre inúmeras outras situações que crianças brancas não experienciam, essas, na maioria das vezes possuem vários amigos e são bastante disputadas, queridas e paparicadas desde a educação infantil (Oliveira e Abramowicz, 2010). É a marca colonial, impregnada na sociedade brasileira, adoecendo adultos e crianças, fazendo com que gente preta miúda aprenda a se odiar e a odiar os seus semelhantes. Não posso permitir que meus camaradinhos sucumbam.

Diante deste cenário, essa dissertação busca por transformação e justiça social (Collins, Bilge, 2021), tendo como ponto de pesquisa: **De que forma as vivências e experiências de crianças negras em territórios periféricos e digitais, compreendidas a partir de uma perspectiva interseccional, podem revelar caminhos para reduzir a reprodução do racismo, fortalecer suas identidades e contribuir para a construção de práticas de letramento racial e digital em perspectiva aquilombada?** Então, munido interseccionalmente vou a campo na companhia dos erês para buscar respostas e projetar soluções, intervenções e modificações e nosso plano é brincante, jogamos com o que temos e temos nós e se temos nós, temos tudo.

A instrumentalização metodológica deste estudo conta com as possibilidades reveladas pela Pesquisa-Ação (Thiollent, 2011) e seu referencial,

que valoriza a participação coletiva dos erês nos processos empíricos. Assim, por meio de rodas de conversa e das vivências compartilhadas, eles estiveram sempre presentes, opinando, trazendo reflexões e compartilhando suas experiências e percepções e, sobretudo, indicando caminhos para mudanças reais. Não há dúvidas: crianças sabem das coisas e precisam participar das transformações em seus territórios.

É nesse entrelaçar de experiências, escutas e caminhos que esta pesquisa se move, assumindo como objetivo geral: **Compreender como as vivências e experiências de crianças negras em territórios periféricos e digitais, analisadas sob uma perspectiva interseccional, atravessam e influenciam a construção de suas identidades e desejos e, a partir disso, propor estratégias de transformação em perspectiva aquilombada.**

Os objetivos específicos são:

- Desenvolver, no âmbito da Pesquisa-Ação, rodas de conversa com crianças e adolescentes negros, visando à construção de conhecimentos a partir de suas percepções e experiências em territórios periféricos e digitais, promovendo espaços de acolhimento das subjetividades, escuta sensível e expressão discursiva plural.
- Analisar como crianças negras se relacionam com as territorialidades periféricas e digitais, considerando os riscos, vulnerabilidades e atravessamentos que incidem sobre suas vivências, bem como as estratégias de negociação, permanência e agência que mobilizam, de modo a tensionar a reprodução das desigualdades e indicar caminhos de justiça social em perspectiva interseccional.
- Estabelecer o Instagram e outras plataformas digitais como territórios que, em articulação com o território vivido, influenciam e projetam as identidades e subjetividades das crianças, considerando suas dinâmicas de interação, visibilidade e produção de sentidos.
- Contribuir na construção coletiva de ações de aquilombamento, entendendo-o como prática político-pedagógica de produção coletiva de saberes, circulação de informações e promoção do letramento racial e digital, favorecendo o fortalecimento das identidades de crianças e adolescentes participantes

Esta pesquisa contou com a participação ativa de crianças e adolescentes, tornando imprescindível o cumprimento rigoroso das exigências do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos (CEP HUMANIDADES - UFMT), por meio da Plataforma Brasil. Para garantir a conformidade ética, foram submetidos e aprovados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, Assentimento, Anuência Institucional e demais documentos necessários. O processo teve início em 12/12/2024 e obteve parecer favorável em 17/03/2025, resultado que representa uma conquista significativa, considerando a complexidade e a seriedade do procedimento. Ao todo, 40 crianças e adolescentes contribuíram com esta pesquisa por meio da participação em rodas de conversa, sendo 30 crianças entre 8 e 12 anos e 10 adolescentes entre 13 e 14 anos, garantindo uma participação plural e representativa dos erês da Vila.

A pesquisa se dedica à elaboração e implementação coletiva de estratégias que promovam a conscientização digital, o protagonismo infantil e o fortalecimento das identidades negras. Nesse percurso, a organização social é compreendida como um espaço parceiro que possibilita o desenvolvimento de práticas em perspectiva aquilombada, favorecendo a construção de saberes e a afirmação das identidades das crianças e adolescentes que por ali transitam, sem que a pesquisa se centre na instituição, mas nas infâncias que a atravessam.

Então, este trabalho se organiza como um percurso entre vozes, memórias, percepções, denúncias, territorialidades e possibilidades. No capítulo 2, compartilho a metodologia que sustenta esta pesquisa, entrelaçando minha própria Escrivência com a Interseccionalidade e a Pesquisa-Ação, revelando como as rodas de conversa se tornam instrumentos de co-construção e as crianças, parceiras na produção de conhecimento.

O capítulo 3 mergulha nos “erês” da pesquisa, abordando o encantamento e o fardo colonial na constituição desigual das infâncias negras, as perspectivas da Sociologia da Infância e as vozes das crianças da Vila na criação de saberes e narrativas.

O capítulo 4 dialoga com os territórios históricos, periféricos e digitais, evidenciando como a Vila se constitui como um espaço de desigualdades, a territorialidade das crianças e a circulação de poderes, assim como o digital,

compreendido como um espaço de vivências, interações, aprendizagens, influências e riscos, intimamente conectado às experiências que se desenrolam no território físico.

Por fim, o capítulo 5 abre caminhos de aquilombamento, revelando experiências, análises outras e possibilidades que fortaleçam as infâncias negras periféricas, incentivando modos mais conscientes de existir nesses mundos, incluindo o desenvolvimento de práticas de educação midiática e de participação crítica tanto nos territórios físicos quanto digitais.

2. METODOLOGIA: ESCRIVÊNCIA, INTERSECCIONALIDADE E PESQUISA-AÇÃO

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos escolhidas para essa pesquisa, articulando a Escrivência, a Interseccionalidade e a Pesquisa-Ação como bases para a construção deste conhecimento. A Escrivência permite que minhas memórias, experiências e perspectivas pessoais dialoguem com as vivências e percepções das crianças da Vila, enquanto a Interseccionalidade opera como lente analítica que permite compreender como diferentes marcadores sociais se entrecruzam nas experiências das crianças nestes territórios. A Pesquisa-Ação, por sua vez, oferece instrumentos participativos, como as rodas de conversa, que transformam os participantes em coautores deste processo de construção de saberes. Neste traçado metodológico, descrevo também os procedimentos adotados e o envolvimento das crianças, destacando o cuidado ético que orienta toda a pesquisa.

2.1. Entre nós e eu: a Escrivência na produção de conhecimento

Escrever e agir a partir do meu corpo, da minha história e memória, da minha condição de homem negro periférico, é afrontar o modelo colonial de pensar a ciência, que sempre tentou nos domesticar, normalizar, objetificar e embranquecer (Fanon, 2020, p. 26–189), inclusive academicamente, por meio de epistemologias eurocentradas. Aqui está um revide, um contra-ataque do sujeito negro, vitimado por anos de processos discriminatórios, constrangimentos e violências, encenando agora, por meio desta escrita e ação, uma posição de combate, um lugar de reconhecimento enquanto sujeito (Duarte, 2020), contando com meus camaradinhas nessa empreitada brincante, os erês, as crianças de minha comunidade.

Muitas foram as agonias sentidas por mim ao começar escrever academicamente: medo de estar errado, receio de não conseguir escrever de forma complexa ou técnica e medo de não conhecer ou conseguir significar palavras difíceis e rebuscadas. Medo do julgamento e medo da simplicidade. Nesse sentimento, me identifiquei com as angústias compartilhadas pela autora

Fernanda Felisberto, no livro “Escrevivências: a escrita de nós”, durante os momentos de criação acadêmica.

Não é fácil se libertar das amarras das estruturas acadêmicas internalizadas que apontam sistematicamente para “regras” que, no momento de produção de um texto, se traduzem muitas vezes em uma preocupação maior para acertar na forma, ponto recorrente de desqualificação, o que me conduz, com frequência, a titubear, e em alguns momentos engessam a minha capacidade criativa. (Felisberto, 2020 p. 166)

Foi olhando para todos esses sentimentos, me identificando e entendendo a escrevivência como operador teórico (Felisberto, 2020, p. 168), que encontrei caminho na simplicidade que carrego no corpo e na fala de quem habita território periférico e escolhe, de forma muito consciente, não fugir ou se distanciar dele. Minha presença, vivências e memória na comunidade Vila São João construíram minha identidade, e minha identidade é meu guia. Minha cultura é meu sistema imunológico (Marimba Ani, 1994), que, nesta dissertação, se fortalece no coletivo para banir de nossos corpos, mentes e subjetividades o vírus colonial.

Atualmente, a Escrevivência, esse operador teórico e aqui metodológico, caminha por percursos inimagináveis, mas se faz necessário marcar e enunciar, sempre, para quem ele foi pensado e por que (Felisberto, 2020, p. 173). Conceição Evaristo (2020) define a Escrevivência como uma forma de escrita que emerge da experiência vivida de mulheres negras, tendo como objetivo borrar e desfazer a imagem de um passado em que o corpo-voz dessas tantas mulheres tiveram sua potência de emissão controlada pelo regime escravocrata (Evaristo, 2020 p.30) sendo a Escrevivência um ato político e poético que dá voz àqueles(as) cujas histórias, memórias, vivências, muitas vezes foram e são silenciadas ou marginalizadas, como é o caso aqui.

A Escrevivência me ensina que minha história, minhas lembranças, experiências e principalmente minhas memórias da Vila não são menos ciência por serem afetos. São justamente o que me torna sujeito, como Grada Kilomba provoca em Memórias da Plantação (2020), é por meio da escrita sobre mim, sobre nós que assumo a narrativa e rompo com a mudez a que meu povo negro foi condenado, inscrevo-me aqui como autor onde só nos deixavam ser objeto. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrito (Kilomba, 2020, pag. 28) prezo por autonomia nesta dissertação, abandonando rotas

acadêmicas e metodológicas “tradicionais”, buscando encorajar outros (as) pesquisadores (as) amedrontados (as) pelo ~~(colonialismo)~~, quero dizer, pelo tradicionalismo, a olhar outras possibilidades de se produzir ciência, deixando em meu referencial teórico caminhos para que outras(os) tenham acesso às epistemologias do pensamento negro brasileiro Améfricano (Gonzales, 2020) e construam suas próprias possibilidades epistêmicas.

Ao acionar a Escrivência como método, não observo de fora, participo ativamente das experiências que compõem o corpus da pesquisa, permitindo que minhas reflexões dialoguem com os saberes das crianças. Para quem ainda descredita de sua potência científica, deixo que Felisberto (2020) fale por mim ao dialogar com Evaristo e confirmar a Escrivência como caminho legítimo de produção de conhecimento científico:

esse método encena uma possibilidade de escrita com mais autonomia autoral, de interferência e participação na narrativa, além de fluidez, com ritmo e sentidos sem tantos enquadramentos de formato, pois existe a premissa da aproximação do fazer acadêmico com uma realidade vivida em suas práticas cotidianas, dando um sentido de aproveitamento e utilização, que, de certa maneira, tem diminuído a distância entre os diferentes saberes produzidos dentro e fora da universidade. (Felisberto, 2020, p.171)

Localizando-me nos saberes de mulheres negras, parto então de um esforço de pertencimento intelectual e interseccional negro, não escrevo somente sobre minhas vivências, neste trabalho minhas vivências se encontram com as vivências das crianças de minha comunidade e a escrita vai se dando por meio de uma construção estruturada na oralidade, na brincadeira, na memória e na coletividade, considerando histórias, trajetórias familiares, e demais narrativas e percepções das classes trabalhadoras, populares e desqualificadas pelo mainstream (Xavier, 2019, p. 77).

No artigo “O gênero memorial na construção identitária docente” a pesquisadora Polyanne Ribeiro reflete sobre a importância da escrita acadêmica que busca considerar a memória:

o gênero memorial, portanto, apresenta-se como arena reveladora de aspectos identitários discursivamente colocados pelos professores e estudantes em formação ao falarem sobre si e, por conseguinte, da sua profissão e de sua pesquisa (Ribeiro, 2016 p. 125)

Entendendo que escrever uma dissertação é um lugar de travessia (Felisberto, 2020), percebo que a memória, quando atravessa minha escrita, não se limita ao registro de fatos pessoais, mas se configura como um espaço de elaboração crítica e afirmação identitária. Nesse sentido, trazer a memória para o campo da pesquisa é também deslocar fronteiras entre o pessoal e o coletivo (Ribeiro, 2016), permitindo que experiências pessoais se conectem a experiências e percepções de crianças que assim como eu, vivem nas margens. Somos sujeitos históricos e nossos saberes escurecidos e periféricos desestabiliza narrativas hegemônicas e propõe outras formas de existir e produzir conhecimento, buscando por justiça social (Collins, 2022).

Em “Escrevivência, Quilombismo e a tradição da escrita afrodiaspórica” Duarte (2020) estabelece que a escrevivência também pode ser compreendida como uma prática de resistência quilombista, nascida da urgência por sobrevivência e proteção coletiva. Tratando-se de uma escrita que resguarda a memória, enraizada na tradição afrodiaspórica, e que persiste ao longo dos séculos como forma de manter vivas as experiências negras. É uma escrita que, como afirma o autor, “assume a perspectiva do sujeito historicamente silenciado e estigmatizado como Outro” (Duarte, 2020, p. 81).

Aqui falamos e agimos em nosso próprio nome e sobre nossa própria realidade, a partir de nossa perspectiva que têm, como no último verso do poema, sido calada por muito tempo (Kilomba, 2019). Aqui não mais.

Grada Kilomba (2019), Frantz Fanon (2020), Aníbal Quijano (2005) e tantos outros pensadores e pensadoras decoloniais evidenciam que há uma desorganização histórica e estruturada imposta sobre nós, que ensina, desde a infância, a nos vermos como “Outros”, corpos dissociados da humanidade plena, situados à margem do que foi definido pelo colonizador como centro.

A colonialidade do poder organiza o mundo a partir de uma classificação racial global (Quijano, 2005, p. 120) na qual corpos negros e indígenas são colocados como inferiores, desviados, subalternizados. Essa outrariedade forjada pelo projeto colonial explode nas periferias e na internet, explode na mente das crianças da Vila, não consigo observar em silêncio quando a voz de Beatriz Nascimento ecoa em minha mente: “AQUILOMBE-SE E AJA”

Nascido da necessidade de defesa e sobrevivência, o quilombismo tem como fundamento a preocupação com o coletivo, a se materializar em formas distintas de mobilização e associativismo, adaptadas à necessidade histórica de cada época: nas matas – “com defesa e organização econômico-social própria”; nas cidades, em formatos tolerados, como “irmandades, confrarias, clubes” (Duarte, 2020, p. 79)

Espero que percebam a urgência e a necessidade de agir na tentativa persistente de transformar a realidade vivida pelas crianças da Vila e entre nós, pessoas negras. Ao escrever, não procuro apenas relatar. Escrevo para provocar, construir junto e intervir, essa é uma escrita que carrega em si a urgência de transformar o território que a alimenta. É escrita-manifesto (Duarte, 2020 p. 135). Foi nessa necessidade de agir de forma consciente, ética e coletiva que me encontrei com metodologia da Pesquisa-Ação, reconhecendo nela, como propõe Thiollent (2002), caminhos metodológicos que permitam que a pesquisa não se limite à observação, mas se faça também intervenção. Façamos.

Aqui recusamos a neutralidade fingida de muitas pesquisas tradicionais. Meu corpo fala, meu território fala. E se falo é porque carrego junto comigo outras vozes, nesta dissertação as vozes das crianças da vila, parceiros de construção. Não escrevo apenas sobre, escrevo com (Araujo, Dias, 2019) e é aqui que a Pesquisa-Ação se encaixa como prática que desloca, interfere e devolve. Pesquisar é agir (Thiollent, 2002), não quero ficar atrás dos muros da universidade descrevendo; quero mergulhar no chão da minha comunidade, girar nas rodas com as crianças, conversar sobre redes sociais e sobre nosso espaço, refletir sobre representações e compreender suas percepções, vivências e experiências, para assim vislumbrar caminhos que desatem os nós coloniais que nos fazem esquecer de quem somos.

Recuso que minha escrita se torne apenas mais um arquivo PDF guardado nas prateleiras virtuais da universidade. Ao contrário, ela precisa retornar à Vila, às ruas, aos sorrisos das crianças, e, quem sabe, alcançar outras comunidades, coletivos e estudantes como caminhos possíveis. A Escrivência tece meu lugar de dentro, é neste lugar que minhas vivências encontram outras vivências, porque, como diz Evaristo (2020, p. 35), “não é uma escrita de si que limita a história de um eu sozinho, mas uma escrita que carrega a história de uma coletividade”. Tendo entendido e incorporado, estabeleço essa costura metodológica entre Escrivência, Interseccionalidade e Pesquisa-Ação nesta

dissertação-travessia sobre infâncias negras periféricas e suas percepções habitando território periférico e digital, posicionando-a como esforço de contribuição ao pensamento e ações decoloniais.

2.2. Interseccionalidade, Exu metodológico

Saldemos Exu.

Abrir caminhos é tarefa de Exu, mensageiros entre mundos, guardião do movimento, da comunicação, senhor das encruzilhadas e, portanto, da Interseccionalidade (Akotirene, 2019 p.20). Nas tradições de matriz africana, Exu não é apenas orixá do trânsito e da palavra, mas força viva que tensiona fronteiras, desmonta dicotomias e anuncia a coexistência de caminhos múltiplos (Rufino, 2019). É Exu quem risca no chão a encruzilhada, convidando quem passa a escolher rumos, a lidar com as consequências, a produzir novas narrativas. Assim também opera a Interseccionalidade: é Exu metodológico (Martins, 2020), que gargalha da linearidade e responde com a voz sabedora de quanto tempo a língua escravizada esteve amordaçada politicamente, impedida de tocar seu idioma, beber da própria fonte epistêmica cruzada de mente-espírito (Akotirene, 2019 p.20). Enfatizemos a relação de Exu com a encruzilhada:

Nas elaborações discursivas e filosóficas africanas e nos registros culturais delas também derivados, a noção de encruzilhada é um ponto nodal que encontra no sistema filosófico-religioso de origem iorubá uma complexa formulação. Lugar de interseções, ali reina o senhor das encruzilhadas, portas e fronteiras, Éxu Elegbara, princípio dinâmico que medeia todos os atos de criação e interpretação do conhecimento (Martins 1997, p. 26)

É pelas encruzas do pensamento exulístico que inicio escrita sobre a Interseccionalidade como método nesse traçado metodológico, lançando mão da figura de Exu para incorporar esse entendimento. Gira aberta por Exu, me guio pelo conhecimento interseccional elaborado por mulheres negras diversas, potentes, fundamentais. O termo, cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002), conquistou popularidade acadêmica e se fortaleceu em inúmeras produções, ensaios, reflexões em sala de aula, discursos e continuidades epistêmicas, sendo teoria, metodologia e instrumento prático,

revelando, a Interseccionalidade, ciclo lunar da militância encabeçada pelas intelectuais negras (Akotirene, 2019, p.34).

É necessário, assim como na Escrivência, ressaltar quantas vezes necessárias que a Interseccionalidade é uma sensibilidade analítica, pensada e fortalecida por mulheres feministas negras cujas experiências e reivindicações eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros (Collins, 2022) tendo então, a Interseccionalidade, capacidade de oferecer instrumentos ancestrais para uma investigação social centrada na inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, principais produtores daquilo que Akotirene (2019) sabiamente denomina “avenidas identitárias”, espaços nos quais, sobretudo, mulheres negras são historicamente impactadas pelos cruzamentos e sobreposições de raça, gênero e classe, perpetuados por modernos aparatos coloniais.

Avenidas identitárias é uma metáfora urbana usada para explicar como sistemas de opressões estruturam caminhos que se cruzam na vida das pessoas, principalmente pessoas negras (Akotirene, 2019). Pensemos numa grande cidade com várias avenidas, cada avenida é um marcador social, então uma é raça, outra gênero, outra é classe social, outra geração (...) essas avenidas não existem isoladamente, elas se cruzam, formam encruzilhadas únicas onde o trânsito é intenso e os riscos são inúmeros.

Situando-me na Vila São João e junto às crianças participantes desta pesquisa, crianças negras e moradoras de periferia, é possível analisar que esses erês vivem sobreposições de raça, classe, gênero, idade, território e geração, e que esses fatores atravessam a forma como são percebidas, tratadas, educadas e cuidadas ou negligenciadas (Santos, 2009). Por isso, nesta dissertação, opto por um olhar e uma sensibilidade interseccional, me permitindo enxergar além, compreendendo a colisão dessas estruturas e suas interações simultâneas sobre nossos corpos em múltiplas dimensões. (Crenshaw, 2002).

Peço licença às mestras para utilizar da lente interseccional nesta dissertação para analisar como opressões que atravessam os corpos das crianças da Vila e o meu corpo (Carrera, 2021) não pode ser lidas de forma somática, por exemplo: Raça + Gênero + Classe + Idade + Geração + Território é uma visão interseccional inválida, pois a Interseccionalidade impede aforismos

hierarquizantes ou comparativos (Akotirene, 2019, p. 43), Segundo Patricia Hill Collins, a interseccionalidade é um sistema de opressões interligadas, no qual não se somam identidades; estas são construtos mútuos que estruturam diversos fenômenos e problemas sociais (Collins, 2022).

Analiso então quais condições estruturais atravessam os corpos das crianças da Vila, quais perspectivas reorientam significados subjetivos sobre seus corpos e mentes, uma vez que, por serem corpos infantis negros e periféricos, são atingidos inúmeras vezes por estruturas colonialistas estabilizadas pela matriz de opressão (Akotirene, 2019) evidentes no racismo que persiste em nos perseguir e nas desigualdades histórias destes territórios analisados. Akotirene nos avisa sobre a importância de entender o que é colonialismo e matriz colonial de poder (Quijano, 2005), antes de utilizar a Interseccionalidade em nossas pesquisas.

O colonialismo não é uma ocorrência da modernidade, como também não se restringe a um tempo ou local específico, a prática colonial perpassa toda a história, e busca domínio territorial, político, cultural e religioso (Quijano, 2005) Contudo, apenas no século XVI o colonialismo tomou outra proporção devido aos avanços tecnológicos na navegação e consequentemente a invasão, sequestro e dominação de outros continentes (Alcântara Conde da Silva, 2021, p.118).

Sendo a modernidade e a racionalidade imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus (Quijano, 2005, p. 122) impôs-se essa perspectiva binária, dualista, de conhecimento, peculiar ao eurocentrismo como mundialmente hegemônica para justificar então o domínio colonial da Europa sobre o mundo.

Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/míticocientífico, irracional-razional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. Mesmo assim, a única categoria com a devida honra de ser reconhecida como o Outro da Europa ou "Occidente", foi "Oriente". Não os "índios" da América, tampouco os "negros" da África, estes eram simplesmente primitivos. (Quijano, 2005, p. 122)

Buscando pelos meus, a história do continente africano foi perpassada pelos horrores da colonização, e essa experiência perpetua, até a atualidade,

inúmeras marcas, como a fome, a pobreza, epidemias, conflitos armados, guerras civis e tantas outras desigualdades, além de violências físicas, digitais, territoriais e subjetivas (Alcântara Conde da Silva, 2021).

Mignolo (2011) Quijano (2005) denomina como matriz colonial de poder os quatro pilares da dominação colonial inter relacionadas, sendo eles: o controle da economia, controle da autoridade, controle do gênero e da sexualidade, e controle do conhecimento e da subjetividade. (Alcântara Conde da Silva, 2021, p.118) quando falo sobre perceber os rastros coloniais em nossas vivências, estou expressando as desigualdades a qual estamos submetidos, o padrão branco estabelecido na sociedade e em seus ambientes digitais, a segregação territorial, constrangimentos, desejos ocultos, traumas e o racismo presente apodrecendo nossas vivências, mentes e enterrando nossos corpos.⁷

Desafiar a matriz colonial de poder e dominação, promovendo a decolonização, implica questionar a superioridade da identidade branca, masculina e heterossexual, sua superioridade ontológico existencial, sua superioridade epistemológica e sua superioridade cosmológica. (Backes, 2014, p. 16)

Descolonizar é um ato educativo que parte da capacidade de lutar incansavelmente pela dignidade existencial dos viventes, ou seja, tem seus atos focados em contrariar os ditames da agenda dominante (Rufino, 2021), contando com práticas cotidianas, pertencimentos coletivos, fortalecimento comunitário, ética responsiva, aprendizagens e circulação de conhecimentos que reposicionem e vitalizem os seres atravessados pela violência colonial, pela diversidade e pelo caráter inconcluso das coisas (Rufino, 2021, p. 26).

Então, a Interseccionalidade é mobilizada nesta dissertação como uma chave analítica que permite compreender como diferentes marcadores sociais se entrecruzam na produção das experiências das crianças participantes. Para além de identificar opressões isoladas analisamos como essas dimensões operam de forma articulada, estruturando desigualdades que atravessam tanto o cotidiano vivido na comunidade quanto as dinâmicas presentes nos ambientes digitais (De Moraes, 2020). Nesse sentido, a interseccionalidade não aparece

⁷ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/jovens-pretos-e-pardos-foram-os-que-mais-morreram-em-2023-diz-ibge/> Acesso em: 20 set. 2025

apenas como um conceito, mas como um modo de olhar que orienta toda a leitura dos dados produzidos.

Essa perspectiva é operada, principalmente, a partir das falas das crianças nas rodas de conversa, como também, percepções, memórias e reflexões pessoais, anotações em diários de campo, conversas com mães da comunidade e pessoas que trabalham no CENPRHE, constituindo uma produção legítima e coletiva de sentidos. Ao analisar as falas das crianças, buscamos identificar como os atravessamentos se manifestam em suas experiências, seja nas relações estabelecidas na Vila, seja nas interações mediadas pelas plataformas digitais. Assim, as narrativas das crianças não são tratadas como relatos individuais isolados, mas como expressões situadas de vivências marcadas por desigualdades estruturais que se atualizam em diferentes contextos.

Ao mesmo tempo, a análise interseccional se articula com o diálogo teórico, tensionando as percepções trazidas pelas crianças com achados de outros autores e campos de estudo. Esse movimento permite ampliar a compreensão dos dados produzidos, conectando experiências locais e virtuais a processos mais amplos, como o racismo estrutural, a desigualdade social e as lógicas de funcionamento das tecnologias digitais e seus riscos.

Para além das experiências narradas, a interseccionalidade também orienta a análise da constituição histórica das desigualdades que marcam tanto o território da Vila quanto o ambiente digital. Partindo do entendimento de que a internet não é vivida de maneira universal, sendo atravessada por assimetrias de acesso, visibilidade, representação e proteção (Tomaz, 2019). Assim, ao considerar esses dois territórios como dimensões constitutivas das infâncias contemporâneas, a interseccionalidade permite evidenciar como desigualdades históricas se reconfiguram e se aprofundam no digital (De Moraes, 2020) sem se desvincular das condições materiais e sociais que estruturam a vida na periferia.

A Interseccionalidade não é simplesmente um método de fazer pesquisa, é principalmente uma ferramenta de empoderamento de pessoas marginalizadas (Collins; Bilge, 2021, p. 57). Escolho a Interseccionalidade para compor esse traçado metodológico porque reconheço que os corpos que atravessam essa pesquisa, são corpos negros, empobrecidos, meninos e meninas moradores de um território periférico e historicamente negligenciado

pelo Estado e, ao mesmo tempo marcado por relações de poder que nos atravessam de forma interligada e não hierárquica (Collins; Bilge, 2021) influenciando nossas identidades e a forma como interpretamos e significamos o mundo.

Esse olhar interseccional permeia toda a dissertação, seja no capítulo sobre as crianças, o território físico, a presença das crianças no ambiente virtuais, nas noções sobre identidade e demais tensionamentos aqui apresentados por nós, sendo a Interseccionalidade para Collins e Bilge (2021) não somente uma teoria para explicar desigualdades, mas uma prática de enfrentamento cotidiano.

Collins (2022) reforça que pensar a interseccionalidade como práxis é assumir que nossas análises se desdobrem em ações. É nesta linha epistêmica que destaco sua utilização como chave para perceber as fissuras do sistema colonial sobre nós e sobre nosso território, criando estratégias de enfrentamento a partir de dentro. A Interseccionalidade é método que tensiona, amplifica e complexifica a Escrivivência. Ao escrever a partir de nossas vivências, afirmo uma escrita que é negra, periférica, conscientemente situada e insurgente porque assume que nossas histórias não cabem em explicações lineares e embranquecidas.

A interseccionalidade, assim, sustenta a construção de uma pesquisa que considera essas vidas em sua inteireza e busca devolver ao território práticas voltadas ao enfrentamento das opressões que as atravessam, materializando-se na forma como foram pensadas e conduzidas as rodas de conversa, enquanto espaços de escuta e diálogo. Nesse percurso, a Escrivivência se articula à Interseccionalidade, que se desdobra em ação ao incorporar a Pesquisa-Ação como parte dessa construção metodológica. É na escuta e, principalmente, na ação junto com as crianças que busco tensionar essas estruturas, criando brechas para projetar outros futuros possíveis. Como lembra Patricia Hill Collins (2022) agir sobre as desigualdades que analisamos é o que transforma teoria em práxis. Tenho esperança.

É isso que move esta pesquisa desde o início: escrever para entender, escutar para agir e agir para transformar, movimento que vai da realidade à consciência, da consciência à realidade, em um movimento esclarecedor e transformador (Carvalho; Pio, 2017, p. 431).

2.3. Pesquisa-Ação: Rodas de Conversa como Instrumentos de Co-Construção

A Pesquisa-Ação é uma abordagem metodológica que combina pesquisa científica e intervenção prática coletiva (Thiollent, 2002). Caracteriza-se por ações conjuntas entre pesquisador e sujeitos co-participantes, na realização de dinâmicas coletivas que possibilitem a construção de referências contínuas com o coletivo e por reflexões críticas a respeito da superação de condições, com participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo, não se limitando apenas à observação externa dos fenômenos sociais, conforme Craveiro, Toledo e Hucks (2024, p. 6).

Com participantes e pesquisador agindo juntos, busca-se solucionar problemas concretos de uma determinada realidade social, cabendo sua realização em organizações sociais, bairros populares ou comunidades, tendo como fundamento o saber empírico da ação social para o desenvolvimento do conhecimento (Thiollent, 2002, p. 24). A Pesquisa-Ação visa à transformação social de diferentes espaços e realidades por meio de pesquisa e ações coletivas.

No tradicionalismo de se fazer pesquisa, segundo Peruzzo (2017), a comunidade envolvida costuma ser tratada de forma passiva, sendo apenas fonte de dados, sem autonomia para refletir sobre sua realidade ou buscar caminhos para transformá-la. Nesta Pesquisa-Ação, essa lógica se inverte: as crianças são reconhecidas como sujeitas ativas e críticas, com potencial para compreender e intervir diretamente nas situações que enfrentam. As crianças são muito bem-vindas nessa construção de cenários participativos que contribuam para a luta antirracista e na busca por fortalecimento identitário. Para um mundo que investe na dominação e na alteração das formas de usar o corpo, invocar a memória, sentir o afeto, viver a comunidade e tecer, de forma coletiva, a partilha de novos caminhos é um ato de descolonização (Rufino, 2021).

Falamos aqui sobre os desejos de transformação, mas é preciso compromisso sólido e rigor metodológico para que esses desejos ultrapassem os limites da militância esvaziada. Thiollent (2011) lembra que a Pesquisa-Ação vai muito além do movimento de apenas reunir dados. Ela é, na verdade uma

construção coletiva de saberes que demanda escuta atenta, reflexão profunda e sensibilidade para captar, acolher e compreender o que está nas entrelinhas do que se é dito. Os sentidos produzidos na intervenção precisam ser compreendidos junto de quem vive a realidade, considerando os contextos e histórias de vida de cada envolvido (Rucks, 2025).

Orientado pelo construto dos parceiros acadêmicos e pensadores das infâncias e juventudes, Craveiro, Toledo e Rucks (2024) e suas reflexões metodológicas desenvolvidas a partir de experiências com a Pesquisa-Ação, consigo identificar nesta dissertação características essenciais para essa prática metodológica: a) as crianças participantes são reconhecidas como atores essenciais na comunidade onde vivem, sendo inclusive produtores de cultura como nos traz Sarmiento (2011) e suas contribuições valiosas sobre a Sociologia da Infância b) Eu pesquisador estou completamente envolvido com a comunidade Vila São João e com a organização CENPRHE, desde erê e hoje como morador/trabalhador c) Desde o princípio essa dissertação preza pela construção coletiva e colaborativa afim de promover transformações sociais.

O estudo desenvolvido com as crianças da Vila busca compreender, a partir das vivências infantis e das percepções sobre os territórios que habitam, e, com base nessas compreensões, propor coletivamente estratégias de transformação. A partir de minhas experiências junto às crianças, como morador desta comunidade e participante desta organização, identifico que o racismo e as desigualdades são feridas abertas, que atravessam tanto o território físico quanto o digital. Nesse sentido, a Pesquisa-Ação, nessa costura metodológica, possibilita agir sobre esse problema, promovendo intervenção.

Entender o Instagram como território digital, espaço da sociedade que altera hábitos, valores, costumes e tempos, redefinindo compreensões de mundo e até mesmo processos cognitivos (Silva; Fagundes, 2021, p. 2), me provocou, nesta dissertação, a compreender as experiências das crianças no ambiente online, buscando, não apenas nas vivências físicas na comunidade, mas também nas vivências digitais, entendimentos sobre como ambos os territórios influenciam e projetam as identidades e subjetividades das infâncias negras locais.

Sabemos que crianças e adolescentes estão bastante familiarizados com dispositivos e recursos digitais, os quais ocupam um espaço significativo em seu

cotidiano (Nery; Rego, 2020). Nesse contexto, incorporo a utilização do Instagram como principal estratégia de investigação das experiências das crianças negras online, sem, no entanto, limitar o diálogo, permitindo também a análise de vivências em outras redes e plataformas digitais que atravessam seu cotidiano e foram trazidas pelos participantes.

2.4. Participantes e procedimentos

Por meio deste procedimento, uma das primeiras etapas foi de encontro com a equipe gestora e pedagógica da organização, propondo a realização da pesquisa, expondo seus objetivos, sua relevância para a comunidade e as valiosas contribuições para a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder (PPGCOM).

As ações realizadas aconteceram de forma participativa e sempre alinhada à gestão e coordenação pedagógica da organização, respeitando de forma soberana o Estatuto da Organização e seu PPP (Plano Político Pedagógico). Não havendo centralidade na Pesquisa Ação, todo construto se estabeleceu de forma coletiva e socializada, evitando epistemicídios e valorizando a voz de todos os envolvidos durante os processos (Thiollent, 2002).

Após a compreensão e o aceite por parte da equipe gestora da organização, realizei, junto à coordenação pedagógica, um seminário circular⁸. Nesse espaço, em diálogo com outros membros da equipe, conversamos sobre as temáticas do racismo, suas formas de reprodução, a presença de crianças nos ambientes digitais e os desafios envolvidos nessas questões, além de compartilharmos percepções construídas no cotidiano de trabalho com as crianças.

Me impressionou o número de ocorrências ligadas ao racismo presenciada pelos demais colegas de trabalho. De todos os tipos, desde constrangimentos e exclusões em brincadeiras até agressões verbais porque o goleiro negro não catou o gol “macaco”. Esse momento junto da equipe foi bastante importante para produzir dados, refletir, tomar decisões, elaborar interpretações e centralizar informações relevantes (Thiollent, 2002, P. 68)

⁸ Ação realizada na data 18/04/2025 no CENPRHE.

busquei posicionamento e tensionamento interseccional durante o processo, a utilização do diário de campo (Thiollent, 2002) foi imprescindível neste momento de produção de conhecimento junto aos colegas.

Esta pesquisa se desenvolve com a participação de pessoas crianças e adolescentes, para este propósito, se fez necessária a submissão dos Termos de Consentimento, Assentimento, Anuência Institucional e demais exigências do Comitê de Ética na Plataforma Brasil, seguimos de forma rigorosa todas as exigências do órgão competente. A primeira submissão aconteceu no dia 12/12/2024 tendo seu parecer de aprovação em 17/03/2025.

As rodas ocorreram com quatro turmas distintas: no período matutino, a primeira reuniu 8 crianças (8 a 12 anos) e a segunda 7 crianças e 3 adolescentes (8 a 14 anos); no período vespertino, a terceira turma contou com 10 crianças (8 a 12 anos) e a quarta com 5 crianças e 7 adolescentes (8 a 14 anos). Cada roda teve encontro único com duração máxima de 1 hora, em dias diferentes.⁹

É importante destacar que nem todas as crianças presentes participaram falando, mas estiveram ouvindo, reagindo, se expressando apenas com “sim” e “não” e isso foi respeitado. Todas as crianças foram avisadas sobre os riscos de participação, não sendo obrigadas a falar em nenhum momento e tendo total liberdade a não participação. Falamos com quem quis falar e realizamos esse movimento de forma brincante, formato livre, sentados no chão, deitados, rindo, dispersando por muitas vezes e fugindo de modos adultocêntricos carregados de seriedade.

As rodas de conversa tiveram como objetivo compreender as experiências e percepções das crianças e adolescentes sobre o uso do Instagram e temas relacionados à sua presença online no acesso à internet, além disso falamos sobre a presença delas no território da Vila São João e suas vivências. As perguntas norteadoras foram:

Na sua casa têm internet?

Você tem celular?

Você usa o Instagram?

Como utiliza e quem segue?

⁹ As rodas de conversas foram realizadas nos dias 03/07/2025 e 07/08/2025 no CENPRHE.

Segue pessoas da comunidade?

E a conversa fluiu entre fãs do influenciador Lucas Neto, até papos sobre o excesso de filtros, vídeos empinando moto, violência policial, “dix”, “priv.”¹⁰ e rotinas online.

De forma geral, observou-se que a maioria das crianças participantes acessam a internet, ainda que mediado por celulares compartilhados com familiares e redes nem sempre estável (paga). No entanto, nem todas possuem aparelhos próprios. Nem todos possuem Wi-fi em casa. O acesso à internet é viabilizado por meio de créditos em planos pré-pagos, geralmente disponibilizados pelas mães ou responsáveis. No que diz respeito ao uso do Instagram, a maioria dos participantes relataram conhecer, possuir ou já ter possuído contas na plataforma, mesmo estando abaixo da idade mínima recomendada, utilizam a plataforma de formas diversas, seguem familiares, amigos da escola, do CENPRHE e famosos.

As falas dos participantes foram registradas em áudio e complementadas por anotações no diário de campo, com garantia de anonimato. Desde o momento da transcrição dos áudios das rodas, optamos por utilizar nomes fictícios para os participantes, não sendo empregado nenhum nome real nesta construção, assim como evitamos o uso de nomes de participantes do CENPRHE. Os áudios, após transcritos, foram armazenados em HD pessoal, sendo utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

Inicialmente, havia a proposta de realizar rodas de conversa e oficinas voltadas às percepções sobre as imagens publicadas no Instagram do CENPRHE. No entanto, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, especialmente durante a transcrição dos áudios e a construção dos relatórios, deparei-me com um conjunto robusto de dados, que evidenciou inúmeras possibilidades de análise e de ação, sem a necessidade de realização das oficinas.

Esse percurso também contribuiu para um deslocamento importante no foco do estudo, tornando evidente que não se tratava de uma pesquisa sobre o

¹⁰ Perfis “dix” e “priv.” são contas alternativas criadas por jovens no Instagram para compartilhar conteúdos em círculos restritos, funcionando como estratégias de intimidade e controle da exposição online.

CENPRHE, mas sobre as crianças da Vila São João que participam da organização. Durante as rodas, os erês trouxeram, de forma crítica e por si próprios, suas percepções sobre as postagens que utilizam suas imagens no Instagram da organização, além de sugerirem mudanças e caminhos possíveis, reafirmando seu papel ativo na construção desta pesquisa.

No que se refere ao processo de escolha, em uma investigação participativa, o primeiro aspecto a ser considerado para a definição dos sujeitos deve decorrer da implicação destes no estudo (Fraga, 2019 p. 40) então, informar as crianças sobre os objetivos e os processos desta pesquisa foi fundamental para garantir comprometimento durante o trabalho investigativo. Compreendendo segundo Sarmiento (2011) Fraga (2019) e Tomás (2023) que o repassar de informações claras sobre a investigação, aliada ao assentimento dos participantes, constitui um dos momentos mais significativos para a participação das crianças envolvidas.

Após alinhamento junto a coordenação pedagógica e equipe sobre os objetivos desta pesquisa, conseguimos reservar o tempo de 1H nas turmas (Integrar e Conviver) em ambos os períodos. Expliquei o que é o mestrado, qual foi meu caminho até o mestrado e quais os objetivos dessa pesquisa, expliquei que escolhi construir conhecimento junto deles, buscando compreender como eles habitam o Instagram, outras redes e o chão físico da Vila São João. Evidenciei também sobre o sigilo de seus nomes, sobre o consentimento de seus pais e como suas informações serão utilizadas nesta dissertação. A ideia foi aceita pelos erês e começamos as conversas.

É importante dizer que ao falar sobre os objetivos junto a equipe, houve interesse de todos os envolvidos neste movimento o que facilitou o acontecimento das rodas de conversa como programação pedagógica da semana. A organização trabalha temáticas semanais, essa foi mais uma. Anteriormente, os pais das crianças estiveram cientes dos objetivos dessas pesquisas por meio da “Reunião das Famílias do CENPRHE”, esta que já acontece mensalmente na organização.

Durante reunião, estive presente junto da coordenação, explicando os objetivos da pesquisa e a necessidade de envolvimento dos participantes. Os pais das crianças envolvidas, cientes, realizaram assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assim como as crianças também

realizaram assinatura, pois não é mais aceito como suficiente, nas pesquisas com crianças, obter somente o consentimento daqueles responsáveis por elas (Muller, 2007, p. 48).

Assim, a definição dos participantes esteve vinculada à sua decisão de querer ou não participar da pesquisa, de modo autônomo e informado, com o consentimento de seus pais (Fraga, 2019 p.41), perspectivas essas relacionadas as concepções de infância que aqui temos estabelecidas e as metodologias participativas assumidas nesta dissertação. A proposta, desde o início, contou com a adesão das crianças o possibilitou a construção de relações pautadas na parceria, favorecendo processos comunicacionais mais interativos e abertos ao longo da investigação. Tal dinâmica, orientada pelos pressupostos da Sociologia da Infância, manteve-se descentralizada, reconhecendo as crianças como sujeitos sociais ativos e coautores na produção de conhecimentos.

Este estudo fundamenta-se em perspectivas qualitativas buscando compreender as subjetividades perceptivas e experiências (Minayo, 2014) das crianças da Vila, procurando identificar no discurso perceptivo dessas crianças e adolescentes caminhos para desenvolvimento de estratégias eficazes a serem implementadas na organização durante e após o momento de produção de dados (Thiollent, 2011). Entendendo a possibilidade de pensar esta organização como espaço que possibilita ações aquilombadas, lugar de encontro, reflexões e coletividades (Meireles, 2024 p.101), trazendo em mente os princípios pedagógicos da possibilidade de educação libertadora e antirracista defendida por bell hooks (2019) ao me ensinar a transgredir.

3. ERÊS NA PESQUISA

Neste capítulo, a centralidade está nas crianças, referenciadas aqui como erês, sujeitos de encantamento, mas também marcados pelo peso do legado colonial e pelos atravessamentos históricos e políticos na constituição das infâncias (Trapp de Queiroz, 2023). O olhar interseccional volta-se às infâncias periféricas e às desigualdades vivenciadas tanto nas dimensões físicas quanto nas digitais. Em seguida, recorro à Sociologia da Infância (Sarmiento, 2005) e às Afroperspectivas (Nogueira; Barreto, 2018) para reconhecer as crianças como produtoras de cultura, memória e saberes, deslocando o olhar adultocêntrico. Por fim, as crianças falam por si mesmas em “Baixou Erê” e emergem como protagonistas na construção de narrativas e percepções próprias sobre os territórios que habitam.

3.1. O Doce e o Duro: Entre o encantamento e o fardo colonial nas infâncias negras

Salve os erês! Salve as crianças! Salve a sabedoria infantil!

Eu venho dos terreiros. Sou feito de canto, toque, firmeza e vela acesa.

Carregando no corpo e na escrita as memórias da gira, onde os erês baixam de Aruanda risonhos, brincantes e cheios de axé, espalhando sabedoria para quem sabe ouvir criança. Lambuzando a cara dos adeptos de doce e espalhando, junto com açúcar, a sabedoria ancestral que só parece inocente a gente adulta de espírito que não aprendeu a decifrar o sagrado no lúdico.

Nos ensinamentos de Morena Martins de Freitas (2019, p.3), compreendo que os erês, entidades infantis de candomblé e umbanda, se diferenciam dos Orixás não apenas pela maneira como se comportam, mas, principalmente pela fala. É pela boca dos erês que os recados chegam. Porque os orixás não falam, mas os erês sim, e falam o que precisa ser dito. Assim como nos terreiros, nesta dissertação as crianças baixam trazendo o recado, os avisos, o conhecimento e as possibilidades de adiar o fim do mundo (Krenak, 2019)

Enquanto na sabedoria ancestral dos terreiros as crianças são respeitadas e valorizadas, na história do Brasil o cenário é marcado por ausências, silenciamentos e negações. Usando a interseccionalidade para cruzar idade+nação+raça (Akotirene, 2019), faz-se necessário trazer para este estudo os atravessamentos históricos e políticos que demarcam a presença da criança no tecido social. Essas presenças, atravessadas por um projeto de mundo sustentado na lógica colonial, estiveram historicamente submetidas a uma condição de subordinação marcada por um modo adultocêntrico (Rufino, 2021, p. 48).

E começo pela chegada da praga colonial em chão brasileiro na lembrança das violências sofridas por crianças indígenas, arrancadas do convívio de suas comunidades e submetidas a escravidão por missionários e colonos, estes, diretamente responsáveis por incluí-las no projeto civilizatório e financeiro da escravização (Paraíso, 2006) as próprias crianças europeias que chegaram nestas embarcações, usadas para facilitar a evangelização dos povos originários e reforçando o nefasto projeto colonial por meio de casamentos arranjados com membros da administração público, conforme estabelecido por Ramos (2018). As crianças africanas violentadas até para além do limite, sequestradas, separadas dos seus, impedidas de pensar, chorar, alvos de um sistema que lhes expropriava corpos, almas, vidas, laços e histórias, transformando-as em mão de obra forçadas, conforme discutem (Rezutti, 2018) e (Trapp de Queiroz, 2023), no caso de crianças negras, tais violências continuam até hoje.

Nesses processos esteve em curso a consolidação da conquista sobre povos, territórios e epistemologias, sustentada pela lógica da dominação colonial, projetos que sempre conceberam a criança como um ser a ser moldado, de corpo burro e disponível para manipulações (Trapp de Queiroz, 2023). É necessário que se diga, novamente que a colonização é um sistema econômico e político brutal que impulsiona violências ao corpo negro de todas as idades, o racismo e a violência são reflexos da colonização e do pacto da branquitude, como bem nos ensina Cida Bento (2022). A branquitude é esse lugar de vantagens do sujeito branco em sociedades que foram forjadas, invadidas, sequestradas e estruturadas através do racismo, por homens brancos e europeus sendo, então, essa ideia de superioridade branca repassada pelos

processos de colonização, estando fortemente presente na nossa formação sócio-histórica (Bento, 2022). Assim, entendendo a infância como uma categoria histórica (Ramos, Brostolin, 2022 p. 22), também é histórica a exclusão de certos grupos infantis do pensamento e da reflexão social (Sousa, De Melo Basílio, p. 69).

Para o Ocidente, a ideia predominante de infância é a da pequenez e da menoridade, sendo compreendida como fase passageira e desvalorizada, de acordo com Débora Araujo e Lucimar Rosa Dias (2019), essa forma de pensar marcada por hierarquias e desigualdades, fez com que o continente africano, historicamente violentado pelo projeto colonial europeu, fosse muitas vezes comparado à infância: ser africano é ser criança (Araújo e Dias, 2019 p.2).

A ideia moderna de criança, consolidada em meados do século XIX, não foi um conceito universal, mas sim um constructo social e científico projetado especificamente para atender à infância branca, católica e de posses (Ferreira, Abramowicz, 2022). Esse modelo foi idealizado pela medicina higienista da época, que passou a definir a "criança" como um ser frágil, necessitado de atenção privada da família, cuidados educacionais e assepsia, visando à formação de uma consciência de classe e raça necessária ao progresso do Estado nacional (Ferreira, Abramowicz, 2022)

Historicamente, essa nova categoria de vida serviu apenas à elite, enquanto a criança negra foi sistematicamente excluída da própria ideia de "ser criança". Enquanto a infância branca era paparicada e protegida, o ordenamento jurídico e social reduzia a criança negra à condição de "objeto", "mercadoria" ou "bem", destinada ao trabalho e destituída de direitos civis básicos, como o acesso à saúde, educação e dignidade.

Nesse contexto, os autores (Ferreira, Abramowicz, 2022) apontam que não se tratou apenas da presença de um racismo que já existia, mas do surgimento de uma nova forma de preconceito que nasce junto com a própria ideia moderna de infância. É o que eles chamam de 'infância do racismo' no Brasil. Então, a construção dessa criança ideal, branca e digna de cuidado, dependia da oposição ao corpo negro (Ferreira, Abramowicz, 2022), nos discursos médicos, pedagógicos e escolares da época, crianças negras eram frequentemente apresentadas como exemplo de corrupção física e moral, funcionando como contraexemplo para educar os filhos da elite.

Desse modo, a própria noção moderna de criança se formou dentro de um projeto de justiça seletiva e de controle social: de um lado, a criança rica era reconhecida como sujeito de proteção e cuidado; de outro, a criança pobre ou negra era enquadrada como ‘menor’, alguém a ser vigiado, disciplinado e administrado pelo poder público, é o processo histórico de racialização da infância brasileira, que consolidou a ideia de que o pleno direito a ser criança e a ter uma subjetividade protegida é um privilégio racialmente demarcado (Ferreira, Abramowicz, 2022).

O racismo se atualiza e se mantém fortemente nas estruturas de nossa sociedade impondo condições precárias e de grandes desigualdades às famílias negras de periferia e, conseqüentemente as crianças que compõem esse grupo racial mais afetado pela pobreza (Oliveira, 2021, p.552) gerando complicações para a manutenção de sua própria vida. Crianças negras são as que mais morrem no Brasil, desde o parto¹¹, pois o racismo estrutural nega todos os direitos às crianças negras, inclusive o direito a uma vida digna e o direito à vida, levando muitas à morte (Oliveira, 2021) como Ágatha Félix¹² de 8 anos, João Pedro Matos Pinto¹³ de 14 anos, Kauê Ribeiro dos Santos¹⁴ de 12 anos, Kauan Rosário¹⁵ de 11 anos e Miguel Otávio Santana da Silva¹⁶ de 5 anos (Oliveira, 2021, p. 552).

Esses são alguns casos que chegaram aos grandes veículos midiáticos brasileiros, tantos outros são esquecidos ou não alcançam o engajamento necessários para virar notícia. Mães brancas almejam ver seus filhos ingressando na faculdade, enquanto mães pretas temem pela morte de seus filhos. Acessando memórias que não são só minhas, quantas vezes ouvi de minha mãe sobre tomar cuidado com a rua, tomar cuidado com os lugares que

¹¹ Disponível em: https://andi.org.br/infancia_midia/mortalidade-negra-53-das-criancas-que-morreram-antes-de-completar-um-ano-em-2021-eram-negras/ Acesso em 03 de set. 2025

¹² Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-09/menina-de-8-anos-morre-vitima-de-bala-perdida-no-complexo-do-alemao> Acesso em: 03 de set. 2025

¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/05/25/apos-4-anos-da-morte-do-jovem-joao-pedro-familia-aguarda-justica-decidir-se-policiais-reus-vao-a-juri-popular.ghtml> Acesso em: 03 set. 2025

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/09/menino-de-12-anos-morto-durante-operacao-da-pm-no-chapadao-e-enterrado.ghtml> Acesso em: 03 set. 2025

¹⁵ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52731882> Acesso em 03 set. 2025

¹⁶ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-06/caso-miguel-completa-4-anos-sem-conclusao-tortura-grande-diz-mae> Acesso em: 03 set. 2025

entro no shopping, tomar cuidado com a polícia, porque ser preto é ter que lidar com o preconceito dos outros que nos veem historicamente como “Outros” (Kilomba, 2019, p. 38) não entendia o excesso de preocupação de minha mãe, até começar a sentir, ainda em ambiente escolar o racismo direcionado a mim.

As desigualdades e o racismo vivenciados historicamente pelas crianças na constituição deste país, na comunidade onde vivem, na cidade e no ambiente escolar não se limitam a esses espaços, mas também se constroem em diálogo constante com o ambiente digital. Atualmente, o ambiente digital é parte constitutiva da infância vivida por esses erês (Tomás, 2023). Dados da TIC Kids Online¹⁷, publicados pela Secretaria de Comunicação Social¹⁸, demonstram que, no Brasil, as crianças começam a usar a internet cada vez mais cedo, o que indica não apenas uma ampliação do acesso, mas uma transformação nas próprias formas de viver a infância. Os dados indicam que 44% dos bebês de até 2 anos e 71% das crianças de 3 a 5 anos já acessam a rede.

Nesse contexto, as identidades e experiências infantis não se restringem ao espaço da comunidade onde crescem nem ao ambiente familiar, mas se constroem em diálogo constante com o digital, como apontam autores dos estudos da infância e da cultura digital; mídias, plataformas e redes passam a atuar como instâncias formativas (Buckingham, 2010). Então, rotinas diárias, práticas de consumo de mídia e interações em ambientes digitais compõem um repertório cultural tão relevante quanto aquele produzido no território físico, participando ativamente da produção de subjetividades, desejos e referências (Doretto, 2020; Tomaz, 2019).

Ao considerar as múltiplas dimensões do racismo, é importante trazer para esta discussão que o ambiente digital, assim como o racismo presente nesse território, também atravessa e constitui essas infâncias. O racismo algorítmico deve ser compreendido como uma dimensão sociotécnica fundamental do racismo estrutural, atuando como uma extensão das dinâmicas históricas de poder e opressão que moldam a sociedade.

¹⁷ <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-da-internet-por-criancas-e-adolescentes-no-brasil-tic-kids-online-brasil-2025/> Acesso em: 17 jan. 2026

¹⁸ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/uso-de-telas-por-criancas-e-adolescentes/guia/recursos-extras/pesquisas-e-outros-numeros> Acesso em: 29 dez. 2025

Segundo Silva e Araújo (2020, p. 4), essa lógica algorítmica atua como um sistema que automatiza o que deve ser valorizado e engajado, bem como aquilo que será marginalizado, não entregue ou meramente vigiado, organizando, assim, o mundo digital, longe de qualquer neutralidade. Quando voltamos o olhar para as infâncias negras, esse processo aparece naquilo que Gabriela Barbosa da Silva (2024, p. 72) denomina como racialização online: um modo de funcionamento do ambiente digital que continua tomando a branquitude como medida do que é considerado humano, belo ou digno de ser visto. Em suas pesquisas sobre bancos de imagens digitais, a autora expõe as violências presentes nesse processo.

Segundo a autora, ao realizar busca genéricas por termos como ‘criança’, os algoritmos tendem a excluir crianças negras dos primeiros resultados, exigindo o marcador racial ‘negra’ para que elas apareçam (Da Silva, 2024), o que reforça a visão de que o corpo negro é tratado como uma especificidade à margem da regra. Inspirado pelo construto da autora, realizei buscas semelhantes no Instagram, YouTube e TikTok¹⁹, principais plataformas utilizadas pelas crianças desta pesquisa, as buscas foram feitas por smarthphone, uma vez que as crianças desta pesquisa utilizam majoritariamente o celular em seus acessos. Nessas buscas, utilizei apenas o termo ‘crianças’, e os resultados vão ao encontro do argumento da autora: crianças negras são excluídas dos primeiros resultados. No topo da tela, o que encontrei foram majoritariamente imagens de crianças brancas, além de animações e conteúdos gerados por inteligências artificiais também brancas.

¹⁹ Buscas realizadas em 23/02/2026 no Instagram, Tik Tok e Youtube

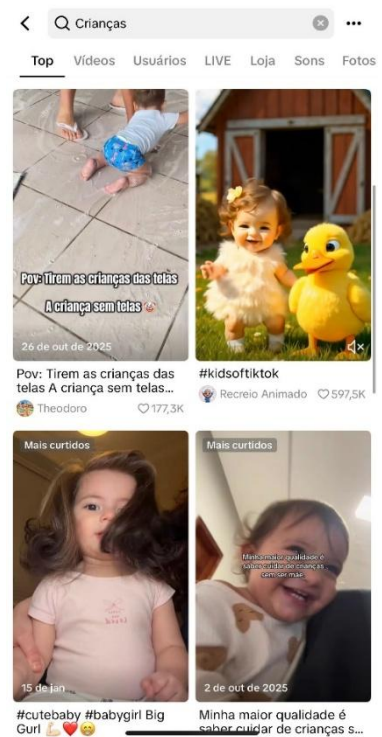


FIGURA 1: Print da busca utilizando o termo "criança" no Instagram

FIGURA 2: Print da busca utilizando o termo "criança no Tik Tok"

FIGURA 3: Print da busca utilizando "criança" no Youtube

FIGURA 4: Print da busca utilizando o termo "criança negra" no Instagram

Buscando por “crianças negras”, utilizando o marcador racial, elas aparecem, porém, suas imagens estão, muitas vezes atrelada a temáticas do racismo, racismo estrutural e educação antirracista, por que crianças negras não podem apenas ser crianças?

Além da invisibilidade, há um atravessamento subjetivo profundo, segundo os achados da autora, enquanto crianças brancas são retratadas em contextos de felicidade e lazer, as raras imagens de crianças negras encontradas frequentemente as mostram com semblantes sérios, tristes ou em contextos de escassez (Da Silva, 2024, p.53), realizando buscas²⁰ no Google Imagens²¹ pelo termo “crianças”, há sim, crianças negras felizes interagindo com crianças brancas nas primeiras imagens, porém, a primeira imagem de criança triste, suja e em contextos de fome e guerra, são de crianças negras, evidenciando que a internet brasileira se constitui para e sobre crianças de forma hegemônica.

Esse cenário é agravado pela manutenção de imagens de controle (Collins, 2022), que, conforme discutido por Nascimento et al. (2025, p. 29-30), manipulam significados sobre a existência negra para justificar subordinações, exclusões e apagamentos, podendo levar a criança negra a internalizar sentimentos de recusa às próprias características raciais e ao desejo de pertencer ao grupo branco (Santiago, 2015, p. 138) em suas experiências virtuais.

Então, o racismo algorítmico opera como uma infraestrutura que codifica vieses de desenvolvedores predominantemente brancos, esses códigos passam a orientar decisões, definir o que ganha visibilidade e o que fica à margem, sustentando privilégios enquanto reforçam circuitos de vulnerabilidade (Da Silva; Araújo, 2020) que também alcançam crianças negras e periféricas desde muito cedo em suas experiências com o mundo digital. Verso aqui sobre o racismo algorítmico; no entanto, durante a produção de dados junto às crianças, elas próprias evidenciaram, em suas narrativas, as marcas do racismo explícito presente em suas experiências online. Opto por não antecipar essas discussões

²⁰ Buscas realizadas em 23/02/2026 no Google Imagens

²¹ Google Imagens: ferramenta de busca de imagens do Google que permite localizar, visualizar e acessar conteúdos visuais disponíveis na internet a partir de palavras-chave, sendo amplamente utilizada para pesquisa, referência e consumo de imagens em diferentes contextos digitais.

neste momento, deixando que elas mesmas apresentem essas percepções mais adiante no texto.

Os atravessamentos coloniais persistem sobre os corpos de meninas e meninos negros que experimentam dificuldade de potencializar seu protagonismo social e a possibilidade de experienciar seus conhecimentos, pois através da desvalorização histórica de sua descendência e de aspectos referentes às suas matrizes africanas, desencadeia-se a introjeção de um habitus, projetando negativamente sua autoestima, sua visão de mundo e sua percepção sobre seu lugar na sociedade, traduzidas como uma auto rejeição de si, conforme Marluse Santos (2009):

fortalece o império da cultura moderna-colonialista, por isso branco-ocidental, nas defesas e compreensão acerca do que é ser humano e de que produções devem ser valorizadas e/ou excluídas. Neste sentido, o que ocorre com a criança afro-descendente é a sua não promoção social, desvalorização da sua descendência africana e incorporação, como habitus, de um comportamento de ajustamento interior e subjetivo às condições objetivas determinadas na exterioridade. (Santos, 2009, p.22)

A autora denuncia que a incorporação desse habitus produz comprometimentos graves às identidades infantis negras em múltiplas dimensões, principalmente no ambiente escolar, pois suas representações estarão vinculadas a pensamentos construídos por experiências de subalternidade e domínio que são profundamente enraizadas na sociedade brasileira (Santos, 2009 p. 13) segundo a autora, do ponto de vista social, este pensamento engessa lugares de brancos e negros corroborando para a perda da autoestima e fixação hegemônica de valores de uma cultura branca que parece ser impossível abalar, seja na escola, na TV ou na internet.

Tal perspectiva ainda defendida por muitas escolas, espaço esse onde crianças habitam por longo período de suas vivências, sustenta um discurso implícito que legitima a cultura ocidental centrada no homem branco europeu, demonstrando resistência em estabelecer uma relação verdadeiramente dialógica com o outro que é diferente (Santos, 2009, p.14), um exemplo disso são escolas que ainda insistem em trabalhar a temática da “Consciência Negra” com crianças vestidas de escravizados(as) encenando sofrimentos coloniais e causando exotificação, além disso a temática é trabalhada em escolas somente

na data de 20 de novembro²², sempre conectada com temáticas e campanhas antirracistas, virando um grande folclore e atrapalhando as reais possibilidades de diálogo sobre o tema. Como também, profissionais educacionais confusos que insistem na valorização da falsa descoberta do Brasil e narrativas absurdas de que *“africanos vieram para o Brasil para ajudar na construção do país”* afirmação presenciada por mim e pelas crianças do CENPRHE por parte de uma educadora pedagógica da Guarda Municipal de Várzea Grande ao palestrar sobre “diversidade racial”.

Enquanto isso no mundo real lidamos com diversos casos de racismo no CENPRHE, constrangimentos, bullyings, reproduções de intolerâncias afro religiosas, auto rejeição verbalizada ao corpo negro e desejos embranquecidos, pessoais e virtuais *“se eu pudesse seria branco”* enquanto crianças brancas dizem que se pudessem escolher *“seriam brancas mesmo”*. E ainda, no âmbito escolar, por meio de reprovações, evasões, desistências e a sensação de atraso, incapacidade de entender a importância da continuidade dos estudos, quando comparamos a estudantes brancos e/ou oriundos de escolas particulares (Santos, 2009) percebemos que esses não experimentam tais atravessamentos.

No ano de 2024 um participante de 8 anos do CENPRHE, ao chegar em casa, após sofrer inúmeros insultos racistas na escola, foi até os fundos de sua casa, mexeu nas latas de tinta da construção inacabada e jogou sobre si uma lata de tinta branca. A mãe correu para acudir, a criança chorou e disse que queria ficar branca também. O fato foi comunicado pela mãe à coordenação pedagógica do CENPRHE, o menino ficou semanas sem comparecer à oficina e, quando voltou, chegou desanimado, sem brilho, triste.

Olhando para essa realidade, me pergunto: o que sobra da beleza? Do orgulho? Da autoestima? O que permanece quando se sofre, diariamente, constrangimentos ligados de forma muito explícita à cor da pele e aos traços que se carrega. Quando, na internet, quem prospera é branco; quando as buscas algorítmicas conduzem à branquitudes; quando quem entretém é branco e todo mundo celebra, engaja e deseja essa branquitude.

Se pensarmos os produtos culturais, os materiais didáticos, os brinquedos e os recursos utilizados para branquear, normatizar e

²² 20 de novembro: data em que se celebra o Dia da Consciência Negra no Brasil

colonizar corpos tão pequenos, sobra quase nada, principalmente para crianças pretas. Às crianças pretas e brancas o que lhes é oferecido para constituírem conceitos amplos e positivos da diversidade que compõe o mundo é muito pouco. (Araújo, 2019 p.2)

Apesar da insanidade dos fatos, a mim, pesquisador preto, morador de periferia e respirando por aparelhos nesse enrosco pós-travessia, macumbeiro que se atreveu a chamar erês para construir caminho junto, resta ter esperança e pés firmes para juntos, construir; é a esperança em nós, nas crianças crescidas da Vila São João, que movimentou toda essa pesquisa. Se os dias e séculos maltrataram a falange dos erês, gostaríamos de recomeçar, partindo do nosso lugar, casa, expandindo olhar para as inúmeras dimensões que habitamos.

Aqui nos afastamos de qualquer lógica colonial de se pensar a infância e nos alinhamos a contribuições trazidas pela Sociologia da Infância optando por uma Afroperspectiva como caminho (Nogueira, Barreto, 2018), nestas reflexões sobre as infâncias negras periféricas, infâncias, no plural uma vez que não existe uma infância universal (Sarmiento, 2011). Sonhamos com descolonização para nossas infâncias e contamos com a presença de erês na caminhada desse sonho, alinhados ao que trouxe Luiz Rufino (2021, p.5) “Descolonização é a capacidade de responder com vida a um sistema de mortandade”. Seguimos vivos.

3.2. A Sociologia da Infância e Afroperspectivas

Antes mesmo que o adulto valide, a criança já existe em si, inteira.

Crianças compõem um grupo, uma população que é tratada de forma subalternizada, ocupando uma posição marginal por conta da geração anterior, os adultos de espírito constituem relação de domínio sobre crianças, essas socialmente são vistas e tratadas como sujeitas subalternas, devido sua faixa etária (Oliveira, 2021 p. 550). Existe infância na medida em que, historicamente a categoria etária foi constituída como diferença e que essa diferença é geradora de desigualdades (Sarmiento, 2009 p. 08) para além do marcador idade, que produz desigualdades, como visto, crianças negras e de periferia vivenciam muitos outros atravessamentos, pois para além de crianças, são negras, pobres e vivem nas margens. Aqui falamos sobre elas.

Segundo Manuel Sarmiento (2011, p. 27), a Sociologia da Infância é um campo científico que reconhece as crianças como sujeitos sociais ativos e capazes de construir e influenciar o mundo a sua volta, em vez de serem vistas apenas como seres em desenvolvimento ou futuros adultos. Sarmiento (2011) estabelece que crianças são atores sociais de direito e têm, em suas infâncias, questões geracionais importantes para a compreensão de suas vozes e ações (Sarmiento, 2005, p. 363) essa perspectiva rejeita o entendimento sobre criança "vir a ser", mas como alguém pleno, com capacidade de agir, interpretar, produzir cultura e com autonomia para participar ativamente de seu mundo social (Ramos, Brostolin, 2022 p. 21).

Já o termo infância diz respeito a uma construção social, histórica e cultural (Ramos, Brostolin, 2022) compreendendo que infância não é uma fase universal vivida da mesma forma por todas as crianças, mas sim uma categoria construída que varia conforme o tempo, o espaço, a raça, o território, o gênero, entre outros marcadores. As culturas infantis se desenvolvem a partir do cotidiano das crianças e das interações com outras crianças e com adultos nos mais diversos ambientes (Tomás, 2023), sendo formatadas ao longo da história e constantemente ressignificadas, passando por transformações contínuas ao longo do tempo e das experiências vividas (Ramos, Brostolin, 2022 p. 20).

Corsaro (2011, p. 32) define que a vivência da cultura de pares (entre parceiros, iguais) ocorre por meio de "um conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e interesses que as crianças produzem e compartilham na interação com seus pares". Assim, as crianças se constituem como sujeitos por meio das interações e da participação em seu contexto sócio-histórico-cultural, que, na contemporaneidade, inclui também o ambiente digital e suas mediações (Buckingham, 2007). Como indicam Pedrosa e Santos (2009), é no espaço da brincadeira, com gestos, sons, palavras e frases, que as crianças retomam os significados vivenciados no cotidiano e os reconstroem de acordo com seus processos interacionais. Nesse cenário, tais significados não se originam apenas das experiências no território físico, mas também das vivências online, dos conteúdos consumidos e das interações mediadas por telas (Tomás, 2023) que passam a integrar o repertório simbólico das culturas infantis de pares.

Estabelecemos então, a relação entre cultura infantil e cultura midiática nessas construções, visto que as infâncias contemporâneas são atravessadas

pela cultura digital, uma vez que as mais diversas experiências de vida, na atualidade, são midiaticizadas, atuando como instância fundamental na produção de subjetividades e saberes sobre as crianças (Pertence, 2024). Sendo possível afirmar que as culturas infantis se constroem em diálogo ativo com linguagens e lógicas das plataformas digitais, onde crianças atuam como atores sociais que negociam sentidos a partir do que lhes é ofertado (Tomaz, 2016).

David Buckingham (2007) discute como as mídias eletrônicas desempenham um papel crucial na definição das experiências culturais da infância contemporânea, persuadindo as crianças ao consumo de determinadas representações. Autores dos estudos das infâncias e das mídias utilizam o termo “cultura corporativa da infância” para defini-la como uma poderosa engrenagem que mobiliza desenhos e brinquedos para ditar o que é ser bonito e bem-sucedido, influenciando diretamente os desejos e o imaginário das crianças (Reis; Barbosa; Assis, 2022). O artigo “Meninas negras em animações infantis: entre protagonismo, branquitude e subalternidade” evidencia que essa mídia não apenas diverte, mas atua como um dispositivo pedagógico, ensinando padrões de comportamento e consumo baseados, quase sempre, em um modelo branco e eurocêntrico (Reis; Barbosa; Assis, 2022, p. 3).

Sarmiento estabelece ainda que as culturas infantis se definem pela “capacidade das crianças em construir de forma sistematizada modos de significação do mundo e de ação intencional, que são distintos do mundo dos adultos de significação e ação” (Sarmiento, 2002, p. 3) então, crianças vivem seus próprios mundos desde sempre, criando suas culturas com base na participação em contextos em que se encontram inseridas (Fraga, 2019 p.30), o que significa que o mundo da percepção infantil está marcado, por toda parte, pelos vestígios da geração mais velha, com os quais a criança se defronta (Benjamin, 2009, p. 96) mas apesar das influências, elaboram suas interações com o mundo de maneira própria, sendo então, sujeitas que não apenas absorvem influências culturais, mas também criam culturas próprias (Fernandes, 2021, p. 6).

Ainda, de acordo com documento DCNEI (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil) instituídas pela Resolução CNE nº 05, de dezembro de 2009 e publicadas pelo MEC em 2010 em seu art. 4º, define o conceito de criança como: sujeito histórico e de direitos que, nas interações,

relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p. 1)

Esta pesquisa dialoga com os fundamentos da Sociologia da Infância, reconhecendo as crianças como sujeitos sociais plenos, mas entende que é preciso escurecer as ideias. É preciso tensionar. É preciso racializar. É preciso aquilombar o pensamento. Por isso, a partir desse chão teórico, faz-se urgente incorporar uma perspectiva Afrodiaspórica (Ambrósio, 2022), que convoque nossas ancestralidades e olhe com cuidado para as infâncias negras. Sendo essa escrita um movimento de Escrivivência que convoca uma escuta afrodiaspórica e interseccional, comprometida com as encruzilhadas e pretendendo descolonização.

Incorpo, também, nesta gira epistêmica, localizada em crianças negras da periferia, a Afroperspectividade, abordagem que possui como espinha dorsal política, o quilombismo, conforme nos ensina Renato Nogueira (2018), a partir do pensamento de Abdias Nascimento, cientista social e ativista negro, essa perspectiva se configura aqui como impulso que permeia todo o estudo. Afroperspectividade significa então, criar conceitos africanos e indígenas para enriquecer o enfrentamento de problemas, traçando um plano de imanência, inventando personagens conceituais que corriqueiramente são pensados por meio de ideias ocidentais. (Nogueira, Barreto, 2018 p. 628)

Então, tomamos como horizonte a Afroperspectiva para pensar sobre as infâncias negras, com as infâncias negras e a partir das infâncias negras, para tanto acionamos a figura dos erês, num entendimento para além, erê significa: “a criança que habita em cada ser humano” (Araújo e Dantas, 2020 p. 196) e assim utilizamos como metáfora para pensar a interação entre eu/pesquisador e a criança/participante desta pesquisa.

Conectado aos erês, recorro ao importante conceito desenvolvido por Renato Nogueira e Marcos Barreto (2018, p. 627) denominado Infancialização, definido como “uma maneira de perceber na infância as condições de possibilidade de invenção de novos modos de vida” (Araújo e Dantas, 2020 p. 197), seja a qualquer tempo ou momento da vida. Salientando, ao invés de adultocentrismo, pensar em campo, atitudes de infancialização, ou seja, de

ativação da criança neste adulto como matriz intrínseca à vida humana (Nogueira, 2018 p.4) reconciliado com minha infância, acionei minha criança para produzir com as crianças, fugindo de posturas adultocentradas.

São conceitos de importância nesta pesquisa, uma vez que a condição da pessoa adulta investigando crianças é sempre passível de questionamentos, pois o adultocentrismo é uma marca imbricada nos modos de se pensar a pesquisa, a escrita e a produção acadêmica (Araujo; Dias, 2019 p. 3) procuro fugir desta lógica, respeitando soberanamente os mundos dos erês.

Na leitura de Alexsandro Rodrigues, o adultocentrismo representa: “o reino dos adultos que traíram a própria crianceria em busca das promessas de poder, completude e conforto no invivível ser sempre ‘igual’”. (Rodrigues, 2017, p. 11) deixo meu erê em interlocução plena com esses outros erês da Vila para buscar caminhos. Mas preste atenção, buscamos aqui por Infancialização, não infantilização, pois, dentre outros significados, infantil quer dizer “ingênuo, inocente” (Michaelis, 2008, 470), definições que também podem ser associadas a um sentido pejorativo de fragilidade (Araújo e Dantas, 2020 p. 198) novamente, atenção, aqui não estamos falando sobre desrespeitos às faixas etárias de cada criança participante, mas sim, sobre não duvidar da capacidade de produção de cultura e conhecimento que toda criança grande ou miúda carrega consigo.

Então, dentro desta Afroperspectiva aciono o Kennid erê, criança moradora da Vila que nasceu, viveu e cresceu nesta comunidade, trazendo na escrita memórias, vivências e percepções (Evaristo, 2020). Falo a partir do meu olhar de dentro e da criança que também fui não pretendendo falar pelas crianças participantes, aqui elas falam por elas mesmas.

Nogueira (2018) encontrou, em seus estudos sobre o idioma zulu, uma palavra que traduz esse desejo de cultivo da infância: “ubuntwana”. Significando compreender a existência da infância de forma ininterrupta e entendendo a vida não como uma sucessão de estágios a serem superados, mas como um processo contínuo de (auto)conhecimento (Araújo e Dantas, 2020, p. 197) e a abertura contínua para novas formas de existir e perceber o real:

A palavra ubuntwana pode ser traduzida como ser de algo. Dito de modo simples, uma característica importante para estar presente no tempo presente. Por isso, educar é um exercício de cultivo da infância, uma ação presente. Com efeito, não cabe perguntar: o que uma criança quer ser quando crescer. Porque ela não precisa crescer para

ser alguma coisa. Toda criança já é alguma coisa. Qual é o perigo de fazer a pergunta, 'o que você quer ser quando crescer'? Simples: esvaziar o presente (Nogueira, 2017, p. 122).

Posicionados dentro deste tempo presente ubuntwano, alicerçados nas contribuições trazidas pela Sociologia da Infância, entendendo as plurais construções culturais infantis e escurecidos por uma afroperspectiva, propomos um movimento de infancialização não infantilizado ao lado das infâncias negras da Vila, nossa comunidade, nesta oportunidade de construir caminhos de existências mais fortalecidas.

3.3. Baixou Erê: as crianças da Vila, narrativas, saberes e denúncias

Na vila, a maioria das crianças são negras e enfrentam diferentes níveis de vulnerabilidade social, em um contexto que reflete desigualdades estruturais presentes em outras periferias brasileiras (IBGE, 2022)²³. Caminho e vivo por entre essas ruas, onde os erês trazem no corpo e no olhar as presenças do território que as atravessam, pois, a cultura dos lugares onde habitamos desempenha papel fundamental na construção de nossa identidade enquanto sujeitos, fornecendo significados, símbolos e práticas compartilhadas que moldam nossa visão de mundo (Hall, 2016). Hoje, esse território se expande e se entrelaça com o digital, de modo que as plataformas que acessamos e os conteúdos com os quais interagimos tornam-se tão relevantes quanto as experiências vividas no chão da comunidade. Ainda, segundo (Tomás, 2023), as pessoas que compõem a família em que nascemos serão nossa primeira noção do outro; os lugares que frequentamos, assim como as plataformas e conteúdo que acessamos e as pessoas com quem interagimos fora do contexto familiar, seja no mercadinho do bairro ou no Roblox²⁴, compõem nossa subjetividade (Tomás, 2023, p. 20).

²³Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento> Acesso em: 20 out. 2025

²⁴ Roblox é uma plataforma digital interativa que permite aos usuários criar, compartilhar e jogar jogos desenvolvidos por outros participantes, funcionando como um ambiente virtual colaborativo que combina elementos de rede social e de criação de jogos.

É, também, a partir desse entendimento sobre as influências dos territórios que habitamos em nossas identidades, subjetividades e desejos que buscamos compreender as experiências dessas crianças nesses espaços, seja neste território periférico ou em territórios digitais, estes excessivamente habitado por crianças e adolescentes de todo o mundo (Dino, Costa, 2021 p. 26).

As crianças da Vila são conhecidas, curiosas por natureza, ocupam as ruas com suas brincadeiras e andanças, suas rotinas revelam tanto a escassez material quanto a abundância da criatividade que possuem. Entre pipas no céu, Roba Wi-fi²⁵, partidas de futebol e pequenas discussões que logo se transformam em risadas, os erês constroem mundos coletivos (Sarmiento, 2011). Meninos e meninas que brincam juntos, exceto no futebol, onde ainda ecoa a insistência de alguns meninos em afastar as meninas que, emburradas, reclamam entre si, mas, não raramente, entram no jogo e mostram que também sabem disputar a bola.

Todas as crianças da Vila estudam em outros bairros, pois na Vila não há escola. Muitas vão para a escola caminhando ou de bicicleta. As escolas mais próximas estão localizadas nos bairros Nova Fronteira, Canelas e Ouro Verde, onde, normalmente, estudam as crianças entre 8 e 10 anos. Já as crianças e adolescentes entre 11 e 14 anos estudam na Escola Hernandy de Barros, localizada no bairro Nova Fronteira, a mais próxima de nós, ou em escolas mais próximas do centro de Vázea Grande, como Vanil Stabilito e Fernando Leite de Campos.

Algumas crianças são catadoras de reciclagem, trabalham com suas famílias; outras são vendedoras, vendem coxinhas e empadas preparadas pelas mãos de suas mães. Recebem por Pix, cobram, dão troco; de certa forma, estão inseridas nessa dinâmica econômica da comunidade. Mas o cotidiano também carrega riscos. É comum vê-las sendo abordadas por adultos desconhecidos, e os relatos de abuso infantil, que já aconteceram e ainda acontecem nesse território, pesam na minha escuta. Ouvir histórias de carros, vans e motos que

²⁵ Termo utilizado pelas crianças para designar práticas informais de acesso à internet por meio do compartilhamento coletivo de senhas, da circulação não autorizada de códigos de redes privadas ou da utilização de sinais disponibilizados por estabelecimentos comerciais da comunidade, como bares e mercearias. A expressão revela estratégias cotidianas de enfrentamento às desigualdades digitais, evidenciando formas criativas de inserção no território on-line diante da limitação de acesso regular e individualizado à internet.

oferecem caronas, doces ou dinheiro expõe o quanto o cuidado precisa ser coletivo e vigilante. E quem fala sobre isso não sou eu, são elas.

De gira aberta com Exu, os erês baixam e falam por si mesmos. A partir daqui, nesta escrevivência que não é só minha, ou melhor, erêvivência, chamo as crianças da Vila para o diálogo. Deixo que falem comigo, porque são coautoras desta dissertação e vivenciam essa realidade neste território. Durante as rodas de conversa desenvolvidas com as crianças, elas falaram sobre adultos criminosos que circulam na comunidade, com recuo à esquerda e sem restringir as vozes dos participantes apenas à seção de análises:

Vitor: “A filha de uma amiga do meu tio, uma vez estava indo no mercadinho e os caras tinham perguntado pra ela se ela queria balinha, aí ela falou que queria, ela entrou dentro do carro, na hora que ela entrou o pai na menina chegou na hora e quase que bate no homem lá que ia sequestrar a menina”

Nayara: “Esses dias lá na rua da casa da minha avó, lá na esquina passou um carro cinza aí, sempre têm as criancinhas que vão lá no boteco comprar as coisas, tipo bolacha de tardezinha, aí um menininho pequeno ele foi lá e esse carro prata puxou ele para dentro, aí viram, correram e pegaram o menino, o carro saiu e a câmera não conseguiu pegar a identidade certa do carro.”

Interseccionando então, com a colaboração dos erês, as categorias de idade+território+classe, percebemos que as crianças desta comunidade estão expostas a riscos predispostos às circunstâncias de vulnerabilidade em que vivem (Cruz, Barradas, Sampaio, 2021 p. 502) casos de abuso infantil já ocorreram/ocorrem neste território e em seu entorno²⁶, compreendemos que essas violências emergem como implicação interacional e relacional, com usurpação do poder. Pois, segundo o UNICEF (2005) “[...] qualquer ação ou omissão que provoque danos, lesões ou transtornos ao seu desenvolvimento [das crianças], pressupõe uma relação de poder desigual e assimétrica entre o adulto e a criança” (UNICEF, 2005, p. 2)

Crianças negras e de periferia não insuflem do que se têm estabelecido pelo ECA (1990) em seu artigo 5º: “Nenhuma criança ou adolescente será sujeito a qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos

²⁶ Disponível em: <https://www.vgnoticias.com.br/policia/menina-de-12-anos-e-alcoolizada-e-abusada-sexualmente-em-vg/36913> Acesso em 26 mar. 2025

seus direitos fundamentais” essas vivenciam violências, explorações, negligência e discriminação legitimadas pelo Estado em sua presença ausente.

Ainda segundo Cristina Teodoro (2022) em seu artigo "Violência sexual na infância: gênero, raça e classe em perspectiva interseccional" ao fazer importante análise sobre os perfis das vítimas de violência sexual infantil, dos 184.524 casos notificados, 58.037 (31,5%) são contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes, 46.2% são crianças meninas negras representando maioria em relação a meninas brancas e 44.2% são meninos negros representando também maioria em relação a meninos brancos (Teodoro, 2022 p. 1588). Os dados do Boletim Epidemiológico²⁷ (Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021) revelam que 49.2% das crianças abusadas no Brasil são meninas pretas e pardas e pertencentes a classes mais baixas, a maioria dos agressores são homens.

a sociedade, de maneira geral, legitima não somente o adultocentrismo, mas também o androcentrismo (supervalorização do homem), conferindo, portanto, aos homens o direito de exercer seu poder sobre as mulheres, crianças e adolescentes, sendo que essas duas características (adultocentrismo e androcentrismo) interconectam-se, caminhando. (Teodoro, 2022. P. 1589)

Nesse olhar interseccional, faz-se importante entender que a violência de gênero é produzida no interior das relações de poder, visando ao controle e ao domínio do outro, exercendo uma relação de poder e de exploração/dominação por meio do não consentimento do sujeito que sofre a violência, numa lógica colonial (Teodoro, 2022). As crianças meninas, durante as rodas de conversa sobre redes sociais, relataram violências, abusos e medo nos espaços virtuais que habitam, medo, principalmente, de homens mais velhos, que as cercam e cometem crimes:

Eu: Você têm Instagram?

Paula: Não, porque, por conta de segurança. Tinham homens assim mandando “fotos” sabe? Você entendeu, né? Ai meu pai falou que eu não poderia mais ter. Só posso o tik tok.

²⁷ <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08/view> Acesso em 18 fev. 2026

Vivian: “Uma vez um homem desconhecido me enviou um reels lá, nada haver, eu dei block e nem fiz questão de ver . Já teve alguns que perguntou se eu era casada ou namorava...”

Nina: “por isso minha mãe não me deixa ter Instagram, ela fala que é perigoso algum idoso vir falar comigo, aí ela não deixa”

Laila: Sim, do nada o homem manda foto “das coisas lá” e eu achei que ele estava me confundindo com outras coisas, minha mãe viu e disse que eu não poderia mais ter tik tok.

Lupi: Sempre quando eu posto um vídeo, homens mais velhos comentam “morena bonita”, eu pego e bloqueio.

As falas das participantes evidenciam que não há segurança para crianças negras periféricas nesses territórios, em ambos são violentadas e constrangidas por homens adultos que agem de forma criminosa, ancorados em uma lógica adultocêntrica, criminosa e patriarcal. Assim, é possível compreender que o machismo, o racismo, a desigualdade social e o adultocentrismo masculino se entrelaçam (Akotirene, 2019) na sustentação das violências sexuais contra crianças, atravessando suas experiências e definindo sobre quais corpos essas violências incidem com maior frequência e intensidade (Teodoro, 2023). Nesse sentido, o abuso sexual está imerso em estruturas de poder, sendo impossível dissociá-lo das interseções que conformam esse repertório de opressões, tanto nos espaços físicos quanto nos digitais.

Então, as vivências de Paula, Vivian, Nina, Lupi e Laila evidenciam como os territórios digitais funcionam como extensões continuadas de práticas violentas da vida social incorporadas à tecnologia (Paz, Silva, 2025, p.14), nas quais a violência sexual contra crianças e adolescentes é potencializada por algoritmos e funcionalidades que não são neutras e facilitam o acesso predatório a perfis de meninas (Paz, Silva, 2025). Na leitura de Lélia Gonzales (2020) vamos compreender que o racismo e sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre mulheres e meninas negras, no contexto das meninas assediadas nas redes sociais, essa intersecção se manifesta na forma como seus corpos são precocemente hipersexualizados e adultizados, pois além de serem violentadas com o recebimento de imagens pornográficas, são também questionadas: “*Já teve alguns que perguntou se eu era casada ou namorava...*”

As estruturas da desigualdade social se mantem muito bem articuladas, onde independentemente da idade, as mulheres e meninas negras estão sujeitas a violência sexual e a exploração de seus corpos. E a plataforma aparece como

um meio de repetição e reverberação das estruturas de poder, sendo impossível dissociá-la das interseções que comportam esse repertório de opressões.

É fundamental destacar que a resposta familiar, marcada pela proibição imediata do uso do Instagram e do TikTok, revela que as crianças acabam sendo culpabilizadas e punidas pelo assédio que sofrem; em vez de a responsabilidade recair sobre o agressor ou sobre a negligência real das plataformas, essa resposta acaba se expressando na restrição da liberdade das crianças assediadas. Assim, a intersecção entre racismo e sexismo opera para retirar dessas meninas sua humanidade (Gonzalez, 2020) e sua sociabilidade digital, transformando o assédio em uma ação não questionável que as deixa sem proteção social e as responsabiliza pela própria violação.

Conseguimos remontar aqui, um trecho de Lélia Gonzales (2020) ao escrever sobre a relação dominada/dominador: *“Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes...”* aqui ao *“dar com a língua nos dentes”* sobre as violências que sofrem, meninas negras são responsabilizadas para que a *“culpabilidade patriarcal”* e as falhas de plataformas desregulamentadas (Tomaz, 2023) permaneçam ocultas.

Falemos de alegrias também. As crianças da Vila são alegres e bastante enérgicas, talentosas e criativas, participam das oficinas de karatê, esportes, teatro, danças urbanas, capoeira, ballet e breaking, oferecidas pelo CENPRHE, dançam quadrilha junto à comunidade no Arraiá Anual da Vila. Sempre percebemos o quão envolvidas e encantadas são pela dança, o molejo está no corpo de quem cresce ouvindo o lambadão²⁸ ecoar ruas à dentro. Algumas adoram cantar e pintar, são corajosas e sempre sabem do que acontece pela comunidade. Quem foi preso, quem caiu, quem apareceu, quem sumiu, são excelentes comunicadoras.

As meninas costumam se vestir como se fossem as mulheres adultas da Vila, com shorts curtos e blusas que deixam a barriga de fora. Os meninos andam, muitas vezes, sem camisa, apenas de short. Alguns possuem chinelo, outros não. Observo neste vestir uma reprodução daquilo que é visto em suas famílias e nas pessoas desta comunidade, muitas crianças passam fome, mas

²⁸ O Lambadão é um ritmo musical originado nas periferias de Várzea Grande e Cuiabá (MT) no final dos anos 1980, derivado da lambada e ressignificado como expressão cultural popular, marcada por batidas aceleradas e forte presença periférica.

nem todas passam fome. Muitas crianças têm roupas diversas para vestir, outras dividem as poucas peças com os vários irmãos. Na comunidade há distintas infâncias e aqui não pretendo falar sobre todas elas em generalizações.

Essa pluralidade de infâncias aponta para a necessidade de uma abordagem interseccional nos estudos da infância, ou seja, que busque compreender e analisar as intersecções entre as diferentes variáveis presentes nos cotidianos das crianças (Nascimento, 2018, p. 2), permitindo entender as complexidades dessas infâncias (Collins; Bilge, 2021, p. 16).

Não se trata apenas de crianças, como muitos ainda as pensam, de forma universal. São, em sua maioria, meninas e meninos negros, vivendo infâncias atravessadas pela pobreza e pela realidade de um território historicamente marginalizado. As opressões que se acumulam sobre esses corpos revelam a urgência de compreender seus espaços de vida, sejam eles físicos ou digitais, entendidos aqui como territórios que se entrelaçam e se constituem mutuamente, assim como suas opiniões, percepções e formas de construir o mundo. É a partir desse reconhecimento, e por meio de processos compartilhados que as incluam como protagonistas, que se torna possível pensar caminhos para reivindicar transformações sociais e políticas nos territórios que habitam.

4. TERRITÓRIO PERIFÉRICO E DIGITAL PARA CRIANÇAS NEGRAS

Este capítulo se dedica a pensar o território físico, a Vila, e o território digital, como o Instagram e outras plataformas, não como espaços separados, mas como dimensões que se atravessam e se constituem mutuamente na experiência das infâncias. Compreende-se a comunidade como um espaço de constituição histórica de desigualdades, cercado por instituições poderosas, como também lugar de produção de saberes, vínculos e possibilidades. Da mesma forma, o território digital se apresenta como chão para essas infâncias, um espaço de formação de identidades, desejos e modos de existir, onde suas vivências se projetam, se reelaboram e são continuamente atravessadas por conteúdos hegemônicos e lógicas adultocêntricas, as intersecções entre ambos os espaços nos mobiliza analiticamente. Nesse movimento, o digital não apenas reatualiza desigualdades históricas já presentes no território físico, como também abre brechas para a invenção de novas narrativas e oportunidades de informação e aprendizados. Em “Erês online”, emergem outras análises e percepções das próprias crianças, revelando como transitam e interagem no ciberespaço, bem como as interseccionalidades que atravessam esse espaço.

4.1. O Território da Vila: Constituição histórica das desigualdades e suas expressões no digital

Na continuidade da compreensão sobre as experiências e percepções das crianças, iniciaremos pelo território físico, entendido como o espaço onde os erês vivem. Considerando que, segundo Hall (2016), a cultura da comunidade desempenha papel fundamental na construção das identidades das crianças, ao fornecer significados, símbolos e práticas compartilhadas que impactam suas trajetórias individuais e coletivas, assim como ocorre nos territórios digitais (Silva; Fernandes, 2021).

Nossa escrita não se separa do território, nasce dele, respira nele, se alimenta dele e se fez necessário buscar contextos e informações históricas sobre a constituição do lugar onde vivemos, a constituição da comunidade Vila São João e a cidade de Várzea Grande.

Porém, antes de adentrar a constituição histórica das desigualdades que marcam esses territórios, é fundamental destacar que a escravidão e o tráfico transatlântico de africanos escravizados foram oficialmente classificados pela Assembleia Geral da ONU como “o crime mais grave contra a humanidade”²⁹ na data de 26/03/2026. Essa nomeação não é apenas simbólica, mas política e histórica, pois reconhece a dimensão estrutural da violência que fundou sociedades como a brasileira e reafirma a urgência de memória, justiça e reparação. Ao nomear esse passado como crime, desloca-se a escravidão do campo da naturalização histórica para o campo da responsabilização, evidenciando que as desigualdades raciais e sociais contemporâneas não são acidentais, mas heranças diretas desse processo.

Segundo Laurentino Gomes em seu livro “Escravidão Vol. II” (2021) Mato Grosso foi profundamente marcado pela escravização com a descoberta de ouro. Durante esse período, muitos africanos escravizados foram trazidos para trabalhar na mineração e, mais tarde, na agricultura. A escravização em Mato Grosso foi distinta, em parte, por seu isolamento geográfico, o que tornava as condições ainda mais precárias para pessoas sequestradas que aqui estavam (Gomes, 2021).

A cidade de Várzea Grande tem sua formação vinculada ao contexto da Guerra do Paraguai, em 1867, quando a região passou a ser ocupada como ponto de apoio logístico para tropas militares. No entanto, sua consolidação também está intimamente relacionada à exploração do trabalho de pessoas escravizadas, especialmente nas atividades ligadas à cana-de-açúcar e à criação de gado (Gomes, 2021). A proximidade com Cuiabá, capital de Mato Grosso, contribuiu para que Várzea Grande se configurasse como um espaço estratégico, mas também como um território marcado por dinâmicas de segregação sociorracial ao longo do tempo, no qual populações negras e indígenas seguem historicamente marginalizadas.

Partindo das descobertas dos pesquisadores matogrossenses Sônia Romancine e Gabriel Silva (2016) é possível apontar que os primeiros povoados de Várzea Grande foram constituídos na sua maioria por pessoas pretas e por

²⁹ <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/noticias/resolucao-da-onu-reconhece-o-trafico-transatlantico-de-pessoas-escravizadas-como-o-mais-grave-crime-contra-a-humanidade>
Acesso em: 28. Mar 2026

meio da ocupação irregular (Romancine, Silva, 2016). A pesquisa dos autores evidencia a presença de quilombos em Várzea Grande, a comunidade quilombola “Capão do negro” era numerosa, localizando-se na região rebatizada pela igreja católica como “Cristo Rei” durante suas ações de colonização santificada (Romancine, Silva, 2026 p. 18).

Outros bairros, como Capela do Piçarrão e Capão Grande, ambos próximos à Vila São João, também são reconhecidos como territórios quilombolas, povoados por populações que, no pós-abolição, permaneceram por aqui (Romancine; Silva, 2026, p. 12). Esses fatores históricos ajudam a contextualizar a situação das infâncias negras da Vila, que vivem em famílias e território historicamente atingidos pelos efeitos da colonização, em meio a desigualdades que se atualizam no presente.

Milton Santos (1996) apontou que a configuração histórica e socioeconômica do Brasil produziu e naturalizou relações de poder que sustentam o preconceito e a estigmatização da população negra, pois o modelo cívico-brasileiro, cultural e político é herdado da escravidão (Santos, Braga, 2023 p.102). A escravização marcou o território, marcou os espíritos e marca ainda hoje as relações sociais no país (Santos, 1996, p. 135).

A população escravizada, ao conquistar sua ‘liberdade’, passa a ocupar o espaço urbano, disputando o uso e a apropriação do solo nas cidades (Azevedo; Costa, 2016). Com o desenvolvimento das cidades, os espaços urbanos passaram a ser marcados por cor e classe social. Os bairros centrais passaram a ter valores mais elevados, em comparação com os bairros periféricos, estes, distantes e, muitas vezes, localizados em áreas de risco, foram ocupados de forma irregular por essas populações, historicamente exploradas e abandonadas, em busca de sobrevivência (Azevedo; Costa, 2016, p. 148).

A Vila nasceu das mãos de pessoas negras, marginalizadas e empobrecidas. Na primeira semana de agosto de 2025, uma equipe de reportagem da TV Centro América³⁰ esteve presente em nossa comunidade, investigando e buscando compreender a origem do bairro, dialogando com

³⁰ A TV Centro América é uma emissora de televisão sediada em Cuiabá (MT), afiliada à Rede Globo, pertencente ao Grupo Centro América de Comunicação. Atua na produção e transmissão de conteúdos jornalísticos e de entretenimento para o estado de Mato Grosso.

moradores mais velhos e mais novos para o quadro ‘O bairro que eu quero’³¹. Estive presente na reportagem, falando sobre as descobertas feitas nesse processo de pesquisa científica acerca da constituição deste território.

Ouvindo os moradores mais antigos podemos fortalecer nossos argumentos e estabelecer fatos sobre a constituição periférica da comunidade, conforme trechos da reportagem *“Lá atrás quando tudo era improvisado, famílias se instalaram em casas de madeiras e lonas e quase nada mais, era o início de uma ocupação”*, o registro audiovisual disponibilizado no GloboPlay³² resgatou e preservou memórias importantes para nós. Santos (2005) conceitua periferia como um espaço onde se manifesta uma forma de urbanização incompleta ou desigual, autoconstruída e marcada por contrastes no acesso à cidade, a informações, recursos políticos e sociais.

Moradores mais antigos de nossa comunidade trazem na lembrança o início de tudo: *“Era uma situação bem precária que vivíamos aqui, naquela época nós não tínhamos sequer energia elétrica. Chegava à noite isso aqui era uma total escuridão, então usávamos lamparinas, velas, essa era a situação”*, o morador relatou, na reportagem especial sobre a comunidade, que foi a partir do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), lançado em 2007, no início do segundo mandato do governo Lula, que a Vila passou a ser loteada e as famílias conseguiram sair dos barracos de lona e de madeira, passando a habitar casas no estilo Cohab. Ainda sob as narrativas e memórias dos moradores, à época, a comunidade foi considerada o bairro mais pobre de Várzea Grande: *‘o mais humilde, o mais carente; então nosso bairro foi beneficiado com o projeto PAC’*, contou um dos moradores.

Ainda hoje, a comunidade Vila São João é menos favorecida em termos de infraestrutura, serviços públicos e acesso a oportunidades de trabalho, educação e lazer, em comparação aos bairros Ipase, Nova Várzea Grande, Centro Sul e Jardim Aeroporto. Estes, localizados na região central da cidade, estão próximos a postos de saúde, ao terminal municipal, a centros culturais e a

³¹ Matéria disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13813645/> Acesso em 09 set. 2025

³² Globoplay é uma plataforma brasileira de streaming de vídeo sob demanda, pertencente ao Grupo Globo, que disponibiliza conteúdos como novelas, séries, filmes, programas jornalísticos e de entretenimento, além de transmissões ao vivo e produções originais.

escolas com boa infraestrutura, além de contarem com fácil acesso à capital cuiabana.

Se, como aponta Milton Santos ‘desigualdades sociais são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra’ (Santos, 1998, p. 123), é preciso ampliar esse entendimento para além do território físico. Ao longo do tempo, essas desigualdades também se estendem e se reconfiguram no ambiente digital, que passa a operar como um território igualmente atravessado por disputas, hierarquias e exclusões. Assim, para nós, o lugar que se ocupa no mundo não se limita apenas ao chão que se pisa, mas também às plataformas que se acessa, as condições de conectividade, aos conteúdos que se consome e às formas como se é visto, ou invisibilizado, nesses espaços.

A TIC Domicílios³³ constitui a principal fonte de dados sobre o acesso e o uso da internet no país, e as informações referentes ao ano de 2025 evidenciam profundas desigualdades no acesso ao território digital, oferecendo um panorama que dialoga diretamente com este estudo. De acordo com o relatório, cerca de 20 milhões de pessoas no Brasil não possuem acesso à internet; em sua maioria, vivem em regiões urbanas periféricas e se autodeclaram pretas e pardas. O levantamento também aponta que 73% da população preta no país acessa a internet exclusivamente pelo celular, enquanto pessoas brancas tendem a utilizar múltiplos dispositivos (smartphones, computadores, tablets...). Nesse contexto, as crianças da Vila frequentemente compartilham um único aparelho com seus familiares e acessam a internet de forma bastante precarizada, as intersecções entre raça e território atravessam essa análise.

Esse acesso precário à internet por meio de conexões instáveis, os pacotes de dados limitados, a falta de recursos para adesão de um plano satisfatório de internet, o uso compartilhado de dispositivos e a ausência de políticas públicas eficazes de inclusão digital e informação, configuram um cenário no qual o uso da internet se dá de forma restrita, fragmentada e desigual (De Moraes, 2020), impactando diretamente a forma como essas crianças se apropriam das plataformas, condicionando seus modos de participação, visibilidade e produção de sentidos.

³³ Indicadores das desigualdades na TIC DOMICÍLIOS:

<https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/> Acesso em: 25 set. 2025

Desigualdades on-line podem reforçar outras desigualdades, na medida que os benefícios tangíveis decorrentes da utilização da rede são apropriados de maneira desigual (Senne, 2020 p. 4), o que se manifesta de forma explícita na falta de letramento digital de pais em contextos de periferia (Maximo, 2017). Essa lacuna informativa impede o estabelecimento de um diálogo ativo e orientador sobre os riscos aos quais as crianças estão expostas, resultando em uma mediação parental predominantemente restritiva, pautada apenas em proibições de tempo, suspensão de uso e punições, como trouxeram nossos participantes.

Muitos desses responsáveis encontram-se atrasados e desatualizados em relação às ferramentas digitais, relatando que não possuem paciência ou que consideram os sites de redes sociais "muito complicados" e até mesmo uma "perda de tempo" (Maximo, 2017). Por muitas vezes não saberem sequer como "mexer" ou navegar nessas plataformas, os pais limitam sua orientação a aspectos básicos de segurança física, como não fornecer endereço ou telefone, sem alcançar uma gestão crítica dos sentimentos e das interações sociais dos filhos no ambiente virtual.

Conversando com algumas mães sobre o tempo de uso do celular pelas crianças, uma delas relatou que seu filho utiliza o aparelho apenas para "jogar joguinhos e ver vídeos". Segundo ela, isso lhe proporciona um respiro na rotina, permitindo a realização de outras tarefas domésticas e o cuidado com os demais filhos, sem que, necessariamente, se tenha dimensão da complexa engrenagem que opera por trás das telas.

Ao consumir esses conteúdos, a criança estabelece um processo de identificação e apropriação simbólica com influenciadores mirins e influencer adultos infantilizados, que passam a funcionar como referências do "que ser" e de "como estar no mundo" (Pertence, 2025). Esse movimento incide diretamente na construção de sua identidade (Fraga, 2019), frequentemente orientando-a para performances alinhadas a padrões hegemônicos, pois em boa parte dos canais mais populares as crianças são brancas, com condições financeiras razoavelmente estáveis e filhos de famílias com o núcleo hegemônico formado por pais casados e, em geral, do sudeste do país (Bastos Araújo, 2020).

Para além disso, tal dinâmica é atravessada por um modelo de negócios que mercantiliza as subjetividades infantis, convertendo experiências, rotinas e

afetos em produtos consumíveis (Pertence, 2025). Nesse contexto, promove-se um ideal de vida pautado no exibicionismo performático e na diluição das fronteiras da privacidade, produzindo efeitos que extrapolam o entretenimento e incidem sobre formas de ser, desejar e se reconhecer no mundo (Nery; Rego, 2020). A correria das mãos periféricas, o número de filhos, as múltiplas preocupações, o cansaço e as vulnerabilidades nas quais estão imersas abrem brechas para uma série de outros atravessamentos que intensificam desigualdades já existentes, agora também potencializadas nos ambientes digitais.

Essa realidade configura uma desigualdade estrutural em comparação a grupos de pais de outras classes sociais, cujos filhos iniciam o acesso à rede mais cedo e contam com uma supervisão que, além de possuir maior domínio técnico, tende a ser mais dialógica e informada (Maximo, 2017). Assim, a precariedade no conhecimento digital dos adultos na periferia reforça uma exclusão digital na qual a falta de habilidades para gerenciar a privacidade e os riscos on-line deixa as crianças desses territórios ainda mais vulneráveis do que aquelas pertencentes a grupos socioeconômicos mais favorecidos (De Moraes, 2020).

Na vila não existe escola, as crianças caminham a pé até bairros vizinhos para ter acesso ao ensino, na maioria das vezes bastante precário. Não temos praças, feiras, espaços de cultura, lazer familiar e não temos água. A comunidade sofre com a falta de água que a Prefeitura Patriota de Várzea Grande não resolve, e outras vulnerabilidades e atravessamentos que refletem a continuidade das hierarquias raciais e econômicas que estruturam o espaço urbano desde o período colonial (Benine, 2025).

Voltamos a colonização, pois foi a partir do pós-abolição, na ausência de políticas de reparação que se consolidou esse modelo de exclusão da população negra, deslocando-a sistematicamente para as periferias e reforçando um modelo urbano seletivo, racializado e desigual em diversas esferas (Benine, 2025, p. 3). Diante desse cenário, evidencia-se não apenas a presença, mas a sobreposição de múltiplas camadas de desigualdade que incidem sobre essas crianças. Os marcadores de raça, idade e território não operam de forma isolada; ao contrário, articulam-se na produção de experiências marcadas por exclusões contínuas que se atualiza tanto nas condições materiais, como a ausência de

equipamentos públicos, a exemplo de escolas, quanto nas dinâmicas simbólicas e digitais.

Enquanto convivemos com as desigualdades a que sobre nós foi imposta, somos assistidos por novas pessoas que chegam à Vila, vindas de outro lugar, presenças trazidas pelo interesse imobiliário e suas construções habitacionais direcionadas ao mercado de aluguel. Vendas imobiliárias têm sido bastante frequentes na comunidade, há interesses nos espaços dos pobres (Marzulo, 2019).

As crianças chamam as novas casas de “casinhas” e observam suas construções no cotidiano. São casas bem construídas, de cores claras, bem próximas a avenida “Véu de noiva”, onde passa a linha de ônibus. As casas são bem diferentes das casas da Vila, possuem boa estrutura, muros, jardins com gramas, garagens, teto solar e muitas vezes câmeras de segurança, elementos que contrastam de forma evidente com a realidade das moradias simples da comunidade, muitas vezes sem muros ou portões, e marcadas por recursos mais limitados.

Marzulo nos revela que nesse negócio, o tráfico atual como grande mediador dos valores desses novos imóveis (Marzulo, 2019 p.112) valorizando ou desvalorizando a partir das tensões com a polícia ou conflitos entre membros e outras franquias faccionais, forças presentes na comunidade. Os novos moradores são em sua maioria brancos, possuem carro e não possuem contato com as pessoas da comunidade. Os erês presenciam a chegada dessas novas crianças, filhas dessas novas famílias, não há contato. Elas brincam de portões trancados, nós existimos nessas ruas.

4.2. Territorialidade das crianças na Vila, poderes circulantes, violências, percepções e análises

O conceito de território vai além de um espaço geográfico, pois envolve a apropriação simbólica e social do espaço, configurando-se como um lugar de vivências, pertencimento e circulação de instituições de poder. Trata-se também de um espaço apropriado em termos imateriais, na produção de identidades, subjetividades e simbolismos (Fuini, p. 20, 2017). A partir dessa compreensão, a

territorialidade surge como um conceito central para entender as relações sociais, culturais e simbólicas que nele se estabelecem, bem como as formas pelas quais os moradores significam e se apropriam desse espaço, construindo pertencimento, interação e usos a partir de suas experiências (Fuini, p. 20, 2017).

Empregamos a mesma lógica no âmbito digital, enquanto o território digital diz respeito às infraestruturas e aos ambientes que organizam a vida on-line, incluindo plataformas, redes e aplicativos (Silva, Fernandes, 2021), a territorialidade digital refere-se às formas pelas quais sujeitos e grupos se apropriam, significam e disputam esses espaços, produzindo dinâmicas de pertencimento, visibilidade e exclusão atravessadas por marcadores sociais (Israel, 2019).

Como tantas outras comunidades periféricas brasileiras, a Vila é uma espaço atravessado por dinâmicas de poder que se entrelaçam, conformam e tensionam as vivências de seus habitantes, inclusive as crianças que nascem e crescem neste território. Essa sessão aborda as forças institucionais que circulam na comunidade, influenciam e cruzam as vivências dos erês. Tais forças fazem frente e se fortalecem diante a ausência ou presença inoperante do Estado e buscam preencher lacunas (Silva, Conceição, 2018) como atores sociais de presença nesse território (Bertagnoni, 2021), as crianças, partindo de suas territorialidades, trouxeram percepções importantes para essa escrivência.

Durante todos esses anos de experiência trabalhando com as crianças da comunidade, desenvolvendo oficinas de teatro e dança, é bastante comum ouvi-las dizer que não podem dançar certas músicas, praticar capoeira ou, no caso das meninas, jogar bola, porque o pastor não permite. As crianças têm no pastor uma figura que autoriza ou as proíbe de participar de determinadas atividades; não é incomum ouvir frases como: *“Vou falar para minha mãe perguntar para o pastor”*, *“Vou ver com o pastor e aviso”*, *“Meu pastor não deixa”* ou, ainda, em caso de algum desentendimento, *“Vou falar para o pastor”*. Do mesmo modo, relatos de mulheres conhecidas sobre terem muitos filhos porque o padre da igreja aconselha a não utilizar métodos anticoncepcionais, ou, ainda, situações como quando, ao ensaiarmos uma coreografia de maculelê, dança folclórica brasileira com raízes afro-indígenas, fomos surpreendidos por uma mulher da

comunidade que, com as mãos direcionadas a nós, nos repreendeu “em nome de Jesus”.

Essas falas evidenciam mecanismos de controle por parte das instituições presentes na comunidade (Schmitz, 2022): o padre e o pastor se configuram como figuras detentoras de poder, e as igrejas, como instituições de poder. Durante as rodas, uma participante relatou incômodo com a abordagem de um homem adulto que tentou convencê-la de que o caminho religioso católico seria o melhor para ela.

“Laila: Uma vez eu fui na catequese, eu expliquei que eu gosto muito de fazer catequese, mas eu não era cristã, aí eu expliquei e esse homem fez toda minha cabeça, confundiu toda minha cabeça e falou altas coisas estranhas para mim. Ele falou que a igreja católica, que a religião católica é a certa e que você tem que seguir ela.”

O relato de Laila exemplifica a persistência do projeto de colonialidade que historicamente busca implantar ideias e costumes às subjetividades individuais por meio da catequização forçada (Foucault, 2001). Quando Laila conta que o adulto “fez sua cabeça” e a deixou “confundida” com “coisas estranhas” evidencia a agressão institucional a uma identidade pré-existente, me permitindo remontar a violência sofrida por povos originários cujas visões de mundo eram consideradas incompatíveis com a teologia imposta (Krenak, 2022). Essa tentativa de regulação do pensamento, na qual “o homem” afirma que a religião católica é a “certa” e de seguimento obrigatório, reflete o funcionamento de uma estrutura de poder que ignora a diversidade cultural e individual para estabelecer um modo de vida único e dominante (Schmitz, 2022). Assim, o que Laila vivencia na Vila é a atualização de dispositivos históricos de controle de mentes que tentam silenciar a voz do sujeito para integrá-lo a uma moralidade institucionalizada que desconsidera sua autonomia e subjetividade.

Na Vila não há escola, mas há igrejas, duas, que se estabelecem como forças significativas na comunidade: uma localizada na rua Z, de tradição católica, denominada Igreja São João Batista, e outra da Assembleia de Deus, situada na rua da Penha, sendo esta mais estruturada, fortalecida e com maior número de adeptos. Muitas crianças e suas famílias frequentam esses espaços, participam da catequese, dos cultos voltados ao público infantil e se autodefinem como “crentes”. O crescimento e o fortalecimento de igrejas evangélicas em

territórios marcados pelo empobrecimento constituem um fenômeno recorrente, como aponta o antropólogo e pesquisador Cesar Pinheiro Teixeira.

O pentecostalismo cresce com maior velocidade entre as camadas mais empobrecidas da população. E as áreas mais pobres das grandes cidades são também as que mais sofrem com o problema da violência, seja devido à presença autoritária e violenta de quadrilhas de narcotraficantes seja por conta da violência policial. Denominações como a Assembleia de Deus tendem a se destacar mais nesses contextos (Teixeira, 2011, p. 1)

Entre nós, multiplicam-se histórias de “novos convertidos”: homens e mulheres que, tendo passado pelo tráfico, buscam nas palavras do padre ou do pastor uma saída, um perdão, uma alternativa à vida do crime (Teixeira, 2011). Essa busca por redenção reflete a eficácia histórica da instituição cristã em se posicionar como o único caminho legítimo para a civilidade, oferecendo o perdão em troca da internalização de uma ética institucionalizada, o que se evidencia nas falas e nos discursos de diversas pessoas na comunidade que, ao se assumirem “crentes”, passam a julgar o que é certo ou errado com base no que se prega na igreja, silenciando e demonizando a identidade anterior e dando lugar a uma subjetividade convertida e sob constante vigilância (Schmitz, 2022). Todo esse processo incide diretamente sobre as crianças.

Inseridas em famílias atravessadas por essas experiências de conversão, as crianças passam a vivenciar um ambiente no qual a moral religiosa estrutura práticas cotidianas, regula comportamentos e delimita possibilidades de existência, como as proibições percebidas no CENPRHE. Nesse contexto, valores, medos e noções de certo e errado são transmitidos de forma intensa, muitas vezes mediados por narrativas de pecado, culpa e redenção que atravessam a história familiar. As trajetórias dos adultos, agora reinterpretadas à luz da conversão, tornam-se também dispositivos pedagógicos (Pacheco, 2024) operando como exemplos do que não deve ser seguido e reforçando a centralidade da igreja como caminho único de salvação.

Segundo Quijano (2005), embora a colonização, em seu sentido político, tenha sido extinta, a estrutura colonial permanece intacta, reproduzindo-se por meio da colonialidade e sustentando as relações de poder. Nesse contexto, a colonialidade atua no plano subjetivo, alimentando crenças e representações no imaginário social, definindo o que é reconhecido como aceitável ou desviante.

Baseio-me em Foucault (2001), para afirmar que as instituições cristãs, através de dispositivos sistemáticos, criaram formas de gerenciar corpos e mentes (Foucault, 2001, p. 220-221) e ainda em Mignolo (2017) que revela a religião como uma das várias bases da MCP (Matriz colonial do Poder) visando o controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade (Mignolo, 2017 p. 5). Os autores, em suas construções epistemológicas, nos conduzem por contextos e conceitos históricos que explicam a formação da colonialidade. Já essa Escrivência me leva para o chão de minha comunidade, onde vejo, dia após dia, a colonialidade pulsando viva, controlando pensamentos e incidindo sobre as subjetividades dos erês.

Mesmo imersas nessas dinâmicas, algumas crianças demonstram olhar crítico e percebem contradições no próprio contexto familiar, como na fala de uma delas: *“Ela é crente mais ou menos; um dia tá se acabando na cerveja, no outro tá lá na igreja”*. Como também expressam vontade de conhecer religiões de matrizes africanas, porém são desencorajadas: *“na cabeça dela, a realidade do umbandista é lá embaixo, porque minha avó é de terreiro e lá eles possuem uma classe muito baixa, lá embaixo e minha mãe fala que é por conta da religião”* o trecho evidencia os tentáculos coloniais manipulando as subjetividades infantis pelo medo, conforme trouxe Walter Mignolo (2017).

Foi interessante acompanhar a percepção de um participante sobre a presença de terreiros na comunidade, ao mesmo tempo que possui o medo construído estruturalmente, mostra o encanto e o reconhecimento de terreiros como abrigo para as dores causadas sobre nós, pessoas marginalizadas:

Vitor: Quando os homi pegam alguém da minha família, minha tia e minha avó vão lá no terreiro pra ver o que vai acontecer depois.

Eu: E ajuda?

Vitor: Ajuda, ele fala tudo certinho. Uma vez quando eu tava com Chikungunya, aí minha tia foi no terreiro nesses tempos aí porque os “homi” estavam tudo atrás do meu tio, aí minha tia me levou no terreiro, eu tava morrendo de febre, com dor no corpo, não conseguia nem levantar direito do sofá. Aí me chamaram pra negociar na minha cabeça, eu fiquei com medo, mas melhorei (...) É, sim, às vezes a macumba ajuda meu pai quando alguém pega ele, ou pega meu tio, às vezes ajuda.

Os “*homi*” a que nosso nobre pensador se refere são os policiais, representantes do Estado nesse território. Essa presença se revela de forma contraditória, pois, ao mesmo tempo em que o Estado se mostra ausente na garantia de serviços básicos como educação, água, saúde ou uma frota de ônibus eficiente, ele se faz presente por meio da polícia, cuja atuação, muitas vezes violenta, intensifica a sensação de vigilância e insegurança.

Entendendo a violência policial como o uso proposital da força, de maneira exagerada, normalmente física, mas que também pode ocorrer de forma verbal ou como intimidação psicológica, praticada por um policial, podendo incluir, ainda, prisão ilegal, intimidação e discriminação racial (Cazumbá, 2020, p. 4), os erês falaram abertamente sobre essas presenças e seus atores abusivos:

Mariah: veio uma viatura descendo e tinha um monte de gente sentado na frente daquela distribuidora, do nada passou a viatura voando, quase me atropelou e mandou os “guris” botar as mãos na parede, os guris são da minha idade, pequeninhos, não tinha nada haver com o que estava acontecendo ali e foram levados, porque um cara estava com droga lá, sendo que os guris só tavam tomando Coca lá na mercearia, e levaram. Os meninos que não tinham nada haver sofreram esse constrangimento de ficar lá com a mãozona na parede, enquanto o polícia pega no saco deles lá, revistando.

Vitor: É, esse cara aí, eu tenho medo dele, meu tio têm medo desse cara. Ele invade casa, ele entra com pedaço de pau e bate em todos. Eles batem no cê. Aqui na rua têm muito tráfico de drogas, toda hora os “homi” estão passando, esses dias enquadraram bem alí, aqui ao lado do CENPRHE, enquadraram uns dois guris com uma bis. Deram uma multa

As falas de Mariah e Vitor evidenciam uma experiência precoce e cotidiana de contato com a violência estatal, na qual a presença policial não é percebida como proteção, mas como ameaça. Em ambos os relatos, o que se destaca é a naturalização de práticas abusivas que atravessam o cotidiano das crianças e produzem efeitos diretos em suas percepções sobre autoridade, justiça e segurança (Queirós, 2023).

No relato de Mariah, sobre a viatura chegar “voando” e quase provocar um atropelamento, já indica uma atuação que desconsidera a integridade física dos moradores da comunidade. Em seguida, a generalização da suspeita recai sobre “os guris”, crianças da mesma faixa etária que ela, que são submetidas a uma revista vexatória mesmo sem envolvimento direto com a situação. A cena narrada explicita um mecanismo de criminalização, no qual estar no território e

compartilhar marcadores sociais semelhantes já é suficiente para ser alvo da ação policial (Santos, 2023) e tomar enquadro. Além disso, o constrangimento corporal descrito aponta para uma dimensão de violação que ultrapassa o controle e adentra o campo da humilhação, produzindo marcas na constituição dessas infâncias.

Já na fala de Vitor, o medo se apresenta como elemento central. A figura policial é associada à invasão, à violência física e à imprevisibilidade. Quando ele afirma que *“meu tio tem medo desse cara”*, há uma indicação de que esse temor não é individual, mas compartilhado e socialmente construído, atravessando diferentes gerações de sua família. Quando Vitor conta sobre a abordagem violenta do policial *“entra com pedaço de pau e bate em todos”* sugere uma suspensão das fronteiras entre legalidade e ilegalidade, na qual o agente do Estado atua de maneira autoritária, sem distinção ou critérios claros (Santos, 2023). Ao mencionar a recorrência das abordagens na rua e a proximidade com o espaço do CENPRHE, Vitor também localiza essa violência como parte do cotidiano, algo que se repete e se inscreve em nossa rotina comunitária revelando as intersecções entre território, raça, classe e idade, mobilizamos as contribuições do trabalho *“Jovens marcados para morrer classe, raça e território como alvos”* (Silva, 2021) neste entendimento.

As crianças, ao nomearem e descreverem essas experiências, demonstram não apenas consciência crítica sobre o que vivenciam, mas também como essas situações atravessam suas subjetividades, influenciando suas formas de estar no território, suas experiências na ocupação deste espaço público e a forma como se relacionam com figuras de autoridade. Tratando-se, portanto, de uma experiência marcada pela tensão, na qual o Estado se apresenta predominantemente por meio da repressão.

A presença ausente do Estado se impõe como força violenta e combativa, não para proteger, mas para atacar e destruir, aproximando-se, em muitos aspectos, das ações das chamadas *“forças paralelas”*, como o crime organizado. O Comando Vermelho (CV)³⁴, enquanto força informal ligada ao tráfico de

³⁴ O Comando Vermelho (CV) é uma facção criminosa brasileira originada no Rio de Janeiro na década de 1970, a partir da convivência entre presos políticos e criminosos comuns no presídio da Ilha Grande. Com o tempo, expandiu sua influência para diversas regiões do país, incluindo Mato Grosso, onde se estabeleceu por meio do tráfico de drogas, da migração de membros e

entorpecentes e a outros crimes, atua, em muitos casos, como agente organizador do território, estabelecendo regras e códigos que moldam diretamente as dinâmicas locais e buscam legitimação dos moradores da comunidade (Trindade, 2021).

Na vila muitas crianças sabem do “sistema” e falam sobre os “corretivos”, os famosos “salves” (Trindade, 2021) aplicados em quem brigou ou roubou outros moradores da comunidade, nas palavras de uma participante: *“obviamente se não existisse tráfico aqui, não tinha gente morrendo ali embaixo”*. Ao estabelecer essa relação direta entre a presença do tráfico e a ocorrência de mortes, a fala da participante evidencia como as facções se tornam, no imaginário infantil, os principais organizadores da vida e da morte no território.

As crianças da Vila e de outras periferias são expostas a morte desde muito cedo e sem filtros (Queirós, 2023), ver corpos caídos, ou saber que alguém foi morto pela polícia ou pelo tráfico são experiências que as crianças infelizmente vivem, atravessando suas emoções, representações e as percepções que elaboram sobre finitude, influenciadas pelas experiências vividas neste contexto social, relacionados à violência descontrolada e à morte prematura (Queirós, 2023 p. 7 e 8).

Em minhas memórias, certo dia, um tiro nos acordaram lá em casa. Minha mãe se desesperou, meu pai mandou todo mundo calar a boca e foi averiguar o que tinha acontecido, lá do portão conversava com um vizinho “morreu”, eu, minha mãe e minhas irmãs fomos nos aproximando devagar e logo estávamos na conversa, ao chão, um homem pardo, pálido, vestindo camiseta do flamengo, de boca aberta e olhos abertos sangrava, morto, paralisado. Ninguém nos tirou de lá, outras crianças também se aproximaram, ficamos por ali esperando o “Rabecão”³⁵ chegar e levar o homem morto. Foi a primeira vez que vi um morto que acabara de morrer na minha frente. A morte sempre esteve inscrita em meu horizonte infantil.

Muitos dos “gerentes” do tráfico são pais, mães e familiares de alguns participantes. Algumas crianças têm medo, muitas admiram os sujeitos que atuam no sistema, esses detentores de poder da organização comunitária. É comum observar nas fotografias do CENPRHE, meninos, em sua maioria,

³⁵ furgão em que se transportam os mortos.

reproduzindo as letras “C.V” com as mãos enquanto posam para fotos, ou reproduzindo falas como “Tudo dois” características de membros da facção (Trindade, 2021), siglas essas que estão espalhadas pela comunidade, pinchadas em muros, esquinas, pontos de ônibus, demarcando modos próprios de organização e comunicação.



Imagem 5 e 6: Pinchações na sigla “C.V” na comunidade Vila São João (Foto Autor)

A vida das crianças deve ser compreendida como uma construção que se dá a partir de uma relação processual, na qual a biografia pessoal, a geração e o crescimento estão interligados ao uso e ao significado dos ambientes onde circulam (Bertagnoni, 2021, p. 3). Dessa forma, é possível afirmar que o desenvolvimento das crianças não é individual, mas sim um processo cultural e coletivo que ocorre por meio das relações estabelecidas com seus pares e com o ambiente em que vivem (Machado; Brostolin, 2022, p. 43). Destaco isso para evidenciar que o desejo de uma criança de 8 anos de se tornar pastor, e de outra, de 11 anos, de ser traficante, está profundamente relacionado aos poderes que circulam nessa comunidade e projetam identidades.

Alguns meninos falam abertamente sobre o desejo de se tornar traficantes e alcançar poder aquisitivo. Entre as meninas, há quem admire as mulheres dos traficantes, figuras que, na Vila, são associadas a poder e prosperidade. Muitas jovens que se relacionam com integrantes do Comando Vermelho ostentam motos, carros, apliques, cílios alongados, unhas bem-cuidadas, fumam cigarros

eletrônicos, usam celulares iPhone, exibem tatuagens, roupas variadas e desfrutam de respeito social. Para meninas em situação extrema de vulnerabilidade, essa imagem exerce forte atração e se apresenta como um modelo possível de ascensão e reconhecimento no território.

A pesquisadora Mariana Barcinski (2012) argumenta que o ingresso de jovens de camadas mais pobres na rede do tráfico de drogas é estratégia de fuga da invisibilidade social na qual estão historicamente inseridas (Barcinski, 2012, p. 2) o envolvimento com o crime, para muitos jovens, diante de suas dificuldades relacionais, sociais e econômicas, representa uma das poucas possibilidades de inserção e de um sentimento (ainda que ilusório) de pertencimento a um grupo (Barcinski, 2012).

É preciso reconhecer que os anseios manifestados pelas crianças da Vila São João não surgem de um vácuo, mas se configuram como respostas complexas às ausências institucionais e às presenças dos poderes circulantes na comunidade, que atravessam e influenciam as crianças. Em situação de vulnerabilidade, elas também desejam ser sujeitas de poder, buscando formas de assumir papéis de protagonismo em meio às contradições e desafios impostos pelo contexto local.

Nesse sentido, seus desejos não podem ser reduzidos a escolhas individuais ou compreendidos a partir de uma lógica moralizante e julgadora, mas devem ser analisados como produções situadas, forjadas nas tramas sociais, simbólicas e materiais que organizam a vida na comunidade (Barcinski, 2012). Compreender esses processos implica deslocar o olhar de perspectivas individualizantes para uma análise que considere as relações de poder, as desigualdades estruturais e as formas pelas quais os erês elaboram, negociam e, por vezes, tensionam os mundos que lhes são oferecidos.

Trata-se, portanto, de reconhecer essas infâncias como produtoras de sentido, cujas vozes não apenas refletem o território, mas também o reconfiguram, apontando para a urgência de políticas e práticas que ampliem horizontes e possibilidades seguras de existência e principalmente de diálogo. Optei por apresentar as percepções e análises do território físico em um tópico específico, como estratégia de organização e aprofundamento, considerando a densidade e a multiplicidade de elementos que o constituem. No entanto, essa escolha não implica uma compreensão dissociada dos territórios que

atravessam as infâncias da Vila. Pelo contrário, parte-se do entendimento de que o território físico e o digital se articulam de forma contínua e indissociável, compondo, conjuntamente, o chão sobre o qual essas crianças vivem, interagem e constroem suas experiências.

Assim, o ambiente digital, que será abordado de forma mais específica a seguir, não é pensado como um espaço à parte, mas como uma dimensão igualmente constitutiva dessas infâncias, atravessada por relações de poder, disputas de sentido e permanências de lógicas coloniais. As crianças estão, simultaneamente, presentes e atuantes nesses diferentes espaços, e é justamente na intersecção entre eles que se produzem suas vivências, percepções e formas de existir no mundo.

4.3. Infâncias no território digital: entre o Instagram, o ECA e a (des)proteção

A infância contemporânea é profundamente atravessada e definida pela cultura midiática, experiência descrita como “infância digital” (Buckingham, 2010; Nery; Rego, 2020), que complementa e transcende a cultura local e conecta as crianças a outras culturas. Nesse cenário, as culturas da infância, compreendidas como conjunto de modos de ação, interação, significação e imaginação (Sarmiento, 2011), constituem formas por meio das quais as crianças se apropriam e reelaboram, de maneira criativa, os produtos e conteúdos das indústrias midiáticas.

Longe de serem espectadoras passivas, as crianças participam de um processo ativo e interativo, integrando informações, conteúdos e imagens das mídias às suas brincadeiras, discursos e sociabilidades cotidianas (Nery; Rego, 2020). Essa cultura infantil digital constitui um espaço de produção de sentidos que atravessa a subjetividade infantil (Pertence, 2025). Ao interagir com conteúdos de plataformas como Instagram, TikTok ou YouTube neste mundo tela, as crianças mobilizam o olhar, a escuta, o sentir, o imaginar e o dialogar, dimensões que compõem o processo multimidiado da recepção (Nery, Rego; 2020, p. 3), nesse movimento, constroem cultura em diálogo com as linguagens

e lógicas das plataformas digitais, atuando como sujeitos sociais que negociam sentidos a partir do que lhes é ofertado (Tomaz, 2016).

Neste estudo, reconhecemos que as experiências infantis no digital, são igualmente atravessadas por intersecções de raça, classe, gênero e território que definem diferentes regimes de visibilidade e circulação (Collins, 2022), tratando-se, portanto, de um campo de disputas, no qual as imagens produzidas pela mídia, as racionalidades das plataformas e as próprias condições de acesso contribuem para a reprodução de estereótipos, atualização de desigualdades e, em alguns casos, a ampliação de disparidades históricas.

Tomamos o Instagram como foco, entendendo-o como um espaço de vivências, interações e performatividades, marcado geracionalmente e reconhecido como território (Fraga, 2019) onde se desenvolvem identidades e circulam poderes que gerenciam subjetividades (Silva; Fernandes, 2022, p. 213).

Ainda, segundo a perspectiva de Albagli (2004, p. 57), ao pensar a territorialidade tanto no plano individual (como um espaço próprio) quanto no coletivo (como forma de organizar as relações e fortalecer vínculos de grupo), é possível compreender o espaço virtual como um ambiente que pode aproximar pessoas, fortalecer laços, informar e promover trocas, quanto como potencial fonte ou estímulo de hostilidades, ódios e exclusões (Silva; Fernandes, 2022, p. 212).

A internet possui, atualmente, um papel fundamental na mudança de hábitos e de relacionamentos, constituindo-se como um ambiente de formação de identidades, conforme Dias e Cavalcante (2016). As crianças estão crescendo em contextos em que todos à sua volta estão online e participam desse movimento, como qualquer sujeito social. Celulares tornaram-se companheiros constantes das crianças, sendo frequentemente utilizados como forma de mantê-las ocupadas, esse contato contínuo com as telas exerce influência significativa nos processos de construção identitária (Buckingham, 2010; Gomes, 2018) uma vez que as crianças aprendem observando comportamentos, gestos e formas de linguagem que circulam no ambiente digital.

Assim, as referências que consomem passam a integrar seus modos de ser e estar no mundo, interferindo na maneira como se percebem e se expressam. Em muitos casos, essa dinâmica tensiona as experiências da

infância, levando a uma antecipação de práticas associadas ao universo adulto ou ao fortalecimento de desejos de consumo estimulados por conteúdos publicitários (Pertence, 2024), evidenciando o papel central da internet na produção de subjetividades infantis contemporâneas (Nery; Rego, 2020). Portanto, não é possível isolar a internet e sua capacidade de produzir efeitos sobre as crianças de outros elementos do contexto sociocultural, que também estão em fluxo nessa relação (Buckingham, 2010).

De forma ampla, o termo “plataforma” refere-se a um sistema ou estrutura que possibilita a realização de atividades, interações e a oferta de serviços (Vieira, 2023, p. 32). No contexto digital, Van Dijck e De Wall (2018, p. 4) definem as plataformas online como arquiteturas projetadas para promover interações entre diferentes usuários, além de empresas e organizações. Essa configuração conecta múltiplos atores e viabiliza a circulação de informações, recursos e experiências, articulando processos de criação, compartilhamento e consumo de conteúdos, frequentemente mediados por dinâmicas publicitárias (Vieira, 2023). Podemos observar esta dinâmica no Instagram.

O Instagram é um aplicativo de rede social para o compartilhamento de imagens (fotos e vídeos), no qual podemos ter um perfil, amigos, seguidores, além de constituir um “álbum” de imagens digitais com todos os conteúdos compartilhados (Fraga, 2019 p.32) com a possibilidade de seguir, curtir, compartilhar e interagir com outros conteúdos, podendo, ao criar a conta, escolher entre ter um perfil público ou privado.

Com a popularização do Instagram, empresas investem em publicidade cada vez mais estratégicas, reunindo consumidores ao redor de suas marcas e tornando-as visíveis por meio das imagens (Fraga, 2019). Neste ano de 2026, é impossível navegar pelo Instagram sem ser bombardeado por anúncios diversos. Atualmente, o Instagram é a segunda rede social mais usada no Brasil, com 141 milhões de usuários, ficando atrás do YouTube (144 milhões) e à frente do TikTok³⁶. Os *reels*³⁷ conseguiram manter o forte engajamento da plataforma nos últimos anos, atualizando sua forma de utilização.

³⁶ Disponível em: <https://shre.ink/LRBF> Acesso em 17 abr. 2025

³⁷ Disponível em: <https://nerdweb.com.br/artigos/o-que-e-reels-o-recurso-que-esta-mudando-a-forma-de-usar-o-instagram.html> Acesso em 17 abr. 2025

Segundo levantamento da TIC Kids Online realizado em 2024, 83% das crianças que usam internet no Brasil possuem redes sociais³⁸ entre elas, aquelas com idades entre 9 e 10 anos representam cerca de 60%, mesmo que as plataformas afirmem não aceitar usuários menores de 13 anos. Entre as classes D e E, a conectividade atinge 91%, sendo o celular o principal dispositivo de acesso.

O levantamento também apresenta dados importantes para esta análise ao revelar que apenas 8% dos adultos acreditam que as crianças ou adolescentes pelos quais são responsáveis já vivenciaram situações incômodas na internet, enquanto 29% das próprias crianças relataram ter passado por experiências que não gostaram e que lhes causaram desconforto. Apesar disso, ao enfrentarem situações ofensivas, 31% afirmam ter recorrido às mães, 29% compartilharam com amigos da mesma idade e 17% não falaram com ninguém sobre os constrangimentos vivenciados.

Segundo a Lei nº 15.211/2025 (ECA Digital), o acesso à internet é reconhecido como um direito de crianças e adolescentes. A legislação não estabelece a exclusão desse público dos ambientes digitais como estratégia de proteção, mas atribui às plataformas digitais o dever de garantir que esses espaços sejam seguros desde sua concepção. Para isso, determina que empresas desenvolvam arquiteturas e mecanismos de proteção capazes de resguardar os direitos das crianças, prevenindo práticas que as exponham a riscos, assim como a monetização de conteúdos que as sexualizem ou a utilização de algoritmos para direcionamento de publicidade, reafirmando a responsabilidade das plataformas na promoção de um ambiente digital compatível com a proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Entre as medidas definidas pela legislação, está a obrigatoriedade de assegurar que contas de usuários menores de 16 anos sejam vinculadas a um responsável legal, disponibilizando ferramentas de supervisão, como controle do tempo de uso, restrição de interações e acompanhamento das atividades. Além disso, a lei determina alterações no próprio funcionamento das plataformas,

³⁸ Disponível em: <https://cetic.br/pt/noticia/tic-kids-online-investiga-pela-primeira-vez-frequencia-do-uso-de-plataformas-digitais-por-criancas-e-adolescentes/> Acesso em: 12 nov. 2025

proibindo estratégias de design que estimulem o uso excessivo, como a rolagem infinita e a reprodução automática de conteúdos (ECA Digital, 2026).

A aprovação do ECA Digital resulta de um processo extenso de debates e mobilizações em torno da proteção de crianças e adolescentes nos ambientes digitais, envolvendo, ao longo dos anos, organizações de defesa dos direitos da infância, pesquisadores, juristas, movimentos sociais e investigações jornalísticas. Nesse contexto, as denúncias realizadas pelo influenciador Felca³⁹, em 10 de agosto de 2025, sobre a "adulterização" e a exploração de crianças e adolescentes na internet, contribuíram para ampliar a visibilidade pública do tema e intensificar o debate social.

Essas denúncias, contudo, não constituem um evento isolado nem o ponto de origem da legislação, mas se inserem em um conjunto mais amplo de evidências e reivindicações já consolidadas, incluindo reportagens investigativas, como a publicada pelo Intercept, utilizada como referência no vídeo de Felca⁴⁰, além de pesquisas acadêmicas, da atuação de movimentos sociais, coletivos de defesa dos direitos da infância, da participação de crianças e adolescentes em espaços de incidência e escuta, e da atuação contínua de entidades dedicadas à proteção da infância.

Esse conjunto de mobilizações vem tensionando, de forma crescente, as dinâmicas de exposição e violação de direitos de crianças e adolescentes nos ambientes digitais, ampliando a visibilidade pública dessas práticas e fortalecendo a cobrança por respostas institucionais. A prisão e a posterior condenação do influenciador Hytalo Santos⁴¹, acusado de envolvimento em práticas que violavam direitos de crianças e adolescentes por meio da produção e circulação de conteúdos adulterizados e da exploração sexual, constituem um exemplo de como esse processo de mobilização social, aliado à atuação das instituições de proteção e investigação, passou a produzir desdobramentos concretos na responsabilização de agentes envolvidos nessas violações.

Ao dialogar com esse conjunto de debates e mobilizações, esta pesquisa busca contribuir com elementos produzidos a partir das vivências de crianças

³⁹ Felca – Nome artístico de Felipe Bressanim Pereira, influenciador digital e YouTuber brasileiro que ganhou notoriedade por vídeos de humor e críticas à cultura da internet.

⁴⁰ Vídeo "Adulterização" de Felca: <https://www.youtube.com/watch?v=FpsCzFGL1LE&t=7s>

⁴¹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/sp/de-denuncias-de-felca-ate-prisao-de-hytalo-santos-veja-cronologia-do-caso/> Acesso em: 28 set. 2025

negras em territórios periféricos. Entre os achados da pesquisa, identificou-se uma fragilidade na circulação de informações sobre os direitos digitais de crianças e adolescentes. Em conversas com as famílias, muitos responsáveis sequer conheciam o ECA Digital e as medidas de proteção por ele estabelecidas.

Esse dado evidencia que a ampliação das garantias legais precisa ser acompanhada por ações de disseminação de informações e fortalecimento do letramento digital entre famílias de comunidades populares, uma vez que a ausência desses conhecimentos pode aprofundar desigualdades já existentes e comprometer os processos de mediação, cuidado e acompanhamento do uso das tecnologias por crianças e adolescentes (Maximo, 2017).

O Instagram, veda formalmente a criação de contas para menores de 13 anos em seus termos de uso, classificando-o como +12, conforme imagem/print feito na aba de informações quanto a classificação indicativa do aplicativo na App Store:



FIGURA 7: Print classificação indicativa Instagram na App Store

FONTE FIGURA: Print App Store Autor

Porém, durante nossa produção de dados junto às crianças, constatou-se que o que está previsto pelo Ministério da Justiça⁴² e pelo próprio Instagram referente a classificação indicativa (+12) não se cumpre na prática, uma vez que crianças entre 7 e 12 anos relataram presença sem monitoramento nas

⁴² Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/classificacao-indicativa-do-instagram-e-revisada-para-nao-recomendada-a-menores-de-16-anos>

plataformas, consumindo e produzindo conteúdo de inúmeras formas. As crianças relataram que muitas vezes essa entrada na plataforma acontece por meio de contas criadas por seus pais e, gradativamente, passam a transformá-las em contas pessoais, à medida que descobrem caminhos para alterar fotos de perfil, nomes de usuário e demais configurações. É recorrente a utilização dessas contas “herdadas”, o que preocupa, uma vez que seus olhares e interações podem se deslocar para conteúdos originalmente direcionados ao público adulto.

Tal dinâmica tensiona os limites estabelecidos pela plataforma, evidenciando brechas entre a política interna da empresa e falhas em sua implementação, as quais atingem diretamente sujeitos inseridos em contextos marcados por baixos níveis de letramento digital. Nesses cenários, em que as famílias historicamente vivenciam o digital de forma desigual, a mediação adulta se fragiliza, abrindo espaço para que crianças circulem em ambientes que escapam às regulações previstas.

Ainda sobre os primeiros contatos com o Instagram, uma participante comentou que sua mãe “colocou o Instagram no celular” quando ela ganhou o aparelho, outra comentou que “já tinha o Insta no celular” quando “passaram” o celular para ela. Ainda, algumas crianças acessam a plataforma por meio de contas “ativas” de seus pais, movimento que também percebemos quando o Instagram do CENPRHE recebe mensagens de perfis de pais como: “oi oi oi cenprhe sou eu aluna fulana” ou “hoje têm cenprhe?” ou “amei o vídeo é a fulana”.

A plataforma pode afirmar que crianças não poderão acessar ou que serão banidas ao serem identificadas, porém isso não significa sua ausência nesse espaço (Tomaz, 2024). Na prática, elas continuam presentes, ainda que de forma mais invisibilizada, ocupando essas brechas nos sistemas de verificação e moderação. Esse movimento não elimina o problema, apenas o desloca, tornando a presença infantil menos reconhecida e, conseqüentemente, mais vulnerável dentro das próprias dinâmicas da plataforma (Tomaz, 2024).

Ao serem formalmente excluídas das diretrizes da plataforma, essas crianças passam a existir de forma invisível neste ambiente digital. Ao utilizarem, muitas vezes, contas herdadas dos pais, suas experiências deixam de ser reconhecidas pelos sistemas de proteção, que operam como se fossem usuários

mais velhos. Essa invisibilidade faz com que não sejam alcançadas por filtros de segurança, restrições de funcionalidades e mecanismos adequados de moderação, ampliando sua exposição a conteúdos e interações potencialmente prejudiciais.

Assim, a experiência digital dessas crianças se constrói à margem das regulações (Tomaz, 2024), evidenciando uma vulnerabilidade diretamente relacionada à sua não existência formal reconhecida dentro da plataforma. Os dados revelam insuficiências do marco regulatório anterior, apontando para a urgência de atualização das normativas voltadas à proteção de crianças e adolescentes nos ambientes digitais.

A adultização infantil se refere à exposição precoce de crianças a comportamentos, responsabilidades e expectativas que deveriam ser reservadas aos adultos, caracterizada pela representação inadequada e prematura de crianças nos ambientes digitais, manifestando-se de diversas formas visuais e discursivas, seja em vídeos, fotos, descrições, interações e performances no conteúdo compartilhado (Vieira, 2023). Esse fenômeno impacta a identidade e a percepção da própria imagem das crianças, chegando, muitas vezes, à sexualização das crianças envolvidas, além de possível desenvolvimento de problemas emocionais e psicológicos como ansiedade e depressão, além de dificuldades na socialização e na formação de uma identidade própria (Abrinq, 2025).

Outro ponto preocupante é a pressão que a criança e adolescente pode sentir para se vestir, falar e se comportar como adultos, comprometendo seu processo de construção saudável de percepções, autoestima e identidade (Carbonieri; Silva; Prado, 2025). Muitos conteúdos nesses territórios digitais que as crianças habitam são inapropriados, principalmente em relação ao consumo de cenas de violência, abusos, exploração sexual, desinformações ou distorções, jogos provocativos ou desafiadores que podem ser inclusive fatais (Eisenstein, 2023)

Nesse processo, meninas e meninos, especialmente aqueles atravessados por marcadores sociais, tornam-se ainda mais vulneráveis à ação de criminosos, revelando como as tecnologias digitais também reproduzem e potencializam desigualdades estruturais.

Conforme relataram as crianças participantes, ao mencionarem o recebimento de mensagens, nudes e outras interações por parte de adultos criminosos, observa-se também o consumo de perfis nos quais influenciadores, crianças e adolescentes brigam, namoram, sentam-se no colo, evidenciando consumo de conteúdo adultizado:

Yudi: “Assisto a tropa do Taspio, é uma tropa de crianças que namoram, têm brigas, se jogam na piscina...”

Luzia: “Mas tipo assim a tropa do Taspio é melhor que a tropa do Tutu, porque a tropa do Tutu, as meninas sentam no colo dos guris, meninas de 9 anos... sentam no colo, beijam na boca...”

De fato, no canal “Turma do Tutu”⁴³, um homem adulto filma e narra a participação de crianças em dinâmicas que reproduzem o formato reality show. As crianças “namoram”, dormem juntas e, não raramente, as meninas se envolvem em discussões acaloradas e até agressivas, muitas vezes motivadas pela disputa por um menino popular do canal.⁴⁴ Assim como no canal e perfil “Taspio” onde um outro homem adulto filma meninas, muitas vezes de biquini e shorts curtos disputando um menino, sendo pedidas em namoro⁴⁵ ou participando de trends de casais no Instagram.



A Vick Finalmente Aceitou ser Crush do Ricardinho
Taspio · 3,4 mi de visualizações · há 5 meses



É Ricardinho... Por Essa Você Não Esperava
Taspio · 3,3 mi de visualizações · há 3 meses

⁴³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rgKWhsnHW1o> Acesso em: 22 ago. 2025

⁴⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QPSq9TIhYqE> Acesso em: 22 ago. 2025

⁴⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PG8IFxwb9DA> Acesso em: 22 ago. 2025



Era Pra Ser a Estreia da Piscina, Mas... 😊
Taspio · 9,5 mi de visualizações · há 9 meses



A Vick e o Ricardinho Vão se Casar na Festa Junina
Taspio · 3,3 mi de visualizações · há 2 meses



DUDA BRIGA COM RICHERLLY, é o pior aconteceu
Turma do Tutu · 540 mil visualizações · há 4 meses



BASTIDORES DE GRAVAÇÕES DA TURMA DO TUTU
Turma do Tutu · 298 mil visualizações · há 2 meses

FIGURA 8 - 11: Print canal “Taspio” no Youtube

FIGURA 12 e 13: Print canal do “Tutu” no Youtube

FONTE FIGURAS 8 - 13: Print Youtube autor

A entrega desses conteúdos adultizados nas plataformas digitais é impulsionada por uma lógica algorítmica que privilegia publicações capazes de gerar maior engajamento, transformando a infância em um espetáculo voltado para a monetização (Carbonieri; Silva; Prado, 2025, p.2) As redes sociais e plataformas operam sob a lógica da indústria cultural, na qual o entretenimento é nivelado ao consumo e o conteúdo é planejado para prescrever reações imediatas, garantindo milhões de visualizações e a permanência do público. (Tomaz, 2024; Carbonieri; Silva; Prado, 2025)

Tomaz (2024) demonstra que a presença de crianças e adolescentes nas plataformas não é apenas tolerada, mas estrategicamente incorporada aos modelos de crescimento, valorização de mercado e governança digital, uma vez que a circulação de conteúdos produzidos por sujeitos jovens impulsiona engajamento, visibilidade e valor econômico. A adultização vende e, por isso,

esses conteúdos seguem circulando e sendo impulsionados nas plataformas, mesmo quando expõem crianças a dinâmicas violentas.

Nesse mesmo cenário, outras opressões também se manifestam e se intensificam. Ao discutir racismo e preconceito nas redes sociais, o Rodrigo de Paulo Barbosa evidencia que comportamentos discriminatórios e práticas de violência, especialmente aquelas baseadas em questões raciais, são amplamente vistos e difundidos nesses espaços digitais (Paulo; Casarin; Castanha, 2022, p. 2), constatando que crianças negras são atingidas por opressões que não se fragmentam, mas se articulam e se reiteram entre o online e o offline.

Ainda no que se refere aos atravessamentos desse território, evidencia-se a ausência de acesso das crianças e de suas famílias à educação digital, o que compromete sua participação na chamada sociedade da informação (Dino; Costa, 2021) e no desenvolvimento de conhecimentos digitais. Essa exclusão não se limita à falta de aparelhos ou de conexão, mas alcança o que pesquisadores denominam de segundo nível da exclusão digital, caracterizado pela ausência de letramento e de habilidades necessárias para transformar o acesso em benefícios concretos (Dino, Costa, 2021). No contexto das famílias e crianças da Vila, esse fenômeno se expressa na capacidade de entender criticamente conteúdos, de distinguir desinformações e produções mediadas por inteligências artificiais (IAs), bem como de realizar um acompanhamento orientativo e seguro das experiências digitais das crianças. Quando não há competências críticas suficientes, ampliam-se as vulnerabilidades, uma vez que a falta de conhecimento digital compromete o uso seguro da rede e dificulta a mitigação de riscos, como a exposição a ofensas, conteúdos inadequados e à atuação de criminosos.

Em diálogo com as crianças, identificamos os atravessamentos que emergem nesse contexto digital, compreendendo-os como parte de uma trama mais ampla de desigualdades (Senne, 2020). Para além do reconhecimento dessas dinâmicas, o processo de produção de dados também possibilitou a projeção de ações e iniciativas (Craveiro, Toledo e Hucks, 2024), voltadas a um uso mais seguro, crítico e participativo das redes sociais. Nesse percurso, foi importante compreender as práticas e percepções das crianças da Vila nos espaços digitais, especialmente nas rodas de conversa, onde suas vozes,

experiências e sentidos ajudaram a orientar a análise e a desenhar caminhos de ação.

4.4. Erês Online, vivências, percepções e análises

No debate sobre a proteção e os direitos das infâncias no ambiente digital, o Decreto nº 12.880/2026⁴⁶, que regulamenta o ECA Digital, reforça diretrizes já presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e na Constituição Federal no que diz respeito ao reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, inclusive no campo da participação e da comunicação. No contexto da regulação dos ambientes digitais, o decreto reitera a necessidade de promover a participação ativa desse público nas ações e decisões que dizem respeito aos seus direitos nesses espaços, reafirmando a importância de não apenas protegê-los, mas também de considerá-los em sua capacidade de leitura, expressão e produção de sentidos no ambiente digital.

Essa regulamentação conversa e potencializa as construções desenvolvidas nesta dissertação, dando chão às nossas análises sobre como as vozes das crianças nos territórios digitais podem revelar ricas percepções, apontar vulnerabilidades e indicar caminhos para o protagonismo, o fortalecimento de suas identidades e a possibilidade de letramento digital.

Na continuidade de nossas construções, iniciamos o diálogo com enfoque na utilização do Instagram, buscando compreender, primeiramente, se as crianças participantes utilizam a rede social e possuem perfil ativo. Conforme gráfico 1, das 40 crianças participantes, 31 utilizam o Instagram de múltiplas formas, e 9 não utilizam a rede social, mas participaram das rodas de conversa, compartilhando suas experiências nos espaços online, o que se mostrou muito rico.

46

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/decreto/d12880.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2012.880%2C%20DE%2018,do%20Adolescente%20no%20Ambiente%20Digital Acesso em: 25 mar. 2026

Uso do Instagram entre as crianças participantes (n=40)

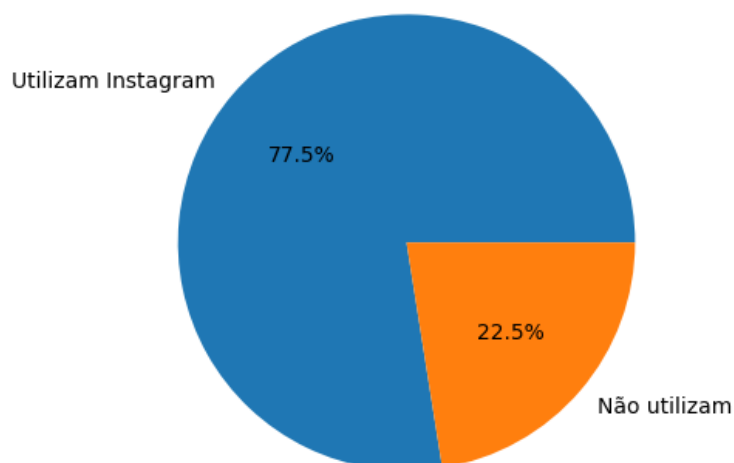


Gráfico 1: Uso do Instagram entre os participantes

Os erês que quiseram falar evidenciaram que utilizam o Instagram para seguir influenciadores, interagir com amigos da escola e da comunidade, além de assistir a vídeos de comédia, trollagens e pegadinhas, postar vídeos dançando e stalkear⁴⁷, além de expressarem utilizar filtros e possuírem mais de uma conta na rede.

Segundo relato das próprias crianças, a questão das múltiplas contas no Instagram se dá porque muitas criam perfis e, poucos dias depois, esquecem as senhas ou perdem o acesso. Com isso, acabam criando outras contas, repetindo o ciclo de forma espontânea e despreocupada. Para além das contas principais, os participantes comentaram sobre contas secundárias que possuem “priv., cf, dix, pvd⁴⁸”, contas supersecretas e contas compartilhadas com amigos, ondem postam conteúdos mais íntimos:

Eu: Você usa Instagram?

Mariah: Sim, dois. A principal eu uso pra postar fotos e vídeos dançando. Fotos mais bonitas e a secundária que é meu privado eu

⁴⁷ O consumo no Instagram de vídeos de “trollagens” (brincadeiras provocativas), “pegadinhas” (situações encenadas de humor), a postagem de vídeos de dança e o ato de “stalkear” (acompanhar ou vigiar perfis de outros usuários).

⁴⁸ No uso juvenil do Instagram, algumas siglas indicam tipos de perfis alternativos: “priv.” (privado), “cf” (close friends), “dix” (perfil paralelo, geralmente para conteúdos íntimos) e “pvd” (privado ou restrito).

uso pra postar coisas para pessoas mais intimas. Tipo vídeos aleatórios, indiretas também, fotos zoadas...

Eu: E você se sente mais confortável neste privado?

Mariah: No privado sim, no principal eu só posto foto low profile. Só pra dizer que eu tenho aquela conta ali e as pessoas seguem, mas meu perfil principal é esse só com os mais próximos mesmo.

Arminda: Eu tinha 4 perfis

Outra participante diz que conheceu duas contas dela, a principal e outra “super secreta”.

Eu: Então têm a publica, têm a privada e têm a hiper privada?

Arminda: Eu tinha uma conta com ela (aponta para outra participante), uma conta com a Bella, uma conta com a Maju... Eu tenho meu CF e tinha minha conta principal.

Eu: Então têm esse movimento de fazer contas com amigos?

Arminda: Sim e aí as duas têm senha.

Esse movimento online demarca novas formas de expressar identidade no Instagram entre crianças e adolescentes (Motta, 2025), além de evidenciar que as crianças estão em territórios não apenas assimilando, mas também produzindo e atualizando culturas (Sarmiento, 2011), o que se dá por meio da operância da cultura de pares (Máximo, 2017), pois, para além de compartilharem a conta e a senha, é perceptível que existe uma negociação entre as meninas para decidir se a foto será postada o que revela uma prática de curadoria feita coletivamente (Máximo, 2017 p. 102).

Observo, pela interlocução dos participantes, que buscam privacidade e maior controle sobre os seguidores. No entanto, essa busca por contas “supersecretas” acontece frequentemente longe do monitoramento dos pais, o que revela uma falta de noção sobre os riscos envolvidos na utilização dessas contas, expondo-os a vulnerabilidades digitais e potenciais perigos.

Sob a perspectiva de Máximo (2017), a prática de utilizar contas privadas reflete mais o desejo de conquistar privacidade diante da vigilância daqueles que detêm autoridade sobre elas, como os pais, do que uma medida consciente de proteção frente aos perigos desse território. Assim, a privacidade passa a ser gerenciada por meio de estratégias de ocultamento (Máximo, 2017), como apagar mensagens e/ou compartilhar contas com amigos para evitar o controle parental, especialmente em contextos de uso compartilhado de dispositivos

móveis. Os achados de Máximo (2017) sugerem que a mediação parental, em contextos de periferia, quando se têm, é predominantemente restritiva, centrada em proibições e no controle do tempo de uso, sendo raramente ativa ou orientativa.

Fato é que atualmente as crianças estão multiplicando seus “eus” e o Instagram, que desde sempre era sinônimo de fotos impecáveis e feeds super organizados, passa por uma transformação silenciosa, conforme matéria sobre o assunto publicada pelo Jornal Estadão⁴⁹ onde especialistas em redes sociais comentaram o assunto. Seja os perfis Dix, Daily, passando pelos Melhores Amigos, Close Friends ou CF para os mais íntimos, crianças, adolescentes e jovens estão criando espaços outros de experimentação, maior privacidade e, em alguns casos, fuga da vigilância familiar (Estadão, 2025).

As participantes evidenciaram ter perfis para família, outros para amigos gerais e outros para amigos mais próximos, além do movimento de ocultar ou não aceitar familiares nestes perfis secundários. Nas palavras de uma participante, enquanto na conta principal há uma cobrança excessiva por seguir os padrões estéticos estabelecidos desde sempre na plataforma, na privada há maior liberdade de ser:

Laila: Tenho duas contas, a principal e meu CV. Meu CV cara eu posto tudo lá, esses dias eu comprei um carmed de melancia e estava eu lá: “oi gente, comprei um carmed de melancia, olha...” Faço essa divulgação porque lá só tenho amigos. E na principal, eu sou assim, tirei uma foto e se eu vejo um frizz no meu cabelo eu já não quero postar, porque eu acho que a pessoa que vê, vai ver o frizz que eu estou incomodada, então eu perco a vontade de postar foto.

Laila: Cara, eu faço um monte de coisas, posto fotos, me sinto mais segura.

Essas contas muitas vezes usam palavras como “dix”, “priv” ou “daily” na @ ou no nome de exibição, não indicando falsidade, mas revelando a maneira como as participantes atualizam e constroem novas culturas online, a distinção entre uma “conta principal” e uma “conta secreta” reflete tensões, onde o perfil público exige uma performance estética rigorosa para evitar o julgamento, até o frizz do cabelo vira motivo de cuidado antes de postar, o espaço secreto funciona

⁴⁹ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/link/cultura-digital/dix-ou-daily-geracao-z-esta-multiplicando-seus-eus-no-instagram-entenda-os-diferentes-perfis-nprei/?srsltid=AfmBOopCHuLLKpYsMVFWU5JwjWkc-SQnXeT42O5PqOyNCUJoyHoN4QsH>

como uma comunidade de apropriação e sociabilidade restrita entre pares selecionados (Doretto, 2020, p. 204; Nery; Rego, 2020).

As crianças se mostram autoras da própria cultura (Nery; Rego, 2020, p. 7) ao reproduzir linguagens e formatos das indústrias de mídia, como a divulgação de produtos e reviews, neste caso, do famoso “Carmem de melancia”. Esse movimento confirma que as crianças não são receptoras passivas, mas sujeitos em movimento, que utilizam as mídias como recursos para organizar seu cotidiano, negociar sentidos e buscar segurança emocional em espaços e tempos digitais mais fluidos, onde a visibilidade é negociada conforme o público-alvo (Buckingham, 2007), criando redes de sociabilidade em torno de suas próprias produções e descobertas (Tomaz, 2019).

. Então o perfil principal é a máscara social onde tudo é muito pensado e os secundários são as sombras onde se respira com maior descontração e menos pressão entre amigos chegados. Então, essas contas, muitas vezes percebidas como mais seguras por serem “secretas”, também estão expostas a riscos, uma vez que não estão livres de vazamentos de conteúdo ou interações com terceiros desconhecidos, o que pode ampliar vulnerabilidades, especialmente no caso de crianças.

A pressão estética vivida por crianças e adolescentes nessas plataformas, especialmente em suas contas principais e públicas, pode gerar uma distorção da percepção de si mesmas e uma pressão para construir uma identidade que atenda às expectativas propagadas online (Fonseca, 2018). Tais expectativas estão estruturadas na ideologia do branqueamento (Tomás, 2023), perpetuando uma visão estereotipada e limitada de beleza que exclui e marginaliza pessoas de diferentes raças e etnias (Tomás, 2023, p. 37), além de fomentar sentimentos de ódio em relação aos próprios traços.

Laila: Não, porque eu odeio o meu nariz, sério, mano... eu odeio o meu nariz. Eu não posto foto na principal, eu não me sinto segura.

Eu: E no privado?

Laila: Cara, eu faço um monte de coisas, posto fotos, me sinto mais segura.

Em roda com a turma na faixa etária entre 8 e 10 anos, falamos sobre suas rotinas no Instagram: gravam vídeos dançando, conversam com seus

seguidores, prometem lançamentos de novos conteúdos e imitam influencers famosos.

Denise: Eu mexo, falo com as minhas amigas e sigo minhas. Posto porque, eu gravo vídeo para a internet e para o Instagram.

Eu: E que tipo de vídeo você gosta de gravar? Dançando, falando se maquiando?

Denise: Esses três!

Pergunto como é a comunicação dela com seus seguidores.

Denise: Eu falo algumas coisas... que eu vou fazer e lançar os vídeos.

Mariete: Eu gosto de ficar vendo as meninas maquiarem, porque eu não sei maquiarm muito pra eu tentar copiar delas, eu tento ficar bonita.

As falas de Denise e Mariete ilustram com precisão como as crianças hoje habitam uma infância digital marcada pela busca de visibilidade e pela apropriação de linguagens midiáticas para a construção de suas identidades. No caso de Denise, sua atuação no Instagram ao "lançar vídeos" de dança e maquiagem para seus "seguidores" reflete o que Doretto (2020) e Tomaz (2019) descrevem como a ocupação infantil das plataformas digitais, motivada pelo desejo de serem visíveis ao mundo agora, sem esperar pelo crescimento físico ou cognitivo. Há uma busca por serem famosas, uma vez que neste universo online existem outras pessoas famosas de influência que são "copiadas" pelas crianças, essas questões da imitação e desejo de fama estão explícitas na fala das participantes.

Influenciadores digitais mirins são uma realidade: crianças com grande base de seguidores, capazes de influenciar o comportamento e as escolhas de outras crianças e adolescentes (Vieira, 2023, p. 37), envolvidas em um universo de monetização, críticas, exposição, controle e exploração. No entanto, os participantes não relataram seguir ou consumir conteúdos de influencers mirins. Ao comentarem sobre influencers, citaram nomes como Hytalo Santos⁵⁰,

⁵⁰ Hytalo Santos é um influenciador digital paraibano, criador da "Turma do Hytalo", que ganhou notoriedade com vídeos de dança e ostentação. Em agosto de 2025, teve prisão decretada e responde a investigações pelos crimes de adultização infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico humano.

Virgínia⁵¹, ThaBeauty⁵², Taspio⁵³, Emily Vick⁵⁴, Turma do Tutu⁵⁵, entre outros. Sobre Virginia Fonseca, influencer bastante citada, algumas crianças expressaram gostar mais de suas filhas. Outra participante evidenciou:

Eu: E no Instagram têm algum famoso que você segue? Quem?

Nanda: Felipe Neto e Virginia.

Eu: O que você mais gosta de Virginia, por exemplo?

Nanda: Das filhas dela. Da barriga dela, do jeito que ela anda, das roupas, eu acho ela bonita.

O comentário revela muito mais do que uma simples admiração por uma influenciadora celebridade, expõe como as imagens e narrativas hegemônicas circulam na internet (Parra, Souza, 2024) e atravessam as referências de beleza e sucesso para meninas negras periféricas. A figura de Virginia, mulher branca, rica, magra, com filhas brancas e visibilidade massiva nas redes sociais, carrega consigo um conjunto de marcadores sociais que operam como padrão de desejo e pertencimento, reforçando um ideal corporal distante da realidade corporal e principalmente material da participante. Quando a criança elogia “a barriga dela” e “o jeito que ela anda”, evidencia-se a força simbólica desses padrões (Hall, 2016), que atravessam a construção da autoimagem e influenciam a forma como meninas negras percebem e projetam sua identidade (Gonzalez, 2022).

É preciso compreender que o desejo e admiração da interlocutora não são neutros, quando olhamos além (Akotirene, 2019) e identificamos atravessamentos fortalecidos pela lógica colonial e capitalista que privilegia e celebra corpos brancos e ricos como símbolo de beleza, valor e status em

⁵¹ Virgínia Fonseca é influenciadora digital e empresária brasileira, conhecida por conteúdos de maternidade, moda e lifestyle, com milhões de seguidores no Instagram e fundadora da marca de cosméticos WePink.

⁵² ThaBeauty é marca de cosméticos criada pela influenciadora Thais Nunes Linares, conhecida por seu foco em maquiagem e comunicação voltada ao público adolescente/jovem.

⁵³ Taspio é influenciador digital brasileiro, criador da “Turma do Taspio”, conhecido por vídeos sobre relacionamentos adolescentes. Em 2025, seu canal foi removido por exposição inadequada de menores.

⁵⁴ Emily Vick é influenciadora digital brasileira, líder da Família dos Rosa, produz conteúdos como vlogs, desafios e danças voltados ao público infanto-juvenil, e é uma das maiores youtubers femininas do país.

⁵⁵ Turma do Tutu é um grupo de influenciadores digitais brasileiros, liderado por Arthur Souza, com base em João Pessoa (PB). O grupo é conhecido por vídeos de dança, vlogs e dinâmicas familiares, voltados principalmente para o público infantojuvenil. O conteúdo é compartilhado em plataformas como YouTube, Instagram e TikTok.

ambientes virtuais, funcionando como espaços de reprodução de desigualdades, legitimando certos corpos enquanto invisibiliza outros, especialmente o corpo de mulheres e meninas negras. Em outro momento, uma participante de 8 anos falou sobre a utilização de filtros que modificam a cor de sua pele:

Mariete: Eu gosto bastante de gravar vídeos no Instagram e eu gosto de colocar bastante efeito. Uso muito, bastante efeito. para os outros não saber que eu sou bastante (...) assim, bastante assim... eu gosto de usar bastante filtro.

Eu: Bastante efeito no rosto? Têm algum que você gosta mais? De algum que deixa o olho puxado ou o cabelo colorido?

Mariete: Eu gosto de um que muda a cor da minha pele e tipo têm uma florzinha aqui no cabelo.

Eu: Ele deixa sua pele mais clara?

Mariete concorda.

Esse foi um dos comentários mais dolorosos de escutar, principalmente porque a participante vinha sofrendo bullying de cunho racista na escola, passando por constrangimentos relacionados à cor de sua pele e aos seus traços, como o cabelo. Trata-se de um reflexo do racismo estrutural vivido e sentido por crianças negras e de seus impactos nas experiências no mundo digital, um espaço habitado por figuras detentoras de poder, como Virginia e sua família branca, que acabam reforçando o desejo de crianças negras de se tornarem brancas ou, ao menos, o mais próximo possível disso, neste caso por meio da utilização de máscaras/filtros, representando o esforço constante de adaptação, a negação de si mesma enquanto pessoa e a tentativa de assimilação forçada à cultura e aos padrões brancos colonizadores (Fanon, 2020; Tomás, 2023).

A criação de alguns filtros no Instagram não leva em consideração os traços fenotípicos das pessoas negras, modificando radicalmente essas características para torná-las mais próximas dos traços das pessoas brancas. Essas modificações incluem o afinamento do nariz, alteração da cor da pele e mudança da cor dos olhos para tons de verde ou azul. (Tomás, 2023, p. 36)

Ainda sobre os influenciadores, Hytalo Santos, Lucas Neto, ThaBeauty, Emily Vick e a Turma do Taspio foram nomes frequentemente citados pelas crianças. Ao visitar seus perfis, tanto no Instagram quanto no YouTube, percebe-

se que essas figuras adultas se infantilizam propositalmente para criar identificação com o público infantil, produzindo conteúdos pensados para alcançar crianças. Essa estratégia, que combina linguagem lúdica e estética de “ser criança”, não impede que elementos e comportamentos adultizados sejam incorporados, muitas vezes reforçando padrões e condutas que extrapolam e desrespeitam o universo infantil. Roupas e cenários rosas, formas de falar e interação com brinquedos evidenciam essa mistura de infantilização performática e imposição de referências adultizadas, tensionando o espaço seguro de experiências infantis.



LUCAS NETO DORMIU NA ESCOLA E FOI TROSLADO
ESCOLA FANTÁSTICA OFICIAL · 2,2 mi de visualizações · há 3 anos



24 HORAS IMITANDO A EMILLY VICK
*Grupo dos Rosa
Emilly Vick · 15 mi de visualizações · há 1 ano

FIGURA 14: Print canal “Emily Vick” no Youtube

FIGURA 15: Print canal do “Lucas Neto, Escola Fantástica” no Youtube

Fonte: PRINT DO AUTOR

A pesquisadora Ingrid Martins (2016), investigou como a infantilização se tornou um dos grandes marcos da pós-modernidade e uma ferramenta estratégica do consumo na internet, no artigo “Adultos infantilizados: a influência da publicidade e do consumo sob este fenômeno”, Martins lista que cores fortes, contrastes altos, trilhas animadas e posturas infantilizadas são elementos fundamentais para atrair a atenção tanto de crianças quanto de adultos infantilizados (Martins, 2016, p. 6). Essa “linguagem lúdica” é o veículo que permite a essas figuras adultas operarem no que o texto chama de “cultura da infantilização” (Martins, 2016), o sistema entendeu que para o capitalismo de consumo prevalecer, é preciso tornar as crianças consumidores e tornar os consumidores crianças (Barber, 2009, p. 32).

O consumo de conteúdos produzidos por influenciadores infantilizados e que performam a "adullescência" como Emily Vick e Lucas Neto, insere as crianças em um ethos infantilista (Martins, 2016) onde a infância e a ludicidade se tornam mercadorias estrategicamente comercializadas nos ambientes digitais, além de causarem confusões nas suas percepções sobre paciência, necessidade e o valor das coisas (Martins, 2016, p.9), pois na tela assistem adultos performando infantilidades e agindo por impulso e desejo imediato.

Outra contribuição trazida pelos erês, que foi interessante de observar, é a forma como o território físico e o território digital se entrelaçam de maneira contínua. O cotidiano vivido na Vila se estende ao digital, nesse sentido, muitos dos conteúdos que circula nas telas das crianças não está distante da Vila, mas dialoga diretamente com ela, revelando um movimento de continuidade entre o vivido e o assistido.

As crianças demonstram interesse por conteúdos que dialogam diretamente com práticas presentes na comunidade, como por exemplo, vídeos de outras crianças soltando pipa, ou pessoas dando "grau" de moto. "Grau" é como chamamos o empinar de bicicletas e motos, práticas bastante comuns na Vila. Mais de uma criança, durante nossos diálogos, evidenciaram consumir esse tipo de conteúdo:

Joca: Eu gosto de assistir Pinguin LD, gente soltando pipa, empinando moto e minecraft

Joel: Têm um pessoal lá que grava também. Eles também gravam vídeo de bicicleta dando grau.

Ao buscar e assistir esses vídeos, as crianças não apenas se entretêm, mas reconhecem modos de vida, práticas e estéticas que fazem parte de seu cotidiano, o que reforça a produção de sentidos ancorada em suas realidades. As experiências locais são reconfiguradas nas dinâmicas digitais.

Diante dos tensionamentos aqui expostos, torna-se importante reconhecer que, embora consideremos a agência e a autonomia dos erês em suas negociações e vivências nos territórios digitais, a realidade das periferias revela um cenário de profunda desassistência. As redes sociais, em sua lógica hegemônica e desregulamentada, são espaços onde as crianças permanecem sozinhas, sem o devido acompanhamento ou monitoramento crítico de seus

responsáveis, o que, para crianças é extremamente perigoso. Seja no Instagram, no Youtube ou Tik Tok, crianças estão expostas a inúmeros perigos.

Se, por um lado, o movimento das contas "dix" e "priv" encena um desejo de privacidade e atualizações no modo de utilização das plataformas, por outro, escancara o perigo extremo a que essas crianças estão expostas ao navegarem por um ambiente perigoso e sem monitoramento. O risco é potencializado pela ausência de letramento digital, tanto dos erês quanto de suas famílias, que, imersas em vulnerabilidades históricas, muitas vezes não possuem as ferramentas técnicas ou críticas para mediar essas interações, deixando as crianças e adolescentes vulneráveis a abusos, assédios e à exploração algorítmica.

Então, nesse contexto, a experiência digital, que pode se configurar como espaço de aprendizagens, possibilidades e diversão, opera como território de vulnerabilização, no qual circulam conteúdos, abordagens e interações criminosas que escapam à mediação adulta. Assim, o acesso livre à internet, expõe essas crianças a dinâmicas de violências, além de riscos relacionados à segurança e à privacidade de seus dados e imagens, nesse processo, suas subjetividades vão sendo elaboradas em um território atravessado por assimetrias de poder e por dispositivos que operam a partir de lógicas adultocêntricas (Tomás, 2023), racistas (Da Silva, 2024) e mercadológicas (Tomaz, 2024).

É necessário pontuar que, perante a lei brasileira e as recentes atualizações do ECA Digital, conforme vimos, a presença de tutoria e de responsáveis legais é uma exigência para a proteção integral na relação crianças e internet.

Contudo, na Vila, onde a presença do Estado é falha e a sobrevivência impõe outras urgências, essa proteção institucional muitas vezes não se concretiza, deixando as crianças decidirem e lidarem sozinhas sobre os riscos complexos deste território, perigos que exigem mediação, repertório crítico e acompanhamento contínuo, elementos que, nesse contexto, não se apresentam de forma suficiente, evidenciando os limites de uma autonomia que, embora existente, não pode ser romantizada.

Reconhecer essa fragilidade não anula a potência dos erês, mas justifica a necessidade urgente de estratégias coletivas de cuidado, que não passem

apenas pela proibição, mas pelo fortalecimento digital e informativo, tanto para as crianças, como para suas famílias.

5. ESPAÇOS E EXPERIÊNCIAS: OUTRAS DESCOBERTAS, OPORTUNIDADES DE APRENDIZADO E CAMINHOS AQUILOMBADOS

Nesta dissertação, preferi fugir da lógica tradicional de se fazer pesquisa, conforme conselhos escrevidos (Felisberto, 2020). Assim, não há um tradicional “capítulo de análises”, pois os erês precisaram falar nesta construção desde o fim da seção que conceituamos infâncias. Após gira aberta por Exu, chamamos pelas crianças, e elas vieram. Por isso, muitas das análises e tensionamentos já atravessaram os capítulos anteriores e seguem neste, onde trazemos, eu, os erês e os autores, outras descobertas e possibilidades.

Como visto, no ambiente digital, crianças e adolescentes buscam fios de sentido para tecer suas próprias histórias, sendo território, as redes sociais oferecem inúmeros riscos, como também oportunidades (Sampaio, Ponte, 2017). Durante as rodas de conversa, meninas participantes revelaram seguir influenciadoras que possuem trajetórias parecidas com as vividas em nossa comunidade. É o caso da admiração por Bianca Ben⁵⁶, mulher negra e mãe solo com marido morto a tiros:

Eu: Qual a pessoa mais famosa que você segue?

Mariah: É a Bia Bem, a mãe do Benzinho. Uma mulher negra que têm um filho negro e têm um esposo falecido. Ele foi morto a tiros. E aí ela vem criando o filho dela e mostrando na internet.

Lana: Ela é negra, ela têm o cabelo black e é perfeita. Linda!

Além disso, as participantes evidenciaram se inspirar na influencer que expressa empoderamento negro nas redes, no estilo e principalmente no cabelo, por meio de tranças e laces:

Eu: E quando você vê, por exemplo, a Bia Bento você se inspira nela de alguma forma?

Mariah: Nas tranças dela. As tranças que ela faz, eu vou tiro print e no outro dia faço igual.

⁵⁶ <https://www.instagram.com/biabem/?hl=pt>

Esse gesto de "tirar um print" para "fazer igual" no dia seguinte é uma forma poderosa de autoexpressão influenciada por uma referência negra, então as experiências das crianças não se limitam apenas ao consumo, como também envolve a expressão, interação e aprendizagem para além das telas (Sampaio, Ponte, 2017), para meninas negras esse é um movimento importante, pois acessam a modelos de representatividade positiva que, historicamente, foram escassos ou apresentados de forma negativa em outros espaços sociais.

Ao visualizarem e se inspirarem nessas referências, essas meninas iniciam um processo de desconstrução do padrão de beleza eurocêntrico que, frequentemente, as invisibiliza ou as coloca em um lugar de inferioridade nas redes sociais (Pereira, 2021). Considerando que o cabelo é um marcador fundamental na construção da identidade negra (Gomes, 2003), essa inspiração consumida via Instagram pelas participantes atua como um mecanismo de empoderamento e valorização de suas origens, contribuindo para a manutenção da autoestima negra (Sousa, 2021) e permitindo que as meninas ressignifiquem sua própria imagem, distanciando-se de referências como Virginia ou Emily Vick.

As participantes também comentaram sobre artistas femininas negras do rap, trap e funk nacional, como AJULICOSTA⁵⁷ e Duquesa⁵⁸, que, nas palavras de Mariah, *"as meninas que eu escuto não, elas não sofrem por macho não. Elas estão preocupadas em fazer o dinheiro delas"*. A preocupação em *"fazer o dinheiro delas"* ressoa com a trajetória de artistas mulheres negras, que utilizam sua marca em letras para *"formar mulheres espertas que sabem como movimentar esse jogo"* conforme trecho de AJULIACOSTA, opondo-se à lógica patriarcal e construindo suas identidades, também na interação com conteúdos midiáticos e culturais (Silva; Fernandes, 2022), por meio influências femininas negras que afrontam a lógica hegemônica de ser, pensar e vestir, como também afrontam imagens de controle (Collins, 2022) que historicamente tentam aprisionar mulheres negras em papéis de submissão e/ou objetificação. Essas

⁵⁷ AJULIACOSTA – Nome artístico de Júlia Costa, rapper e compositora brasileira que ganhou destaque no cenário do hip-hop por sua trajetória nas batalhas de rima e por músicas que dialogam com identidade, periferia e protagonismo feminino, ampliando a visibilidade de mulheres no rap nacional.

⁵⁸ Duquesa – Rapper, cantora e compositora brasileira que se destaca no cenário do rap e do trap nacional por letras que abordam autoestima, vivências periféricas, identidade negra e protagonismo feminino, consolidando-se como uma das vozes femininas em ascensão no hip-hop brasileiro.

percepções sobre mulheres no rap foram trazidas por participantes entre 12 e 14 anos. Achei chique e promissor!

Em outro momento, nosso diálogo sobre o Instagram girou, e as crianças participantes comentaram, inclusive, sobre o Instagram do CENPRHE. Ao conversarmos sobre as postagens realizadas na página, fotos e vídeos que utilizam suas imagens, surgiram incômodos e questionamentos que, a partir daquele momento, trouxeram um direcionamento fundamental para esta Pesquisa-Ação, especialmente na busca por estratégias participativas que fortaleçam o protagonismo e as identidades racializadas, além da possibilidade de letramento digital. Algumas crianças expressaram não se sentirem representadas pelas publicações do CENPRHE e teceram críticas:

Lana: Aqui tiram algumas fotos justamente no momento que você está com o cabelo todo bagunçado, toda suja... naquele dia que teve exame de sangue aqui, tiraram uma foto minha e eu sai jogada muito estranha.

Allan: Têm uma foto minha de 5 anos atrás no perfil do CENPRHE que eu estou com a boca aberta e postaram a foto assim.

Nayara: uma vez postaram uma foto minha aqui no CENPRHE e eu estava com a boca aberta almoçando, colocando o garfo dentro da boca

Eu: Essa é uma foto que você também não aprovou, né?

Nayara: Não.

A partir dessas falas, o direcionamento: as crianças não estão questionando apenas imagens, mas a forma como são vistas, registradas e expostas. Há, em seus relatos, uma reivindicação por dignidade, escuta e participação. Não se trata apenas de “aparecer” nas redes, mas de como se aparece, em quais condições e com que consentimento.

Diante disso, confirma-se a necessidade de incluir crianças e adolescentes nos processos de comunicação realizados pela organização, na possibilidade de pensar oportunidades além, pois esse não é um estudo sobre o CENPRHE, é um estudo sobre as crianças da Vila que participam das atividades ofertadas pelo CENPRHE. Os erês podem e devem participar dessas construções, uma vez que dizem respeito diretamente a eles e utilizam suas imagens. Não há prática participativa possível sem suas presenças, opiniões e ações (Fraga, 2019). Incorporá-los nesses processos é também reconhecer

suas capacidades de leitura, crítica e produção de sentidos sobre aquilo que os envolve.

5.1 Aquilombamento como caminho: a Comissão Infantil de Comunicação entre ações e cuidados

Guiado por Afroperspectivas e completamente escurecido por nossa eterna Beatriz Nascimento e por Abdias Nascimento, aproveitando a deixa das crianças participantes, incorporo aqui o conceito de Aquilombamento:

De tão significativos para a história do Brasil, os quilombos se transformaram em verbo: aquilombar é o ato de se unir para existir não só fisicamente, mas nas demais dimensões do humano. É (re)educar, dialogar, compartilhar, enfrentar, coconstruir. É o corpo individual que se transforma em experiência coletiva de luta, resistência e partilha. Aquilombar é conectar em rede. (Veloso, 2021, p. 173)

Vivendo nesses territórios, onde os rastros coloniais continuam atravessando nossas subjetividades, principalmente por meio do racismo e das desigualdades, resgatamos o histórico das ações de aquilombamento para resistir, pensar futuros na coletividade e fortalecer nossas identidades, a minha e, principalmente, a das crianças da Vila, marginalizadas e atravessadas por múltiplas tensões, como nos mostrou a utilização da interseccionalidade nas diversas dimensões aqui analisadas. Essas demandas e as percepções das crianças sobre os espaços que habitam me conduziram a esse conceito.

Pensaremos, então, o CENPRHE como um espaço onde nossos corpos e perspectivas se encontram. Um lugar parceiro, localizado há 21 anos na comunidade Vila São João, que entendeu e acolheu esta pesquisa, lugar onde nosso encontro acontece e onde ações aquilombadas se tornam possíveis. Respondendo a Krenak (2019), adiaremos o fim do mundo ao nos aquilombarmos, e o caminho foi apontado por um erê, na simplicidade de quem tem o poder de produzir futuros:

Allan: Eu gosto da ideia da gente fazer um grupo aqui, porque acho que somente crianças da nossa idade conseguiriam conversar, discutir sobre isso. Porque eu apoiaria cada um escolher quando quiser entrar num vídeo, né? Porque seria bom, né? Tipo “eu participo desse vídeo, eu não participo desse vídeo” ficaria bom, né?

Eu: Legal, porque às vezes você não quer aparecer nesse vídeo, é isso.

Allan: Sim, mas no outro eu quero. Por exemplo, eu não quero aparecer no vídeo de fantoche, mas quero aparecer em um cantando ou dançando...

Eu: Eu importante, porque aqui no CENPRHE, utilizamos as imagens de vocês, então nada mais justo do que vocês decidirem o que vai ou não ser postado ou como vocês querem ser retratados na internet, né?

Allan: Exatamente.

Eu: Se vocês pudessem, por exemplo, se a gente montasse aqui no CENPRHE um grupo onde vocês conseguem decidir quais fotos serão postadas e falar sobre coisas da internet?

Lana: Eu ia adorar

Silvia: Eu ia amar

Vitor: Perfeito

Nos ensinando, o erê cita a criação de um grupo de crianças para conversar e discutir a melhor forma de representá-los, dialogando diretamente com Beatriz Nascimento: os quilombos constituíram um esforço dos africanos escravizados para resgatar sua liberdade, dignidade e condições de sobrevivência (Nascimento, 2019), sendo o aquilombamento uma das heranças deixadas aos afro-brasileiros. Para além de território físico, configura-se também como simbologia, ideia, inspiração e sistema de valores combinados para a resistência e a formação de uma identidade étnica (Veloso, 2021, p. 175).

A resistência é contra a atualização de lógicas coloniais, racistas e sexistas que reconfiguram as desigualdades do mundo físico no ambiente do Instagram e outras plataformas. A resistência é contra as violências simbólicas e diretas, desde a pressão estética que impõe "máscaras brancas" via filtros, até o assédio sexual cometido por presenças criminosas em ambos os territórios. É contra a adultização e infantilizações promovida por canais/perfis e impulsionadas por algoritmos. É contra a falta de informação e pensamento crítico percebidos na falta de letramento digital das famílias e das crianças. Identificamos que há um abismo geracional informacional fortalecido por desigualdades que deixa famílias e crianças desarmadas diante de criminosos e de estratégias algorítmicas de exploração. Dialogar sobre essas temáticas é uma urgência. Informação é uma urgência.

A criação da Comissão Infantil de Comunicação no CENPRHE emerge não apenas como um desdobramento metodológico da Pesquisa-Ação, mas como uma matriz de resistência política e informativa. É nosso contra-ataque (Duarte, 2020). A Comissão foi fundada em setembro de 2025 por nós, após sugestão do erê participante no trecho: *“Allan: Eu gosto da ideia da gente fazer um grupo aqui, porque acho que somente crianças da nossa idade conseguiriam conversar, discutir sobre isso. Porque eu apoiaria cada um escolher quando quiser entrar num vídeo, né? Porque seria bom, né?”*.

A fala de Allan não apenas nos inspirou a fundar a Comissão, como também se articulou ao pensamento quilombista e ao que, meses depois, viria a se consolidar como decreto no ECA Digital, no que diz respeito à participação de crianças nas decisões e à proteção de seus direitos nos ambientes digitais que lhes dizem respeito. Ao mesmo tempo, sua contribuição aponta para a necessidade de práticas de educação midiática, reunindo, numa tacada só, dimensões fundamentais para este trabalho.

A Comissão constitui-se como um espaço coletivo de encontro, no qual dialogamos sobre as diversas questões que atravessam o território digital, sem desconsiderar suas relações com o território físico. Trata-se de um espaço gerador de conversas, reflexões e inúmeras possibilidades de ação. A Comissão conta com a participação de 12 crianças negras; reunimo-nos semanalmente para refletir coletivamente sobre diferentes temas e planejar ações.

É importante destacar que muitas das temáticas emergem das próprias crianças e são posteriormente compartilhadas por elas com as demais, fortalecendo uma dinâmica participativa e horizontal. Entre as primeiras ações, destacam-se campanhas contra o racismo, entrevistas sobre identidade negra⁵⁹, palestra informativa sobre “Os Tipos de Violência”⁶⁰, rodas de conversa sobre processos de adultização e os riscos das contas privadas, além da participação na construção e aprovação de conteúdo da organização.

As rodas de conversa sobre os riscos das contas privadas, o racismo na infância e as atualizações do ECA Digital foram discutidas primeiramente junto

⁵⁹ Confira o bate papo desenvolvido pela Comissão Infantil de Comunicação: <https://www.instagram.com/reel/DOb6DMGj9sJ/?igsh=MWNiZmFqNTB5b3FhMA==>

⁶⁰ Confira essa importante ação da Comissão Infantil de Comunicação: https://www.instagram.com/p/DRKTu1MDdWz/?img_index=1&igsh=MThwbTZoZnJvY3Jyeg%3D%3D

às crianças e, posteriormente, levadas à equipe de trabalhadores do CENPRHE como achados desta pesquisa⁶¹ e apresentadas na reunião com as famílias, em um movimento que expande a informação para a comunidade e possibilita ações de educação midiática.

No contexto de vulnerabilidade social, as ações de letramento digital direcionadas a crianças e suas famílias são fundamentais, pois a ausência de habilidades no ambiente digital atua como um catalisador para novas formas de exclusão e risco (De Souza Silva, 2025). A realização de palestras e rodas de conversas surge como uma estratégia para promover a educação midiática, que pode ser definida como o ensino e a análise crítica "sobre, para e com" os meios de comunicação, visando colaborar na compreensão dos fenômenos midiáticos e a exercerem uma cidadania plena e participativa (Cortes, 2018, p. 3).

Sob a perspectiva da Educomunicação (De Souza Silva, 2025), esses espaços de diálogo não devem apenas focar no uso instrumental da tecnologia, mas sim garantir o "acesso à palavra" para grupos historicamente excluídos, fortalecendo a capacidade expressiva e crítica das crianças e suas famílias sobre os espaços e temáticas digitais. Esses momentos junto às famílias acontecem durante a "Reunião das Famílias" no CENPRHE. As reuniões ocorrem mensalmente e contam com um tempo reservado para o diálogo.

Se não há conhecimento, é tempo de conhecer, compreender e atualizar-se, pois a partir dessa construção epistêmica coletiva, tornou-se evidente a urgência de tratar as questões relativas às vivências e socialidades online das crianças de forma aberta e informativa, reconhecendo que crianças, adolescentes e todos nós estamos inseridos nesse vasto território digital, convivendo e interagindo, e temos que agir em busca da participação informativa e, ao menos atenta, de todos nesse espaço, evitando maiores desgastes.

Embora as práticas da Comissão protagonizadas pelas crianças da Vila no CENPRHE impactem positivamente a autoestima, construção identitária e a possibilidade de letramento digital, elas se inserem em um ecossistema que envolve as dimensões digitais, marcado por problemáticas éticas e estruturais complexas. Conforme aponta Jackeline da Costa (2025), no artigo "SANKO

⁶¹ Participação como formador na semana de capacitação do CENPRHE: https://www.instagram.com/p/DVKC0Ymjew2/?img_index=5&igsh=MTAzd3d4bmFjZXp4dw==

FAMILY: advocacy sharenting e aquilombamento digital nas práticas digitais de uma família negra”, a participação infantil em causas sociais pode ser compreendida como uma forma de *advocacy sharenting*, na qual a visibilidade de temas urgentes, como o antirracismo, tensiona-se com processos de mercantilização de narrativas contra-hegemônicas (Costa, 2025). Nesse contexto, as crianças correm o risco de serem transformadas em “capital afetivo”, tendo suas imagens e produções mobilizadas para gerar conexão emocional e atrair marcas interessadas em discursos de inclusão, o que pode, inclusive, esvaziar o sentido político dessas ações.

Essa reflexão foi realizada por mim e posteriormente compartilhada com a equipe pedagógica do CENPRHE e com as 12 crianças participantes da Comissão, por considerar que a organização conta com empresas parceiras no fomento de suas atividades, a leitura do artigo de Jackeline da Costa acendeu alertas importantes. Uma vez que, muitos desses parceiros são empresas que, em diversas ocasiões, solicitam a divulgação da parceria via postagens, com suas logomarcas sobrepostas às imagens das crianças e adolescentes, como estratégia de visibilidade institucional. Em muitos casos, isso ocorre sem o consentimento das próprias crianças, que acabam sendo inseridas em dinâmicas de mercantilização de suas imagens. Diante disso, tornou-se fundamental levar essa discussão para a organização, tensionando a necessidade de uma reflexão ética sobre o uso da imagem infantil nessas relações.

Outro ponto de atenção diz respeito ao risco de que as crianças sejam apresentadas como protagonistas, enquanto o controle efetivo dos conteúdos e das decisões estratégicas permanece centralizado nos adultos. Essa dinâmica pode transformar a participação em uma espécie de “performance para o outro” (Costa, 2025), esvaziando seu potencial crítico e emancipatório. Nesse sentido, a Comissão se constitui como uma estratégia para tensionar essa lógica, buscando garantir a participação ativa das crianças nas ações da organização e construir, de forma coletiva, caminhos que equilibrem protagonismo, visibilidade e participação com a proteção rigorosa contra a exploração e a vigilância sobre os limites da exposição. É uma reflexão que precisa ser contínua.

Em um dos encontros, ao dialogarmos sobre essas questões, as próprias crianças apontaram caminhos possíveis. Como disse uma delas, “não

precisamos postar tudo no Instagram do CENPRHE ué”. Essa afirmação revela uma compreensão sobre os limites da exposição e orienta mudanças concretas nas práticas da organização. Ainda que a Comissão desenvolva ações importantes, nem todas precisam ser publicizadas, sobretudo quando envolvem processos internos e formativos.

A partir disso, passamos a orientar a equipe de comunicação para a construção de conteúdos em que as crianças estejam, de fato, em posição de protagonismo e desvinculadas de interesses promocionais, como a presença de logomarcas de parceiros. Além disso, optamos, em determinados momentos, por não registrar ou divulgar algumas atividades nos canais da organização, reconhecendo que este coletivo diz mais respeito às crianças negras da Vila São João, suas reflexões, aprendizados e aos processos formativos que constroem, do que à visibilidade da própria organização.

Em contraponto a esses riscos, a Comissão se revela um campo potente de criação, aprendizado, letramento digital/racial e transformador. Para além de pensar melhores formas de representação, ela se constitui como um espaço de experimentação, no qual as crianças podem participar de oficinas comunicacionais e de fotografia, com foco no registro da beleza negra na comunidade, desenhar, desenvolver brincadeiras, construir cartazes contra o racismo, refletir sobre formas mais sensíveis de produzir vídeos, além de participar de feiras culturais, exposições e festivais de talentos na própria Vila.

As possibilidades são inúmeras e, com a participação ativa das crianças, torna-se possível projetar diferentes futuros de forma brincante, respeitando, de maneira soberana, suas faixas etárias e seus direitos. Nesse movimento, a Comissão não apenas tensiona práticas, mas também inaugura caminhos, afirmando que é possível construir outras formas de comunicação, mais justas, conscientes e enraizadas nas experiências das próprias crianças. Há muito caminho.

Este estudo cumpre sua missão e alcança seu objetivo geral ao compreender como as vivências e experiências de crianças negras em territórios periféricos e digitais, analisadas a partir de uma perspectiva interseccional, revelam caminhos para a redução da reprodução do racismo e o fortalecimento de suas identidades, além da busca por letramento digital e racial. Os participantes trouxeram as respostas. Com a participação ativa das crianças e

adolescentes, não apenas compreendemos algumas de suas vivências e percepções, como também transformamos essa escuta em práxis (Collins, 2022) agindo coletivamente para fortalecer suas identidades e seu protagonismo. A criação da Comissão infantil é um grande resultado desta pesquisa.

Embora o Instagram tenha sido nosso foco principal, a pesquisa mergulhou em outros territórios digitais, como o YouTube e o TikTok, e em espaços físicos, como as ruas e igrejas da Vila, pois entendemos que a vida dos participantes é um fluxo contínuo, no qual esses mundos interagem constantemente. As crianças direcionaram este estudo desde o início, uma vez que busquei o mestrado com elas “nas costas”, como dizemos no terreiro.

Os encontros não se encerram com o fim deste texto; a Comissão já é uma realidade que se reúne semanalmente, garantindo que as discussões sobre racismo, desigualdades, adultização e riscos digitais, assim como as alegrias, possibilidades e todos os outros temas que ainda virão, continuem sendo dialogados, refletidos e compartilhados. A devolutiva para a comunidade já está em curso, materializada no retorno desses achados às reuniões com as famílias e outras crianças, promovendo um letramento digital e racial que nasce de dentro para fora. Esta dissertação é uma semente plantada em nossa comunidade, honrando a voz de quem tem o poder de produzir novos futuros. As vozes da Vila.

Fazendo votos de ano novo, Conceição Evaristo disse: “É tempo de formar novos quilombos em qualquer lugar que estejamos. E que venham os dias futuros...” e vieram! Saúdo as crianças e as possibilidades de ressignificações, protagonismo e identidades fortalecidas.

Cantando e agradecendo a Exu pelos bons movimentos, encerramos essa gira epistêmica. Laroyê, Exu! Axé aos nossos erês.

REFERÊNCIAS

ADULTIZAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E O TRABALHO DE MENORES NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS. **Aurum Editora**, [S. l.], p. 130–141, 2025. DOI: [10.63330/aurumpub.018-011](https://doi.org/10.63330/aurumpub.018-011). Disponível em: <https://aurumpublicacoes.com/index.php/editora/article/view/493>. Acesso em: 26 mar. 2026.

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinícius Nobre. Territórios em Movimento: Cultura e Identidade como Estratégia de Inserção Competitiva. SEBRAE: Brasília, 2004. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/\\$File/NT00031436.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/$File/NT00031436.pdf). Acesso em 05 jun. 2025

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

AKOTIRENE, Carla. [Vídeo no Instagram sobre pauta da adultização]. Instagram, 11 ago. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DNN7q35g-7Y/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

AMBROSIO, Leticia. RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE: perspectiva afrodiáspórica e interseccional sobre o cotidiano das juventudes periféricas. Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, v. 5, n. 12, 3 Mai 2022 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/18450>. Acesso em: 3 set 2025.

ARAUJO, Débora Cristina de; DANTAS, Luís Thiago Freire. “Pra entender o erê tem que tá moleque’: as infâncias de João e Maria, em Lázaro Ramos.” *Verbo de Minas*, v. 21, n. 37, 2020. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/verboDeMinas/article/view/2471>. Acesso em: 10 jul. 2025

ANJOS, Juliane Olivia dos. Egbé Erê e a feitura de infâncias negras. 2025. Tese (Doutorado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. doi:10.11606/T.48.2025.tde-17072025-103723. Acesso em: 2025-08-12.

ARAÚJO, Débora Cristina de; DIAS, Lucimar Rosa. Vozes de crianças pretas em pesquisas e na literatura: esperar é o verbo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, e88368, 2019. DOI: 10.1590/2175-623688368.

ALCÂNTARA CONDE DA SILVA, B. (2021). ENTRE O COLONIZADOR E O COLONIZADO: a concepção de colonialismo e de relações de poder nas obras de Frantz Fanon, Albert Memmi e

Paulo Freire. Kwanissa: *Revista De Estudos Africanos E Afro-Brasileiros*, 4(8). Recuperado de <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/15280>. Acesso em: 20 jun. 2025

AZEVEDO, Uly Castro de; COSTA, Duane Brasil. Das senzalas às favelas: por onde vive a população negra brasileira. *Revista Socializando*, ano 3, n. 1, p. 145-154, 2016. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2016/07/Socializando_2016_12.pdf. Acesso em: 16 fev. 2025

BACKES, José Licínio. A escola indígena intercultural: espaço/tempo de afirmação da identidade étnica e de desconstrução da matriz colonial. *Interações (Campo Grande)*, v. 15, n. 1, p. 13–19, jan./jun. 2014. DOI: 10.1590/S1518-70122014000100002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000100002>. Acesso em: 20 mar. 2025

BARCINSKI, Mariana. "Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina." *Contextos Clínicos* 5.1 (2012): 52-61. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/ctc.2012.51.06>. Acesso em: 11 mar. 2025

Bastos Araujo, E. (2020). MEU NOME É LIV: YOUTUBERS MIRINS E SEUS ENGAJAMENTOS IDENTITÁRIOS NA RELAÇÃO COM AS INFÂNCIAS CONTEMPORÂNEAS. *Revista Sociais E Humanas*, 33(2). <https://doi.org/10.5902/2317175843925>

BARBER, Benjamin. Consumido: como o mercado corrompe crianças, infantiliza adultos e engole cidadãos. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BENINI, S. M.; GODOY, J. A. R. de .; SILVA, A. L. C. da .; PALMISANO, A. . RACISMO ESTRUTURAL E EXCLUSÃO URBANA NO BRASIL. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 22, n. 64, p. 78–107, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15249979. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/6948>. Acesso em: 14 ago. 2025.

BENJAMIN, W. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Editora 34, 2009.

BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTAGNONI, Larissa, and Sandra Maria Galheigo. "Retratos, relatos e impressões de crianças moradoras da periferia de São Paulo sobre a cidade." *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional* 29 (2021): e2803. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2120> Acesso em: 30 jan. 2025

BUCKINGHAM, David. Crescer na era das mídias eletrônicas. São Paulo: Edições, 2007.

BUCKINGHAM, David. Cultura, educação midiática e o lugar da escolarização. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37-58, set./dez. 2010.

CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **E-Compós**, [S. l.], v. 24, 2021. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198> Acesso em 04. Jun. 2025

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; PIO, Paulo Martins. A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 249, p. 428–445, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/zpsDMKRZvTM3BwNSZLb8Cqp/?lang=pt> . Acesso em: 18 ago. 2025.

CAZUMBÁ, Diego Oliveira. A prática da violência policial eo extermínio da juventude negra: uma análise do mapeamento, das causas e dos efeitos da conduta. 2020. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/d27880a7-4c5e-4a8d-8e8c-3b31ecaf4d63/content> Acesso em 03 dez. 2024

COLLINS, Patricia Hill. Bem Mais que Ideias: A interseccionalidade como teoria social crítica. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

CORSARO, William Arnold. Sociologia da Infância. Porto Alegre: Artemed, 2011.

CORTES, T. P. B. *Educomunicação, educação midiática e formação docente: reflexões sobre mídia e educação*. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698200391>

CRAVEIRO, Pâmela Saunders Uchôa; TOLEDO, Thiago de Freitas; RUCKS, Arthur Germano Nolasco. PESQUISA-AÇÃO COM ADOLESCENTES E JOVENS EM CONTEXTOS EDUCOMUNICATIVOS: reflexões metodológicas a partir de duas experiências de pesquisa. In: **ANAIS DO 33º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**, 2024, Niterói. Anais eletrônicos..., Galoá, 2024. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/pesquisa-acao-com-adolescentes-e-jovens-em-contextos-educomunicativos-reflexoes?lang=pt-br>> Acesso em: 18 Ago. 2025.

DA SILVA, Mozart Linhares; ARAÚJO, Willian Fernandes. Biopolítica, racismo estrutural-algorítmico e subjetividade. **Educação Unisinos**, v. 24, n. 1, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/edu.2020.241.40> Acesso em 20 fev. 2026

DA SILVA, Gabriela Barbosa. Algoritmos racistas: a representação das crianças negras da educação infantil nos bancos de imagens digitais. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/d27965ad-b891-4d2a-bf51-b659e415ab69/content> Acesso em 12 dez. 2025

DANTAS, Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Território e Territorialidade: **Abordagens Conceituais**. UFRN: 2008. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/organizacao_do_espaco/Org_Esp_A07_I_WEB_SF_SI_050805.pdf. Acessado em 02 out. 2024.

DE MORAIS, Cesar Andre Machado. INTERNET E DESIGUALDADES: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL1 INTERNET AND INEQUALITIES: AN INTERSECTIONAL APPROACH. Disponível: <https://apd.org.br/wp-content/uploads/2021/04/16-TEXTO-13-POLIFONIA-7.pdf>

DE SOUZA SILVA, Elaine Mendes; SILVA, DIVA SOUZA; PEREIRA, Verônica Patrícia Alves. EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NA PERSPECTIVA DA EDUCOMUNICAÇÃO. **Revista Inova Ciência & Tecnologia/Innovative Science & Technology Journal**, v. 11, n. 1, 2025. Disponível em: <https://periodicos.iftm.edu.br/index.php/inova/article/view/1414>

DIAS, G. A.; CAVALCANTE, R. A. As tecnologias da informação e suas implicações para a educação escolar: uma conexão em sala de aula. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**. v. 1, set./dez. 2016. p. 160-167. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/view/80/59>. Acesso em: 05 mar. 2025.

DINO, Luísa Adib; COSTA, Daniela. Uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: dinâmicas e desafios. **RE@D – Revista de Educação a Distância e eLearning**, Lisboa (assumindo que a revista é lisboeta, caso não informado, pode omitir), v. 4, n. 1, p. 25–41, 05 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34627/vol4iss1pp25-41>. Acesso em: 19 ago. 2025.

DORETTO, Juliana. Aparecer mesmo sem crescer: a ocupação do YouTube pelas crianças. **DESIDADES-Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, n. 28, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/44757618/Aparecer_mesmo_sem_crescer_a_ocupa%C3%A7%C3%A3o_do_YouTube_pelas_crian%C3%A7as Acesso em 03 jan. 2026

DUARTE, Eduardo de Assis. Escrivência, Quilombismo e a tradição da escrita afrodiaspórica. In: *Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EISENSTEIN, Evelyn. Crianças, adolescentes e a era digital: benefícios e riscos. **Revista Acadêmica Licenciaturas**, Ivoti, RS, v. 11, n. 1, p. 7–14, 2023. DOI: [10.55602/rlic.v11i1.283](https://doi.org/10.55602/rlic.v11i1.283). Disponível em: <https://old.licenciaeacturas.com.br/index.php/licenciaeacturas/article/view/283>. Acesso em: 12 ago. 2025.

EVARISTO, Conceição; FELISBERTO, Fernanda. Escrivência como rota de escrita acadêmica. In: DUARTE, Constância; NUNES, Isabella (org.) Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf> Acesso em 05 dez. 2024.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Érico Assis. São Paulo: Editora Ubuntu, 2020.

FERREIRA, Emerson Benedito; ABRAMOWICZ, Anete. O racismo na infância e a infância do racismo: vida e rastros de uma criança negra. *Pro-Posições*, Campinas, v. 33, e20200084, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0084> Acesso em 20 mar. 2026

FRAGA, Giulia Andione Rebouças. Viver e compartilhar: fotografias de crianças no Instagram. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29767>. Acesso em: 02/07/2025

FREITAS, Morena Barroso Martins de. Doces de crianças: sobre comida e ritual em giras de ibejadas. Dossiê Saberes e sabores. *Revista Equatorial*, Natal, v. 6, n. 11, p. 1-19, jul/dez 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/Q6bJ5Kczs4xz5STbMncHL9H/?format=pdf> Acesso em 24 dez. 2025

FOUCAULT, Michel. Os anormais. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FONSECA, Patrícia Nunes da et al . Uso de redes sociais e solidão: evidências psicométricas de escalas. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 70, n. 3, p. 198-212, 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 ago. 2025.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499422589> Acesso em 13 dez. 2024

FURTADO Veloso, M. do S. ., & Oliveira de Andrade, A. . (2021). Aquilombamento virtual midiático:: Uma estratégia metodológica para o estudo das mídias negras. *ALCEU*, 21(44), 172–189. <https://doi.org/10.46391/ALCEU.v21.ed44.2021.247> Acesso em: 15 jul. 2025

GOMES, Laurentino. Escravidão: Volume II – Da corrida do ouro em Minas Gerais até a chegada da corte de Dom João ao Brasil. São Paulo: Globo Livros, 2020.

GOMES, Isabel Cristina Soares et al. A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA CONTEMPORÂNEA 2018 Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA9_I_D9342_14102017123228.pdf Acesso em 22 jan. 2026

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

HALL, Stuart. Cultura e Representação. 6. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

ISRAEL, Carolina Batista. Território, Jurisdição e Ciberespaço: entre os contornos westfalianos e a qualidade transfronteiriça da Internet. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 1, p. 69–82, 2019. DOI: [10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.161521](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.161521). Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/161521>. Acesso em: 19 mar.2026.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar*: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MARTINS, Ingrid Schumann Seabra. Adultos infantilizados: a influência da publicidade e do consumo sob este fenômeno. **Revista Comum, Rio de Janeiro, v. 17, n. 39, p. 194-207, jan./jun. 2016**. Disponível em: <https://share.google/VUDXE10R02SlnOBWh> Acesso em: 21 mar. 2026

MARTINS, Leda Maria, 1997. Afrografias da memória: O Reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições.

MARZULO, Eber Pires. Sobre a constituição do espaço dos pobres como territórios violentos. In: TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente; VISCARDI, Nília; ANGARITA CAÑAS, Pablo Emilio; BRASIL, Maria Glaucíria Mota (org.). **Violência, segurança e política: processos e figuras**. Porto Alegre: CLACSO/Série Sociologia das Conflitualidades, 2019. p. 105-117. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/226005>. Acesso em: 19 ago. 2025.

MÁXIMO, Thinayna Mendonça. **Público ou privado?: a compreensão de crianças cearenses sobre privacidade online**. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Ceará,

Fortaleza, 2017 Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/31440> Acesso em: 12 Jan. 2026

MEIRELES, H. S. PRETAGOGIAS AFROREFERENCIADAS: A PRÁTICA DO APODERAMENTO NO COLETIVO QUILOMBELAS E A CULTURA NEGRA NO ESPAÇO ESCOLAR. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, Brasil, v. 17, n. 1, p. 95–106, 2024. DOI: 10.18224/mos.v17i1.13924. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/13924>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

MICHAELIS. Dicionário escolar língua portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008. (Dicionários Michaelis)

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOTTA, Nicolas Bárbara Lugon. (Ciber)identidade e influenciadores digitais – estudo sobre a construção do ‘eu’ no Instagram. 2025. Dissertação (Mestrado) – Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação de Coimbra, Coimbra, 02 mar. 2025. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/57465>. Acesso em: 19 ago. 2025.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). *Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. Algumas ideias para uma reflexão sobre infância e interseccionalidade. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL & SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2018, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2018.

NERY, Patrícia Gonçalves; REGO, Teresa Cristina. Culturas da infância: os modos como as crianças assistem e interagem com as séries de animação. **Educação em Revista**, v. 36, p. e21978, 2020 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469821978> Acesso em 15 fev. 2026

NOGUERA, Renato; BARRETO, Marcos. Infancialização, ubuntu e teko porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas. **child.philo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, p. 625-644, set. 2018. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-59872018000300625&lng=pt&nrm=iso>.. Epub 17-Maio 2019. <https://doi.org/10.12957/childphilo.2018.36200>. Acessos em 12 ago. 2025

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e “paparicação”. Educação em Revista, v. 26, n. 2, p. 209-226, ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000200010>. Acesso em: 18 ago. 2025.

OLIVEIRA, F. de. (2021). IDADE E RAÇA COMO MARCADORES PARA SE PENSAR A INFÂNCIA. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 13(36), 547–572. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/997> Acesso em 24 jul. 2025

PACHECO, Rodrigo da Paixão et al. Com os olhos de criança: diversidade e diferenças demarcando os modos de ver o mundo. 2024. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/5147> Acesso: 13 set. 2025

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. As crianças indígenas e a formação de agentes transculturais: o comércio de kurukas na Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v. 3, n. 1/2, jul./dez. 2006.

PEDROSA, Maria Isabel; SANTOS, Maria de Fátima. Aprofundando reprodução interpretativa e cultura de pares em diálogo com Corsaro. In: MÜLLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida (orgs.). Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. Estudios sobre las culturas contemporáneas, v. 23, n. 3, p. 161-190, 2017.

PERTENCE, Pedro Corrêa. Canais infantis de youtube e o livre desenvolvimento da personalidade das crianças: possibilidades regulatórias para uma proteção efetiva. 2025 Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/5266> Acesso em: 3 de mar. 2026

PARRA, Henrique Zoqui Martins; SOUZA, Alana Moraes de. Apresentação do Dossiê – Hegemonia Cibernética, Tecnoextrativismo e Colonialidade: Considerações sobre o Tecnoceno. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 29, n. 2, e51043, mai.–ago. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2024v29n2e51043>. Acesso em: 25 mai. 2025

PAULA, Thais Vieira de. "Intolerância religiosa, violação de direitos humanos e colonialidade da fé: as igrejas pentecostais e as mulheres Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul (2018-2022)." (2023). Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/3173> Acesso em: 06 dez. 2024

PAULO, Rodrigo Barbosa de; CASARIN, Helen de Castro Silva; CASTANHA, Rafael Gutierrez; BASTOS, Glória Maria Lourenço. Racismo e preconceito nas redes sociais digitais: pesquisa

com estudantes do ensino médio . **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis/SC, Brasil, v. 27, n. 1, p. 1–21, 2022. DOI: 10.5007/1518-2924.2022.e84256. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/84256>. Acesso em: 20 ago. 2025.

PAZ, Aline Amaral; SILVA, Sandra Rúbia Da. Quando a datificação tem gênero. Produção de violência contra meninas e mulheres na internet. **Inmediac. Comun**, Montevideo , v. 20, n. 1, e201, 2025 . Disponible en <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-86262025000101201&lng=es&nrm=iso>. accedido en 17 marzo 2026. Epub 01-Jun-2025. Disponível em: <https://doi.org/10.18861/ic.2025.20.1.3860>. Acesso em 03 fev. 2026

PEREIRA, Ana Carolina Sales Canuto. A constituição dos padrões de beleza na construção da identidade racial negra a partir de um estudo no Instagram. 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/e30df81d-b293-430d-af50-53dc5b3e3a2f> Acesso em: 18 mar. 2026

QUEIRÓS, H. C. R. SANTOS, J. H. C. SANTOS, M. A. OLIVEIRA-CARDOSO, É. A. Compreensões do conceito de morte em crianças da periferia de uma metrópole. Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 14, n. 3, p. 56-66, set./ dez. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina¹. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

RAMOS, Tuany Inoue Pontalti; BROSTOLIN, Marta Regina. As culturas infantis: construções por meio do brincar. In: CARVALHO, Janaína Nogueira Maia; https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/5047/1/A_sociologia_da_inf%C3%A2ncia.pdf Acesso em: 02 mar. 2025

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORI, Mary Del (org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

REIS, Maria Luísa Sousa; BARBOSA, Karina Gomes; ASSIS, Mariana da Silva. Meninas negras em animações infantis: entre protagonismo, branquitude e subalternidade. *Cambiassu: Estudos em Comunicação*, v. 17, n. 29, p. 179–199, 30 Jun 2022 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/article/view/19102>. Acesso em: 28 mar 2026.

RIBEIRO, Pollyanne Bicalho. O gênero memorial na construção identitária docente. *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina (PR), v. 1, n. 19, p. 119-137, jun. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51309>. Acesso em: 20 fev. 2025

RODRIGUES, Alexsandro; ROSEIRO, Steferson Zanoni; ZAMBONI, Jésio; BRASILEIRO, Castiel Vitorino; SANTANA, Mariamma Fonseca. CRIANÇAS BICHAS DEMASIADAMENTE FABULOSAS. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 10–25, 2017. DOI: 10.12957/riae.2017.29521. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/29521>. Acesso em: 19 ago. 2025. ROMANCINI, S. R., & SILVA, G. de M. S. (2016). Percorrendo as Trilhas de Várzea Grande (MT) na obra de Ubaldo Monteiro. *Revista Do Instituto Histórico E Geográfico De Mato Grosso*, 1(77), 131–148. Disponível em: <https://revistaihgmt.com.br/index.php/revistaihgmt/article/view/235> Acesso em: 05 dez. 2024

RUCKS, Arthur Germano Nolasco. *Quem “merece” acessar o ensino superior?: o que dizem jovens cuiabanos sobre suas representações nas publicidades do ENEM*. 2025. 150 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Poder) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2025. Disponível em: https://ppgcomufmt.com.br/wp-content/uploads/2025/07/Dissertacao_PPGCOM_FINAL_Arthur_Nolasco.docx_4_.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

RUFINO, Luiz. *Vence demanda*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SANTOS, Ana Kátia Alves dos. *Infância e afro-descendente: epistemologia crítica no ensino fundamental*. Salvador: EDUFBA, 2006.

SANTOS, Marluce Arapiraca dos. *Representações de gênero e raça no ensino fundamental: a construção da identidade do ser “menina negra” e do ser “menino negro”*. Orientadora: Ana Célia da Silva. 2009. 184f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade - Departamento de Educação Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/3172>

SANTOS, Ana Claudia Conceição. *A cor como alvo: uma discussão sobre a violência policial e o racismo*. 2023. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/17136> Acesso em 20 fev. 2026

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora Nobel, 1998

SAMPAIO, I. V.; PONTE, C. **Relatório técnico da pesquisa TIC Kids Online Brasil-Portugal**. [Technical report of the ICT Kids Online Brazil-Portugal Research]. Retrieved from Research Gate: www.researchgate.net/publication/328963769, 2017. Acesso em: 18 Jan. 2025

SARMENTO, M. J. Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas. In: MARTINS FILHO, A.J. & PRADO, P.D. (org.). Das pesquisas com crianças à complexidade da infância. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto e Pinto, Manuel. "As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo", In: M. Pinto e M. J. Sarmento (Coord.), As Crianças: Contextos e Identidades. (9-30). Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 2005.

SENNE, Fábio et al. Inclusão desigual: uma análise da trajetória das desigualdades de acesso, uso e apropriação da internet no Brasil. *Law, State & Telecommunications Review/Revista de Direito, Estado e Telecomunicações*, v. 12, n. 2, 2020. Disponível em: <https://l1nq.com/ow6a1> Acesso em 20 jan. 2026

SILVA, Danilo Moraes da; FERNANDES, Valdir. Ciberespaço, cibercultura e metaverso: a sociedade virtual e território cibernético. *Revista Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 8, n. 67, p. 1–15, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1962> . Acesso em: 18 ago. 2025.

SILVA, Joana Rodrigues da. Jovens marcados para morrer classe, raça e território como alvos. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)-Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro**, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/21826> Acesso em: 20 fev. 2026

SILVA, Camila Ferreira da; BROSTOLIN, Marta Regina (org.). A sociologia da infância: possibilidade/s de voz e ação da criança e sua/s infância(s). Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2022. p. 20-? (ou coloque o intervalo real). ISBN 978-65-89995-36-4. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/5047/1/A_sociologia_da_inf%C3%A2ncia.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

SILVA, M.; CONCEIÇÃO, W. Política, educação e periferia: Uma análise a partir do caso recente de precariedade das escolas públicas do bairro operário de pequiá. Açaíândia-MA. Anais V CONEDU.2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA11_ID10567_17092018205117.pdf Acesso em: 5 dez. 2024

SOUZA, F. C., Basílio, P. de M., & Marcolino, S. (2024). Infâncias e epistemologias contra-hegemônicas: decolonialidade e interseccionalidade. *Perspectivas Em Diálogo: Revista De Educação E Sociedade*, 11(28), 67-81. <https://doi.org/10.55028/pdres.v11i28.21036>

SCHMITZ, E. D. SEXUALIDADE SOB CONTROLE: CRISTIANISMO E COLONIZAÇÃO. *Revista Mosaico -Revista de História*, Goiânia, Brasil, v. 16, n. 1, p. 201–208, 2023. DOI: 10.18224/mos.v16i1.12186. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/12186>. Acesso em: 5 dez. 2024.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. De "corações de pedra" a "corações de carne": algumas considerações sobre a conversão de "bandidos" a igrejas evangélicas pentecostais. *Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 45-67, jul./2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000300007> Acesso em 25 dez. 2024

TEODORO, Cristina. Violência sexual na infância: gênero, raça e classe em perspectiva interseccional. **Zero-a-seis**, v. 24, p. 6, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2022.e87381> Acesso em 20 mai. 2025

TOMÁS, Tayná Wienne. *Eu, criança: pedagogias culturais das infâncias negras*. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2023. Disponível em: <https://ppe.uem.br/teses-e-dissertacoes1/dissertacoes/2023/2023-tayna-wienne-adorno-tomas.pdf> Acesso em 10 Out. 2024

TOMAZ, Renata de Oliveira. Infância e mídia: breve revisão de um campo em disputa. **Contracampo**, Niterói, v. 35, n. 3, p. 272-294, dez. 2016/mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20505/contracampo.v35i3.919>. Acesso em: 02 Fev. 2026

TOMAZ, Renata. Política de segurança no TikTok para “jovens”: sociabilidades reguladas. In: **ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 33., 2024, Niterói. Anais eletrônicos [...]**. Campinas: Galoá, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/politica-de-seguranca-no-tik-tok-para-jovens-sociabilidades-reguladas>. Acesso em: 12 fev. 2026

TOMAZ, Renata. Política de segurança no TikTok para “jovens”: sociabilidades reguladas. In: **ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 33., 2024, Niterói. Anais eletrônicos [...]**. Campinas: Galoá, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/politica-de-seguranca-no-tik-tok-para-jovens-sociabilidades-reguladas>. Acesso em: 12 fev. 2026

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-Ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRAPP DE QUEIROZ, Caroline. Considerar a infância: história, interseccionalidade e phília. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 75, p. 291–305, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.64623. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/64623>. Acesso em: 3 ago. 2025.

TRINDADE, Alana Derlene Sousa Cardoso. Organizações criminosas em Mato Grosso à luz da associação diferencial: o caso dos "salves" determinados pelo Comando Vermelho na periferia de Cuiabá. 2021. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/3173>Acesso em: 04 dez. 2024

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; WALL, M. The Platform Society: public values in a connective world. Londres: Oxford Press, 2018.

VIEIRA, Phablo Alves. A adultização infantil e a forte presença de influenciadores mirins em plataformas digitais sociais: um caso no Instagram. 2023.

XAVIER, Giovana. Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história Rio de Janeiro: Malê, 2019.